

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

**O Ponto de Vista Nortista: Capistrano de Abreu e a
Constituição do Campo Intelectual Cearense**

Vinícius Limaverde Forte

Fortaleza – Ceará

Março de 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

**O Ponto de Vista Nortista: Capistrano de Abreu e a
Constituição do Campo Intelectual Cearense**

Vinícius Limaverde Forte

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Orientadora: Andréa Borges Leão.

Fortaleza – Ceará

Março de 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

**O Ponto de Vista Nortista: Capistrano de Abreu e a
Constituição do Campo Intelectual Cearense**

Vinícius Limaverde Forte

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade Federal
do Ceará.

Orientadora: Andréa Borges Leão.

Aprovado no dia 10 de março de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Andréa Borges Leão (Orientadora) – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. César Barreira – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Josênio Parente – Universidade Estadual do Ceará

Agradecimentos

Por meio destas breves palavras gostaria de agradecer a todos que contribuíram com a realização desta dissertação. Embora em algumas ocasiões sua realização tenha sido obra de um esforço solitário, diante da tela de um computador, sua conclusão deve-se ao apoio e dedicação de pessoas muito especiais.

Com Marina passei a partilhar minha vida durante esses meses de escrita. Juntos, debatemos nossas pesquisas, mergulhamos de mãos dadas em temas que desconhecíamos até então. Em diversas ocasiões tratamos oportunamente de esquecer nossos trabalhos e nos entregamos a pequenos prazeres: assistir a um filme do Woody Allen no final da noite, ir a uma festa, encontrar os amigos ou ficar em casa tomando um vinho enquanto toca o disco dos *Doces Bárbaros* na vitrola. Mas quando era necessário retomar a dissertação, ela incessantemente cuidava com a maior dedicação para que tudo transcorresse da melhor maneira possível. O amor que nutrimos tornou mais leve uma jornada demasiadamente árdua.

À minha família agradeço pelo acolhimento, carinho, compreensão e apoio incondicionais. Meus pais são os principais entusiastas das conquistas que obtive até o momento. Neles encontro a confiança necessária para lidar com os mais difíceis desafios e a compensação ao final dos mais duros esforços.

Antonio Marcos é um grande amigo desde os tempos de graduação. Companheiro de praticamente todos os momentos vividos durante meu mestrado, ele dividiu comigo uma casa no Benfica durante o período de escrita deste trabalho, espaço onde obtive as condições necessárias para seu término. Sua constante preocupação com o andamento do texto foi um estímulo fundamental para que a defesa desta dissertação ocorresse dentro do prazo estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação.

Alberto Barros também ingressou juntamente comigo na graduação. Compartilhamos ideias em diversas tardes de estudo em várias bibliotecas da cidade. Quando fiz as leituras para preparar a qualificação e a dissertação, ele era companhia garantida para o período de estudos, pausas para o café e conversas demoradas após as longas jornadas de trabalho.

Joannes Paulus, meu primo, sempre foi um grande incentivador dos meus esforços em diversas veredas. Fez-se presente de maneira intensa durante os altos e baixos do caminho que percorri até aqui. Sem dúvidas suas palavras de apoio acalentaram tormentos, acalmando momentos de ansiedade e dúvida.

Manoel Neto, Karinne Marques e Márcio Kléber foram amigos imprescindíveis ao longo de todos os processos que vivenciei nos últimos anos. A confiança que manifestavam constituiu uma das minhas preciosas fontes de revigoração. Juntos, presenciamos muitas glórias e algumas derrotas da nossa paixão comum: Ceará Sporting Clube.

Francisco Thiago é outro amigo que ingressou comigo na graduação. Apesar de atualmente estar em terras onde o céu é mais cinza e onde se quer é possível avistar o mar ao longe, contribuiu com furtivas conversas via internet. Assim, pude contar com um dos meus raros interlocutores, mesmo que de um modo inconstante e assistemático. Ainda que suas contribuições sejam extremamente ricas, sinto muito mais falta do convívio cotidiano.

Mário Henrique, mais um amigo que ingressou comigo na graduação, também é outro interlocutor importante, embora durante o período do mestrado não tenha sido possível dar continuidade aos debates e estudos comumente realizados em outros tempos. No entanto, projetos pendentes ainda precisam ser retomados com a merecida atenção. Mas, acima de tudo, é preciso salientar a amizade e cumplicidade como elo principal de nossa relação.

Tiago Coutinho mostrou-se o parceiro certo para projetos ainda incertos. Grupos de estudo sobre a vida intelectual cearense durante o século XIX estão na ordem do dia. Debates sobre a relação entre litoral e sertão, considerando a constituição de Fortaleza como centro hegemônico no Ceará também. Essas são ideias alimentadas a cada novo encontro pelo Benfica ou em espaços virtuais. Já ocorre uma boa troca, mas a consolidação desse intercâmbio pode propiciar valorosos frutos.

Aos colegas da minha turma de mestrado agradeço pela agradável convivência: Márcia Paula, Germana, Natália, Monalisa, Adriano, Raulino, Marcos Paulo, Jennifer, Tiago, Alda, Artur, Mário Sérgio, Roberto dos Santos, Jéssica, Daniel, Aquiles e Gustavo. Sem dúvidas estabelecemos vínculos amistosos bastante reconfortantes. Sempre foi possível compartilhar dúvidas, incertezas e angustias decorrentes dos percalços desses anos de mestrado. Gostaria de fazer uma menção particular a Daniel Gonçalves por suas pertinentes contribuições para este trabalho.

Aos queridos amigos Emídio, Thiago M. Ribeiro, Caio, Fran Yan, Benjamin, Edson, Yandra, Márcio Renato, Luan e Daniel Pustowka. Tivemos muitos momentos felizes juntos. Espero que assim possa continuar a partilha de descobertas, alegrias, respeito e afeto. Grande abraço a todos!

A todos os professores do Departamento de Ciências Sociais da UFC, agradeço pela contribuição inestimável para minha formação acadêmica. Destaco o compromisso, empenho e seriedade no exercício da atividade docente, exemplo a ser seguido no cumprimento de tão nobre ofício. Gostaria de fazer menção especial quem contribuiu de modo mais direto com a preparação deste trabalho: Alba, Alexandre, Auxiliadora, César, Domingos Sávio, Linda, Isabelle, Jawdat (que me orientou no início desta pesquisa ainda na graduação), Neyara e Rejane.

À minha orientadora, Andréa Borges Leão, que acolheu a proposta de trabalho, sempre se mostrando disponível e interessada. Foi minha principal interlocutora, realizando leituras atentas de tudo que produzi e emitindo comentários perspicazes, sugestões pertinentes, tudo no intuito de viabilizar a realização da dissertação do modo mais leve possível.

Aos professores examinadores desta dissertação, César Barreira e Josênio Parente, por terem aceitado o convite.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Aimberê e Socorro pela solicitude, atenção e cordialidade dispensadas sempre que uma demanda lhes era solicitada.

Por fim, ao CNPq pela concessão da bolsa que fomentou a pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos 24 meses.

Eu qualqué dia
Vou-me embora pro sertão
Pois saudade
Não me deixa sossegar
Chegando lá
Visto meu gibão
Selo o cavalo
E vou pro mato vaquejar
Luiz Gonzaga – Vida de Vaqueiro

Resumo

Este estudo intenta discutir a relação entre a concepção de Capistrano de Abreu a respeito da constituição da sociedade brasileira durante a colonização portuguesa e a emergência do campo intelectual na segunda metade do século XIX no Ceará. Para Capistrano de Abreu a questão mais importante durante o período colonial foi a ocupação do interior do Brasil, especialmente a colonização da região entre os rios São Francisco e Parnaíba. O desenvolvimento da pecuária nessa área possibilitou a fixação do colono e o surgimento da “civilização do couro” no sertão. Paralelamente, vários intelectuais também refletiam sobre a importância do sertão na constituição do Ceará. Capistrano de Abreu conhecia a maior parte desses intelectuais e discutia frequentemente com eles sobre a ocupação do sertão. Assim, o foco desta dissertação é analisar as influências recíprocas entre esses intelectuais e Capistrano de Abreu. O resultado desse intercâmbio foi a criação de um “ponto de vista nortista” a respeito da formação do Brasil.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu, Sertão, Campo Intelectual

Abstract

This study intent to discuss the relationship between the conception of Capistrano de Abreu about the constitution of Brazilian society under the Portuguese colonization and the emergence of an intellectual field in the second half of the 19th century in Ceará. According to Capistrano de Abreu the most important subject during the colonial period it was the occupation of the interior of Brazil, specially the colonization of the territory between the rivers São Francisco and Parnaíba. The livestock development has enabled the establishment of the settler and the emergence of "leather civilization" in *backland*. In parallel, several intellectuals also reflected about the importance of colonization of *backland* in the constitution of Ceará. Capistrano de Abreu knew the most part of these intellectuals and they often argued about the occupation of the *backland*. Thus, the focus in this dissertation is to analyze the exchange of ideas between theses intellectuals and Capistrano de Abreu. The result of this exchange is the creation of a "point of a view from the north" about the formation of Brazil.

Keywords: Capistrano de Abreu, Backland, Intellectual Field.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – Capistrano historiador, histórias sobre Capistrano	16
1.1. Amigos e discípulos: a memória construída pela <i>Sociedade Capistrano de Abreu</i>	17
1.2. O sertão e o Ceará na visão de Capistrano de Abreu sobre o Brasil	28
Capítulo 2 – Gênese do campo intelectual no Brasil e no Ceará	37
2.1. Peculiaridades da Constituição do Campo Intelectual no Brasil	38
2.2. Constituição do Campo Intelectual Cearense no Século XIX	43
Capítulo 3 – Capistrano de Abreu e o campo intelectual	53
3.1. Antecedentes da atividade intelectual de Capistrano de Abreu	54
3.2. A trajetória de um historiador polígrafo	63
Capítulo 4 – O Brasil visto de dentro: o sertão de Capistrano de Abreu e a construção do campo intelectual cearense	74
4.1. Mirando o mar, mirando o sertão: lutas de representações sobre o Brasil e surgimento das Ciências Sociais	75
4.2. Sertão e campo intelectual no Ceará	84
Considerações Finais	97
Bibliografia	102

Introdução

Delimito como objeto de investigação compreender como a formulação do historiador Capistrano de Abreu a respeito da formação da sociedade brasileira, durante a colonização, relaciona-se com o surgimento, na segunda metade do século XIX, de um paradigma interpretativo sobre as origens da sociedade cearense, onde o sertão é visto como preponderante.

Dois movimentos estruturam esta pesquisa: 1) análise da emergência do *campo intelectual* cearense e de uma *comunidade discursiva* sobre a constituição do Ceará; 2) estudo da interpretação de Capistrano de Abreu sobre o Brasil, a fim de apontar as possíveis vinculações da mesma com os embates durante a constituição do referido *campo intelectual*. Portanto, a investigação detém-se sobre as relações entre a produção historiográfica de Capistrano e sua inserção em uma rede de interações, trocas e conflitos com os intelectuais cearenses, na qual surge uma determinada ordem discursiva sobre o Ceará e o sertão.

A noção de *campo intelectual* aqui adotada remete-se à formulação de Pierre Bourdieu (1998). O campo, compreendido como uma espécie de “microcosmo” social, é um espaço hierarquicamente estruturado, onde os agentes disputam a condição de detentores legítimos do monopólio da produção, classificação e circulação dos bens (simbólicos ou não) valorados nesse “universo”. A posição ocupada por um agente no *campo* está diretamente vinculada à posse de um *capital* específico (cultural, social, político, artístico, científico etc.) bem como a um *habitus* – conjunto de disposições duráveis por ele incorporadas, que funcionam como um princípio gerador e estruturador de práticas e representações.

Parte-se da premissa que a investigação da trama de relações que se estabeleceu entre Capistrano de Abreu e seus conterrâneos propicia subsídios para entender o funcionamento das estruturas hierárquicas do sistema de produção de bens simbólicos, na passagem do Império para a República, bem como o seu caráter dependente, pois sua constituição deu-se sob a égide do campo do poder. Desse modo, os discursos produzidos por Capistrano, pelos demais intelectuais cearenses com quem ele travava contato, e por outros historiadores brasileiros que adotam perspectiva diversa dos cearenses, devem ser percebidos em uma situação de disputa pelo monopólio do poder simbólico de elaborar representações legítimas sobre o Brasil. Nesse sentido, a dicotomia “litoral versus sertão” torna-se parte constitutiva do modo como o país é imaginado como uma comunidade nacional e da própria emergência das Ciências Sociais.

Pautando-se na proposta de uma *sociologia reflexiva* – a qual pretende desnaturalizar noções pré-construídas, tomando o objeto de investigação sociológica como um constructo resultante de uma ruptura epistemológica –, intenta-se adotar uma abordagem relacional neste trabalho. Tratando-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, com inserções nas áreas de *pensamento social brasileiro*, *sociologia dos intelectuais* e *história social*, procura-se articular a noção de *campo* à análise discursiva e aos estudos biográficos das trajetórias dos agentes. Desse modo, seria possível perceber o objeto inserido em uma complexa rede de relações, cujo estudo é mais rico do que uma análise em profundidade do fenômeno tomado isoladamente de forma asséptica.

No intuito de desenvolver essa perspectiva relacional, a pesquisa foi conduzida a partir de dois movimentos. O primeiro consiste no estudo do processo de constituição do *campo intelectual* no Ceará e de suas matrizes discursivas, principalmente no que se refere à sua colonização. Para tanto, foram analisadas as biografias e as obras mais representativas dos cearenses com quem Capistrano de Abreu costumava corresponder-se com maior frequência, bem como daqueles que ele aponta como lhe tendo exercido importante influência. A partir desses critérios, atribuiu-se maior ênfase nas inserções de Antônio Bezerra, Guilherme Studart e Tristão de Alencar Araripe na emergência do campo intelectual e na formação de uma comunidade discursiva. Em relação às obras, terão destaque *Algumas Origens do Ceará*, de Antônio Bezerra (2001), *Notas para a história do Ceará* e *Datas e fatos para a história do Ceará* de Guilherme Studart (2004; 2001a; 2001b) e *História da província do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe (2002). A escolha desses livros obedeceu a um critério cronológico, levando-se em consideração apenas aqueles que foram publicados antes dos *Capítulos de história colonial*.

O segundo movimento consiste no estudo do universo da obra *Capítulos de história colonial* (ABREU, 2000), colocando-a em relação com as teses dos autores acima citados. Serviram como fontes auxiliares nesse empreendimento as correspondências, as duas outras grandes obras de Capistrano de Abreu – *O descobrimento do Brasil* (ABREU, 1999) e *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (ABREU, 2004) –, além dos artigos publicados na imprensa. A análise da trajetória do autor também foi levada em conta. Com isso, pretende-se estabelecer relações entre as representações sobre o sertão brasileiro presentes em *Capítulos de história colonial* e a tradição intelectual cearense que pensa essa questão.

Arguir essa diversidade de fontes – que incluem não apenas os artigos e livros produzidos por Capistrano, mas as suas cartas, biografias, textos críticos e acadêmicos sobre sua vida e obra, bem como a própria maneira como foram organizadas, editadas e publicadas por ele e postumamente seus trabalhos – exige que se considere a peculiaridade de cada uma delas, contextualizando-as. Portanto, é necessário averiguar suas condições sociais de produção.

No caso das fontes primárias – aquilo que foi escrito pelo próprio Capistrano de Abreu, como seus livros, artigos, cartas etc. –, é preciso atentar para o conjunto de relações, intrínsecas e extrínsecas, dentro das quais seu sentido é produzido. É fundamental para esse exercício a compreensão de questões como: Com que outros textos e autores estão se dialogando? Seu argumento contrapõe-se a algum outro? Que implicações a tese defendida pode acarretar no meio intelectual e fora dele? Como foi a recepção da obra entre seus contemporâneos? É pela articulação dessa trama de relações que se torna possível vislumbrar a estrutura do campo de produção simbólica em que a obra e seu autor estão inseridos. Desse modo podem-se entrever as disputas que forjam a autoridade para se classificar legitimamente aquilo que é socialmente aceitável ou não.

Ainda há as fontes secundárias, também merecedoras de atenção especial. Nada foi dito gratuitamente sobre Capistrano de Abreu. As críticas que ele mesmo rebateu em vida, bem como os elogios destilados após seu falecimento são importantes objetos de investigação sociológica para o entendimento da sua trajetória e de sua obra. Cabe questionar-se o porquê de tão fervorosas manifestações por parte de Sílvio Romero, por exemplo, menosprezando o trabalho de Capistrano por ele não ter escrito uma história geral do Brasil nos moldes de Varnhagen. Do mesmo modo, é imprescindível entender o motivo pelo qual se criou uma agremiação com intuito de homenagear o intelectual cearense, elevando-o aos píncaros da glória. Mais uma vez, poderíamos pensar nos termos das disputas que estruturam as relações no campo intelectual. Entretanto, deve-se aprofundar essa hipótese para se chegar a uma explicação que dê conta da maior gama de aspectos possíveis dessas representações sobre Capistrano de Abreu.

Portanto, falar de Capistrano de Abreu, assim como de qualquer outra figura da qual se tenha dito muito, é entrar em um campo de batalha. O volume da produção existente ao seu respeito chega a ser intimidador por sua vastidão. Tão logo são iniciadas as leituras, a sensação de desorientação sucede às tentativas de decifrar tantos juízos emitidos a respeito de sua obra e trajetória. Atentar para os debates que ele travou em vida e para as discussões levantadas por aqueles que se debruçaram sobre seus

trabalhos é parte indispensável desta investigação. Além de se deter nas interpretações suscitadas pelo que Capistrano de Abreu escreveu, há também a ser percorrido o caminho de seus próprios escritos, povoados de ideias novas que geraram inúmeras polêmicas.

Para tanto, no primeiro capítulo intenta-se analisar as fontes primárias e secundárias utilizadas neste trabalho, tendo como fio condutor o objeto aqui enfocado: a interpretação de Capistrano de Abreu sobre o sertão e sua relação com o campo intelectual cearense. Nesse sentido, primeiramente, analisam-se as representações construídas pela *Sociedade Capistrano de Abreu*, a fim de apontar como a construção de uma “memória oficial” repercutiu na forma como Capistrano e sua obra foram percebidos pelas gerações posteriores, acarretando uma abordagem quase unilateral de sua produção historiográfica em detrimento dos seus outros temas de estudo. Na seção seguinte, trata-se da interpretação de Capistrano sobre o sertão, destacando sua ênfase na questão do povoamento da região entre os rios São Francisco e Parnaíba, procurando com isso estabelecer relações com a produção historiográfica cearense.

O segundo capítulo trata da gênese do campo intelectual no Brasil e no Ceará. São apontadas as especificidades que estruturaram o desenvolvimento das letras no país, indicando como sua organização e funcionamento estavam pautadas pelos ditames do campo do poder. No caso cearense, destaca-se o movimento de laicização promovido pela *Academia Francesa* ao se contrapor à interferência da Igreja no Estado e na produção do conhecimento científico, postura resultante do posicionamento tomado pelos seus jovens integrantes em prol da maçonaria durante a *Questão Religiosa*.

O terceiro capítulo aborda a trajetória de Capistrano de Abreu, evidenciando como ocorreu sua inserção no campo intelectual, tanto localmente como no Rio de Janeiro. Foram identificados seus trunfos, destacadamente o capital de relações sociais herdado de sua família. A partir disso, ele pode dispor de uma socialização que lhe propiciou vasto capital cultural. Em virtude do amplo reconhecimento adquirido por sua produção, Capistrano de Abreu tornou-se uma figura de grande destaque no meio intelectual brasileiro durante a República Velha, principalmente em virtude de seus trabalhos historiográficos.

O último capítulo consiste em uma análise panorâmica da relação entre diferentes concepções correntes no pensamento social brasileiro a respeito da dicotomia entre “litoral versus sertão”. A partir da exposição dessas abordagens, buscam-se as suas implicações para a constituição da ideia de nação, para a emergência das Ciências

Sociais no Brasil, bem como para as relações de poder atreladas aos princípios de classificação e divisão regional do país. Inserindo-se nesse contexto, procura-se compreender a articulação existente entre a interpretação de Capistrano de Abreu sobre a formação da sociedade brasileira e os discursos a cerca da origem e povoamento do Ceará.

CAPÍTULO I

Capistrano historiador, histórias sobre Capistrano

1.1. Amigos e discípulos: a memória construída pela *Sociedade Capistrano de Abreu*.

Em 13 de agosto de 1927, faleceu Capistrano de Abreu na cidade do Rio de Janeiro. Então com setenta e três anos de idade, habitava um porão na Travessa Honorina, no bairro de Botafogo, onde ocorreu o óbito. Não desfrutou de grandes luxos na vida, porém nunca abandonou a rotina de estudos e de intensa troca de correspondências. Aliás, em suas cartas podiam-se ler indícios da melancolia que o acompanhou em seus últimos anos, quando quase sempre assinava como “João Ninguém”. Compreensível, pois sofreu sucessivos golpes: ficou viúvo cedo, viu sua filha mais velha entrar para um convento e um dos seus filhos teve uma morte prematura (CÂMARA, 1999).

A despeito das condições em que veio a falecer e da sua conhecida resistência a homenagens¹, Capistrano de Abreu foi celebrado como um dos mais notáveis homens do seu tempo. Diversos jornais da capital federal e da sua terra natal estamparam necrológios dedicados a ele². Também não faltaram discursos elogiosos de intelectuais e políticos importantes. Um cortejo fúnebre atravessou o bairro de Botafogo rumo ao cemitério São João Batista, repleto das mais ilustres figuras da República.

Mesmo sendo caracterizado por alguns de seus contemporâneos como “Peri de paletó”, devido aos seus modos pouco adequados aos altos círculos sociais da Corte e, posteriormente, da República, Capistrano de Abreu gozou de grande prestígio junto a alguns dos homens mais influentes do país. Seu cabedal de conhecimentos proporcionou-lhe a ida ao Rio de Janeiro sob a proteção de José de Alencar. Daí em diante, tornou-se próximo de Machado de Assis, Barão do Rio Branco, Eduardo Prado, José Veríssimo, Afonso de Taunay, Pandiá Calógeras, Paulo Prado, Washington Luís, dentre muitos outros com quem mantinha relações constantes.

¹ Para ilustrar isto, reporto-me a um depoimento de Pandiá Calógeras. Diz ele que, por ocasião do aniversário de setenta anos de Capistrano de Abreu, alguns “... amigos e admiradores de sua culminância ética e científica, quiseram dedicar-lhe uma obra coletiva, testemunho de veneração e de afetuoso respeito”. Contudo, o homenageado descobriu e agiu com fúria: “ Segundo sou informado trama-se para meu próximo aniversário uma patuléia, poliantéia ou cousa pior e mais ridículo, se fôr (sic) possível. Aos meus amigos previno que considero a tramóia como profundamente inamistosa”. Cf.: CALÓGERAS, Pandiá J. Estudos históricos e políticos (res nostra...). 2º ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1936. (Brasileira, 74) apud MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu – vida e obra do grande historiador*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953. p. 67-68.

² Somente na Revista do Instituto do Ceará, para se ter uma ideia, foram publicados cinco textos dessa natureza sobre o então recém falecido historiador. Dentre os autores estão figuras como Barão de Studart (1927), Pandiá Calógeras(1927), Tristão de Athayde (1928).

Como indica Rebeca Gontijo (2004a), por ter se consolidado como um dos mais importantes historiadores de sua época, Capistrano passou a ser considerado por muitos como um misto de amigo e mestre. A amizade com Paulo Prado, por exemplo, iniciou-se a partir de sua leitura do livro *Capítulos de História Colonial*, quando ele teria encontrado seu “caminho de Damasco” e se interessado pelos estudos históricos. A partir de então, estabeleceu-se uma relação que combinava amizade, mecenato e pesquisa. Paulo Prado tornou-se entusiasta do trabalho de Capistrano e empenhou-se em uma parceria que redundou na publicação de importantes documentos, bem como na elaboração dos livros *Paulística* e *Retrato do Brasil*. Desse modo, o respeito adquirido por Capistrano em seu ofício lhe possibilitava mobilizar recursos para a realização de suas pesquisas e divulgação de documentos inéditos ou pouco conhecidos. Não se tratava de uma relação abertamente pautada em uma troca em um sentido estrito e informal, mas mediada por laços de afeto, onde havia uma sobreposição entre amizade e trabalho, como ilustra a carta enviada ao historiador João Lúcio de Azevedo, remetida em 22 de junho de 1918:

Paulo Prado, sobrinho do Eduardo, é rapaz culto. Atraído ao comércio tem prosperado sem abandonar os livros. Preso em casa pela gota, leu meus *Capítulos* e ganhou amor à História do Brasil. Sugeri-lhe em honra do tio, cuja memória continua a estremecer, publicasse uns livros com o título Eduardo Prado. Aceitou a idéia, com a condição de escrever o prólogo este seu amigo (ABREU, 1977a, p. 99)

Pandiá Calógeras foi outro com quem Capistrano partilhou uma relação fundada na amizade e na pesquisa histórica. Em discurso que proferiu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Calógeras divide sua exposição entre a dedicação de Capistrano aos seus amigos e a sua notável bagagem intelectual, apontando sua presteza em dispor seus conhecimentos em empreendimentos alheios, sem se quer solicitar que sua contribuição fosse mencionada:

[Capistrano] promoveu indagações. Foi pai espiritual de série imensa de esforços mentais de discípulos inúmeros. Renovou métodos de análise. Transplantou para nosso meio os processos críticos de etnologia alemã. Criou valores, impediu se desperdiçassem outros. (MATOS, 1954, p. 74)

Nesse sentido, o conjunto de manifestações ocorridas por ocasião do falecimento de Capistrano de Abreu pode ser compreendido como expressão do sentimento de uma comunidade de amigos que o tinham como um “mestre e amigo”, como o definiu Calógeras em dedicatória oferecida a ele no primeiro volume de sua obra *A Política Exterior do Império*.

A construção dessa representação iniciou-se ainda quando o historiador era vivo e ocorreu à sua revelia, pois ele jamais se colocou na condição de “mestre”, chegando mesmo a repudiá-la. Em meio ao grande anedotário que existe ao seu respeito, há uma situação bastante emblemática:

Uma ocasião na Livraria Garnier um jovem escritor conversando com êle, tratava-o de “Mestre”. De repente Capistrano irritou-se e disse em tom áspero: - “Por que me chama de mestre? Mestre é sapateiro, pedreiro ou o carpinteiro”. O rapaz ficou de todas as côres e nunca mais se aproximou dêle, aniquilado com o imprevisito daquele golpe tremendo. (MATOS, 1954, p. 131).

Apesar dessa notória resistência a condecorações, elogios, bajulações etc., elaborou-se uma memória em torno de Capistrano de Abreu erigida a partir de uma celebração ritual. Dez dias após seu falecimento, um grupo constituído de familiares e pessoas próximas enviou convites destinados aos “amigos e discípulos de Capistrano de Abreu”, convidando-os a comparecer no dia 11 de setembro de 1927, domingo, às 2 horas da tarde, no endereço onde o historiador morava. O intuito dessa reunião seria a criação de uma espécie de grêmio destinado a homenageá-lo e promover investigações que dessem continuidade aos seus trabalhos, como indica a carta assinada por Paulo Prado, Pandiá Calógeras, Eugênio de Castro, Arrojado Lisboa, Adriano de Abreu, Manuel Said Ali, Jayme Coelho, Rodolpho Garcia, Afranio Peixoto, Theodoro Sampaio, Affonso Taunay, e Roquette Pinto, a qual foi publicada na Revista do Instituto do Ceará por Guilherme Studart:

Desejaríamos que, no mesmo modestíssimo porão, cella monástica onde viveu, meditou, trabalhou e morreu, se conservasse intacta a bibliotheca que lhe serviu de officina mental. Catalogada e posta em ordem; enriquecida com livros novos de continuadores dos mesmos estudos do Mestre; se tornaria núcleo central de uma forte cultura a bem da nossa terra e em homenagem e respeito do grande morto. As obras d’este, esgotadas em sua quasi totalidade, seriam reeditadas e completadas; os inéditos que deixou, publicados e distribuídos. Os valiosos documentos que são as cartas por elle escriptas, e as que recebeu, valioso manancial de estudos d’estes últimos trinta annos, principalmente em suas manifestações intellectuais, viriam a luz. Crear-se-iam prêmios, estimulantes para as investigações históricas, geographicas e ethnographicas, promover-se-iam a tradução para o vernáculo das obras dos viajantes naturalistas e sábios que percorreram o Brasil no século XIX, conforme um seu ardente desejo. (STUDART, 1927, p. 276-277)

Dessa maneira, menos de um mês depois do seu sepultamento, fizeram-se presentes 37 “amigos e discípulos” à Travessa Honorina, onde se fundou a *Sociedade Capistrano de Abreu*. Na ocasião, reafirmaram-se os objetivos da agremiação, já mencionados na carta convocatória, e apresentou-se um projeto de estatuto, elaborado

por Arrojado Lisboa (SILVA, 2008). O caráter dessa associação remete diretamente às representações de “mestre e amigo”:

Sob a denominação de SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU, fica constituída nesta Cidade, uma sociedade formada pelos abaixo assignados, amigos e discípulos de João Capistrano de Abreu, no propósito de prestarem homenagem à sua memória. (SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU, 1941, p. 637).

Com a aprovação do estatuto, estabeleceu-se o número máximo de 110 sócios efetivos e 30 honorários ou correspondentes, com sua administração a cargo de uma Comissão Executiva, composta por 12 sócios eleitos em assembléia, exercendo a função por três anos. Determinou-se como critério para integrar essa Comissão Executiva a necessidade dos escolhidos serem versados em estudos históricos, geográficos, etnográficos ou linguísticos, além de haver um representante masculino da família de Capistrano de Abreu. Previu-se que as despesas sociais seriam custeadas pelos sócios efetivos e fundadores, mediante o pagamento de uma mensalidade de 10\$000 ao mês. Ainda constava no estatuto a realização de uma Assembléia anual ocorreria no dia 23 de outubro, data de seu nascimento, podendo haver outras convocadas livremente pela Comissão Executiva.

Dentre as ações que a *Sociedade* veio a promover, destacam-se a edição de trabalhos inéditos, cartas e reedição de obras já publicadas por Capistrano. Também se efetuou tradução e publicação das obras dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil e criaram-se prêmios para pesquisas que contribuíssem com o desenvolvimento da História, Etnografia, Etnologia e Linguística brasileira.

Importante notar, primeiramente, que as áreas de interesse promovidas por esse grupo constituíram as matérias que mais ocuparam Capistrano de Abreu ao longo de sua vida de estudos. Nesse sentido, procurou-se dar continuidade ao seu trabalho, disseminando os temas que lhe foram caros. Os amigos que se colocavam como seus discípulos julgavam-se herdeiros do seu legado intelectual e procuraram estabelecer uma agenda de pesquisa propiciasse um amplo desdobramento das suas contribuições. A disponibilização do acervo de Capistrano, bem como sua ampliação e atualização, acompanhada da realização de prêmios destinados aos assuntos que ele privilegiou, constituíam as estratégias básicas para essa finalidade.

A propósito da iniciativa que redundou na criação da *Sociedade Capistrano de Abreu*, Oscar Sáez levantou o seguinte questionamento: “Afinal, para que bajular um morto de um modo que ele rejeitaria em vida, porque cultuar sua memória contrariando

seus gostos?” (SÁEZ, 2003, p. 2). Apesar de ter participado de diversas agremiações, como a *Academia Francesa* (ainda em sua juventude), o IHGB, e o Instituto do Ceará, como sócio correspondente, por exemplo, era conhecida sua aversão a organizações dessa natureza, como indica sua justificativa em ter se recusado a compor o corpo de sócios fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL):

Não quis fazer parte da Academia Brasileira, e é avesso a qualquer sociedade, por já achar demais a humana. Por exceção única pertence ao Instituto [Histórico Geográfico Brasileiro], do qual pretende demitir-se em tempo, se não morrer repentinamente. (ABREU, 1954, p. 152)

Contrariamente ao que o homenageado pensava sobre o assunto, Paulo Prado, um dos principais entusiastas dessa iniciativa, acreditava que por ter como uma de suas finalidades “trabalhar para melhor conhecer o Brasil”, a *Sociedade* seria bem aceita por ele:

Estou certo de que Capistrano de Abreu não recusaria essa homenagem, como em vida recusou todas as que os amigos e admiradores quiseram realizar e contra as quais se revoltava a sua agressiva modéstia. (PRADO, 1972, p. 145).

Ao prestar uma homenagem dessa natureza ao amigo erigiu-se uma espécie de memória institucionalizada sobre ele. Um conjunto de predicados passou a ser incorporado e naturalizado, tornando-se indissociável de Capistrano de Abreu: seu temperamento difícil, anedotas sobre seu comportamento e vestimenta, sua humildade, a profunda dedicação a diversas áreas de estudo passaram a ser temas recorrentes quando se recordavam episódios de sua vida. Então, percebe-se que resultaram das ações da *Sociedade Capistrano de Abreu* uma idealização do homenageado, a qual era permeada por traços de personalidade, nostalgia e reconhecimento da sua obra.

Portanto, os amigos, familiares e demais admiradores que se tornaram sócios da agremiação foram os primeiros responsáveis por uma tentativa de divulgação, revisão e interpretação dos trabalhos de Capistrano e de sua biografia. Evidentemente, isso é operado mediante escolhas, explicitando-se determinados aspectos em detrimento de outros. Em virtude disso, Oscar Sáez afirma (2003, p. 3) que “suas honras fúnebres foram atos para domesticar um morto; para lembrá-lo, mas também, e não em menor medida, para esquecê-lo”. Essa ênfase no esquecimento como parte da construção da memória sobre esse intelectual cearense, dá-se em função do modo como ele passou a ser visto pelas gerações posteriores, que discutiram quase que exclusivamente suas contribuições no campo da historiografia, minimizando, por exemplo, seus estudos no

ramo da etnologia indígena. Trata-se de uma consequência direta do modo como se construíram essas representações, como é constatável no discurso de Barbosa Lima Sobrinho por ocasião da comemoração do centenário de nascimento de Capistrano de Abreu, promovida pela *Sociedade*, em 1953:

Graves assuntos, [como] a Geografia, a Etnografia, a Lingüística, foram o seu descanso, as horas de lazer e de recreação dessa inteligência, que não conheceu nenhuma outra alegria, nem teve outro ideal que a alegria e o ideal do trabalho ininterrupto. (LIMA SOBRINHO, 1953, p.67).

Definido como “um homem que estudou”, Capistrano era tido como um misantropo e muito do que lhe interessava como pesquisador era considerado esquisitice, ou tão somente “descanso” da sua principal empreitada que eram os estudos históricos. Todavia, a preocupação com etnologia indígena acompanhava-o praticamente desde o início de sua carreira, quando publicou seus primeiros artigos sobre os Bacaeris, ainda em 1895. Como noticiam muitos de seus biógrafos, ele chegou a morar com índios das tribos que estudou, a fim de aprender sua língua, coletar lendas, compreender os hábitos etc. (CÂMARA, 1999). Desse esforço surgiu seu livro *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ*, constituído por uma gramática, dicionário e um apanhado de lendas dos Caxinauás, lançado em 1914. No final de sua vida, retomou seu trabalho sobre os Bacaeris. Tamanha era sua dedicação ao assunto, que escreveu a Paulo Prado em 27 de fevereiro de 1923, afirmando o seguinte:

Ainda agora acabou uma combinação, que me permitirá realizar a única cousa que ainda me prende a este mundo: publicar o livro dos bacaeris. Já poderia estar na rua o final do livro de Said Ali, se o editor quisesse levar de frente menos provas (ABREU, 1977a, p. 270).

Foram constantes nas correspondências de Capistrano as referências a esse trabalho, durante a década de 1920. Ele sempre procurou deixar Paulo Prado a par da situação do livro e de toda a problemática envolvendo a falta de editores interessados na sua publicação. Numa mostra da consideração que gozava na comunidade internacional, procuravam-no etnógrafos renomados como Franz Boas e Karl Von Den Stein a fim de discutir questões referentes à etnologia indígena brasileira, contrastando com a pouca aceitação da sua empreitada no próprio país (ABREU, 1977a; ABREU, 1977b; CHRISTINO, 2006).

A construção da memória de Capistrano de Abreu por seus “amigos e discípulos” seguiu, nesse ínterim, com a finalidade de demarcar no meio intelectual brasileiro a própria posição desses “herdeiros”. Trata-se de uma disputa simbólica em

torno dele, que passou a ser prioritariamente adjetivado como historiador, a despeito de suas reconhecidas contribuições em outras searas do conhecimento. Ao se proceder a um levantamento da extensão da obra de Capistrano, claramente se observaria o maior volume de ensaios historiográficos, mas também se constataria seu caráter disperso e a diversidade de assuntos que ele abordou – como crítica literária, necrológios, ensaios de cunho sociológico etc.

A existência desse embate traz importantes implicações para um trabalho sobre Capistrano de Abreu e sua obra, pois parte das fontes secundárias existentes para estudá-lo estariam imbuídas de interesses em torno da construção de uma interpretação sobre o Brasil. Pode-se pensar essa situação nos termos de uma disputa por uma posição privilegiada no espaço social destinado à produção de bens culturais (especificamente historiográficos neste caso), tal como é concebido por Bourdieu:

Resultado da luta entre aqueles que marcaram época (criando uma nova posição no campo) e que lutam para persistir (tornar-se “clássicos”) e aqueles que, por seu turno, só podem marcar época enviando para o passado aqueles que tem interesse em eternizar o estado presente e em parar a história. (BOURDIEU, 1996, p.69).

Reclamando para si os auspícios de Capistrano de Abreu, os integrantes da *Sociedade* legitimavam-se ao exaltá-lo, pois, ao salientarem a importância dos seus trabalhos, necessariamente era manifesta a relevância da iniciativa e das obras daqueles que se aclamavam como continuadores “[d]esse trabalho monumental que o mestre animava e desenvolvia (PRADO, 1972, P. 145).

Para Miceli, em decorrência da posição dominada ocupada pelos intelectuais no campo do poder, são eles os realizadores do maior esforço no sentido de produzir esse tipo de fonte biográfica, cujo condicionamento social ligado aos interesses de determinados grupos são mais perceptíveis. Isto se dá, pois a maior parte do capital que detêm é de tipo cultural, sendo, portanto, a produção de bens simbólicos seu principal legado. Deste modo, tendo em vista a conservação deste patrimônio, seus “herdeiros” (familiares, amigos e discípulos) são mobilizados no sentido de construir tais fontes, posto que isto constitui um modo de assegurar-lhes uma posição, tanto no campo intelectual em particular, como no campo do poder em geral. Ao passo que aqueles que pretendem tomar tal posição buscam combater estas representações. Em virtude disso, o autor alerta:

Antes de serem processados e transformados pelo pesquisador em provas do argumento explicativo, os materiais aí contidos [nas biografias, depoimentos,

discursos, correspondências etc.] são parte integrante do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade (MICELI, 2001, p. 349).

No caso específico do grupo de intelectuais aqui mencionado, há como peculiaridade o fato de muitos deles ocuparem uma posição privilegiada no campo do poder e, alguns deles, não gozarem do mesmo prestígio no meio intelectual, ou então possuí-lo majoritariamente em função do papel de mercenárias, como no caso de Paulo Prado, cuja estréia como escritor deu-se tardiamente. Ao levar em consideração as circunstâncias e interesses dos agentes que forjaram as interpretações correntes sobre o pensamento e a trajetória de Capistrano de Abreu, é possível situá-lo no contexto em que viveu e como ele passou ser percebido posteriormente, em função das iniciativas que criaram uma espécie de “memória oficial”, a qual, simultaneamente, refere-se ao falecido e aos vivos que se denominam seus continuadores. Isso consiste em um procedimento metodológico fundamental, a realização de uma “história social dos problemas”, no intuito de se romper com concepções pré-estabelecidas sobre a questão a ser estudada (BOURDIEU, 1998).

Após essas considerações mais genéricas sobre os integrantes da *Sociedade Capistrano de Abreu*, é importante analisar um pouco mais de perto a atuação de Paulo Prado, possivelmente o mais destacado entre os que se empenharam na “manutenção” da memória de Capistrano. Suas contribuições não se restringiam ao financiamento das publicações dele em vida e depois de morto pela associação. Orientado de perto pelo seu “mestre”, Paulo Prado escreveu uma série de artigos dedicados aos estudos históricos, intitulados *Paulística*. É um trabalho profundamente tributário das contribuições de Capistrano, exemplar da sua influência nas investigações sobre as bandeiras ao longo do século XX, que corroborou a ideia da primazia paulista na consolidação do empreendimento colonial português, que atribui aos bandeirantes a responsabilidade sobre a integração territorial do país e a descoberta das minas de ouro. Para Paulo Prado, Capistrano de Abreu era um intelectual completo, síntese entre o regionalismo e o cosmopolitismo, caracterizado como um beneditino das letras, sendo um ícone da nacionalidade brasileira:

Capistrano foi a encarnação do que se nomeia hoje – a nossa brasilidade. Mais do que ninguém. Integralmente. Em sem nunca ter batido no peito para exclamar com olhar furibundo: eu sou brasileiro. Amava a sua terra, desde as pequenas coisas – a rede, a pimenta, os banhos de cachoeira, o andar descalço, os mexericos – até a preocupação filosófica da Política, dos homens públicos, e todas as manifestações da nossa esporádica vida intelectual. (PRADO, 1972, p. 144).

Depois da morte de Paulo Prado em 3 de outubro de 1943, foi José Honório Rodrigues quem exerceu com maior dedicação o papel de divulgador e intérprete da obra de Capistrano. Tendo elaborado uma *História da História* produzida no Brasil, em que Capistrano de Abreu ocupou uma posição de destaque, Rodrigues enfatizou em suas análises da vida e da obra do historiador cearense aspectos referentes à sua formação intelectual. Destarte, sua trajetória foi dividida em dois momentos: a) seus anos de formação no Ceará, onde predominou o estudo de teóricos positivistas franceses; b) seus anos no Rio de Janeiro, onde adquiriu o domínio da língua alemã, propiciando-lhe o estudo da historiografia crítica de Ranke e da antropogeografia de Ratzel e Wappaeus, além de economia política e psicologia.

Rodrigues teve importância fundamental na editoração da obra de Capistrano, destacando-se seu grande esforço na década de 1970 ao organizar e prefaciar as *Obras Completas de Capistrano de Abreu* em 10 (dez) volumes. Foram acrescentados aos livros já publicados anteriormente mais um volume à série *Ensaaios e Estudos*³ iniciada pela *Sociedade Capistrano de Abreu*, além de outro extenso volume para suas correspondências. Todas essas publicações ocorreram mediante uma parceria entre o MEC e a Editora Civilização Brasileira.

O princípio da superação da “memória oficial” sobre Capistrano de Abreu, que ainda hoje encontra alguns adeptos, deu-se com a intensificação do processo de institucionalização das universidades e a criação dos programas de pós-graduação, o que acarretou grandes transformações no campo intelectual brasileiro. Assim, o estudo das fontes biográficas sobre Capistrano passou a atender preponderantemente a fins científicos. Pode-se considerar José Honório Rodrigues um agente importante nesse processo, apesar de suas ligações com a *Sociedade Capistrano de Abreu*, detentora de uma forte conotação apologética. Talvez ele estivesse no limiar entre essas perspectivas, protagonizando essa transição. O trabalho que realizou para propiciar um fácil acesso à sua obra foi um marco importante nessa empreitada.

Em uma situação semelhante encontra-se José Aurélio Saraiva Câmara com seu livro *Capistrano de Abreu – tentativa biobibliográfica*, publicado em 1969. Câmara – que era membro do Instituto Histórico do Ceará – realizou um importante trabalho de pesquisa documental para esclarecer alguns fatos referentes ao período que Capistrano

³ O plano original de José Honório Rodrigues consistia na organização de mais dois volumes na série *Ensaaios e Estudos*, ao invés de apenas um, como consta na nota 24 de seu prefácio à quarta edição de *Capítulos de História Colonial* (RODRIGUES, 2000, p. 27).

viveu no Ceará, tendo se consagrado como o melhor biógrafo do historiador cearense⁴. No entanto observa-se ainda nesse caso a persistência de uma tendência ao enaltecimento de sua figura.

Estudos mais críticos que iriam rever as contribuições de Capistrano de Abreu buscando não apenas reconhecer seus méritos, mas considerando também seus equívocos, surgiram a partir da década de 1970. Essa abordagem partiu tanto de acadêmicos que tomaram parte da obra de Capistrano como objeto de estudo, como por alguns que se dedicaram à investigação do período colonial. No primeiro caso, pode-se mencionar Ronaldo Vainfas (1999) e no segundo, Fernando Novais, com seu prefácio para a edição norte-americana dos *Capítulos de História Colonial*.

Contemporaneamente, as pesquisas em torno de Capistrano de Abreu buscam compreendê-lo a partir de suas correspondências, dando assim maior ênfase ao ponto de vista do “eu”, possivelmente em uma tentativa de evitar leituras enviesadas oriundas das fontes secundárias existentes para seu estudo⁵. Mediante essa abordagem são exploradas as suas mais variadas facetas. No caso do trabalho de Amaral (2003), foi destacada a correspondência cordial entre Capistrano e Barão de Studart, em que predominaram discussões referentes aos seus estudos históricos. Seguindo a mesma linha, Gontijo (2004b) tratou das correspondências entre Capistrano e o português João Lúcio de Azevedo, destacando-se o processo de construção identitária do ofício de historiador. Buarque (2003) apresentou outro trabalho interessante abordando um aspecto mais íntimo da vida de Capistrano ao tratar de suas relações com sua filha Honorina de Abreu, com quem manteve uma relação delicada em função da sua opção pela vida religiosa. Por fim, há um trabalho recentemente publicado de autoria de Fernando Amed (2006) que procura compreender o período que Capistrano de Abreu viveu no Rio de Janeiro a partir de suas correspondências, indicando como se deu a construção de uma verdadeira rede de pesquisa de documentos tendo-o como figura central. Amed também fornece subsídios para compreender o processo de consagração de Capistrano e suas possíveis frustrações.

⁴ Segundo Firmino Holanda esse trabalho é “... a mais completa biografia do historiador” (HOLANDA, 2002, p.129). Fernando Amed corrobora essa opinião: “Pareceu-nos o melhor o melhor trabalho biográfico acerca de Capistrano e isto pelo autor ter se debruçado sobre o que até então já havia sido dito sobre o historiador, além de apresentar uma ampla gama de fontes, sempre trabalhadas criticamente.” (AMED, 2006, p.275).

⁵ O trabalho de Elias sobre Mozart é bastante inovador nesse sentido, tendo aberto a possibilidade da confrontação de análises que assumem a perspectiva do “ele”, mediante o estudo de biografias, e que assumem a perspectiva do “eu”, mediante o estudo de correspondências. Cf.: ELIAS, Norbert. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

No influxo da exploração de novas abordagens, procurando-se considerar outros aspectos da produção de Capistrano, também surgiram trabalhos mais abalizados sobre suas contribuições na área da etnologia indígena. Contudo, isso ocorreu sem que isso se tornasse objeto de investigação estritamente antropológico, desenvolvendo-se o debate junto a historiadores e linguistas. Rebeca Gontijo (2010) buscou compreender a importância de compreender o vínculo entre historiografia e etnologia no final do século XIX, no intuito de se criar uma interpretação sobre o Brasil. Já a tese de doutorado de Beatriz Protti Christino (2006) teve como objetivo analisar a obra *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ*, sobre a tribo dos Caxinauás, inserindo-a no contexto dos estudos sulamericanistas na passagem do século XIX para o século XX, indicando a existência de uma intensa rede internacional de colaboração e pesquisa sobre o assunto, na qual Capistrano de Abreu estava inserido, sendo considerado um estudioso de grande importância sobre os indígenas brasileiros.

Pode-se concluir do que foi exposto que perduram as representações que tomam Capistrano de Abreu como historiador, como atestam a maior parte dos trabalhos publicados sobre ele e sua obra. Já é corrente a utilização de abordagens sociológicas como instrumentos auxiliares nos trabalhos acadêmicos contemporaneamente desenvolvidos sobre o autor, mas não há problematizações nas Ciências Sociais a respeito de sua produção e trajetória, mesmo no caso de um tema extremamente caro a Antropologia como é o caso da etnologia indígena. Sendo assim, com este texto pretende-se contribuir para uma abordagem sociológica da sua obra, articulando um aspecto bastante valorizado pelo autor, o povoamento do sertão do São Francisco e Parnaíba, com as condições sociais de produção dessa obra.

1.2. O sertão e o Ceará na visão de Capistrano de Abreu sobre o Brasil.

Como definido anteriormente, este trabalho intenta compreender a relação entre a interpretação de Capistrano de Abreu sobre o Brasil e a produção intelectual cearense, no âmbito da historiografia e literatura, durante a passagem do Império para a República. Não se trata somente de apontar o surgimento de uma “escola” de pensamento, de estabelecer afinidades e discordâncias entre argumentos, ou de arrolar pioneiros em determinadas abordagens e temáticas. Mais do que isso, está posto em causa nesta investigação como se deu a profusão intensa das letras no Ceará, tornando esta, na opinião de muitos críticos, uma das províncias de vida literária mais intensa no país, no período aqui considerado. José Ramos Tinhorão, em seu trabalho *A província e o naturalismo*, por exemplo, aponta o quão curioso é o surgimento de uma fértil geração de intelectuais no Ceará em 1870. Tornou-se célebre a afirmação do crítico literário José Veríssimo, no final do século XIX, que indicava ser o Ceará, depois do Rio de Janeiro, como a terra do Brasil de vida literária menos apagada (TINHORÃO, 2006, p. 19).

No seio dessa movimentação despontaram de forma privilegiada determinados temas, foram levantadas questões específicas referentes à realidade local, ainda que sob inspiração de modelos teóricos copiados da Europa. Pode-se afirmar, lançando mão de um conceito de Maingueneau (2006), que se constituiu uma *comunidade discursiva*⁶ em torno das origens e das especificidades do desenvolvimento da sociedade cearense. Com isso, produziu-se, partilhou-se, hierarquizou-se e consumiu-se imagens, notícias, poemas, narrativas, documentos, enfim, os mais diversos bens simbólicos, os quais propiciaram a criação de um vínculo de solidariedade particular que, para além da delimitação fronteiriça imposta pelas necessidades políticas e administrativas do empreendimento colonial português, fomentaram condições para se imaginar o Ceará como uma comunidade constituinte do Brasil⁷.

⁶ A noção de comunidade discursiva será debatida mais detidamente no próximo tópico do texto. Pode-se antecipar que trata de uma comunidade cimentada por discursos produzidos por determinados agentes e pela adesão a determinados ritos e normas.

⁷ O conceito de nação aqui adotado refere-se àquele empregado por Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas*, onde ele é concebido como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Seu caráter imaginado deriva do fato de que os integrantes dessa comunidade nunca conhecerão todos aqueles que dela fazem parte. A limitação é dada pela existência de fronteiras, para além das quais existem outras nações. A soberania remete ao surgimento das nações na Europa, pois tal forma de organização social teve que se contrapor aos regimes absolutistas fundados em uma ordem divina. E por fim, a ideia de comunidade remete-se ao sentimento de camaradagem entre seus membros, onde se procura aparentar

Nesse ínterim, a partir do estudo da obra de Capistrano de Abreu e de sua relação com a referida produção intelectual cearense, interessa perceber a importância de discursos sobre uma realidade regional específica na construção da ideia de nação. Ao analisar a história do período colonial brasileiro, o historiador cearense privilegiou os processos de ocupação e integração territorial, sobretudo os transcorridos no interior do continente. Destarte, o povoamento é percebido por Capistrano como elemento fundamental na constituição do país. Mediante seu estudo seria possível apreender como transcorreu a adaptação do colonizador à diversidade de condições ambientais encontradas no extenso território a ser desbravado, os conflitos e alianças com os nativos, a miscigenação, bem como a submissão dos ciclos de atividades econômicas da colônia aos interesses da Metrópole, apesar de sempre serem mediados pelas potencialidades naturais de cada região. Assim, o preenchimento dos “espaços vazios” – considerados dessa forma, implicitamente, pela ausência do elemento civilizador, aqui representado pelo português – seria mais relevante que as guerras travadas para expulsar os demais estrangeiros interessados nas possessões transatlânticas de Portugal:

A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeito o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo. (ABREU, 2000, p. 127).

Portanto, o estudo da ocupação do sertão, aqui compreendido como uma região ampla e diversa, não tão bem circunscrita geograficamente como ocorre nos dias atuais, torna-se indissociável dessa ênfase de Capistrano de Abreu nos processos de povoamento. A abrangência das condições ambientais agregadas sob essa categoria é bastante variada, incluindo o semiárido, a floresta amazônica, as minas, ou mesmo o extremo sul do Brasil.

Ao construir uma interpretação atribuindo tamanho destaque a esse aspecto da colonização, Capistrano de Abreu lançou um novo olhar sobre o passado do Brasil, mediante o deslocamento do enfoque do litoral para o sertão. O litoral é a fronteira mais próxima da Europa, onde existiam as feitorias e os pontos de apoio administrativo da Metrópole. Em decorrência disso, as disputas contra invasores, bem como os meios de controle político e econômico estavam concentrados nessa região, fazendo do colonizador um “caranguejo”, sempre a arranhar a costa, como dizia Frei Vicente de

relações horizontais, apesar de efetivamente constituírem-se por diferentes classes sociais, etnias, gerações, gêneros etc.

Salvador. Já o sertão, compreendido como essa região que não é banhada pelo oceano, carecia de maiores intervenções por parte da Coroa, por ser ermo e pela escassez de atividades que pudessem gerar riquezas a partir da exportação de algum bem primário. Somente com o advento da mineração ocorreu uma maior penetração do poder metropolitano no continente. Ao que parece, tais fatos propiciaram no seio da historiografia nacional, durante o Império, a criação de narrativas que enfatizassem mais o litoral, em detrimento do sertão. Essa tendência possivelmente foi reiterada pela abundância de documentos referentes ao que ocorreu onde a presença portuguesa foi mais intensa.

Entretanto, justamente essas características atraíram a atenção de Capistrano, pois dali seria possível observar a epopéia da formação de um novo povo – o brasileiro: “A mim preocupa o povo, durante três séculos, capado e recapado, sangrando e ressangrando”. (ABREU, 1977a, p. 166). Em função dessa preocupação, parte essencial do seu projeto de pesquisa consistia em estudar o que havia transcorrido nesse Brasil profundo. Distante do poderio oficial da Metrópole, o sertão teve nos bandeirantes e jesuítas os principais confrontadores da ordem estabelecida entre os nativos, gerando uma nova organização social. Sérgio Buarque de Holanda é categórico ao afirmar que as investigações de Capistrano de Abreu foram essenciais para o desenvolvimento dos estudos históricos na primeira metade do século XX:

Com algumas reservas, talvez, na parte que se relaciona às campanhas sulinas do Império, o interesse por todos esses diferentes problemas que através de meio século, puderam ser melhores esclarecidos – descobrimento e ocupação de terras, atividade dos jesuítas e conquista do sertão –, deveu muita coisa sem dúvida à ação estimulante de Capistrano de Abreu. (HOLANDA, 2008, p. 607).

Dentre esses aspectos mencionados acima, cujo desenvolvimento deu-se em grande medida por iniciativa de Capistrano de Abreu, cabe ressaltar a importância por ele atribuída à ocupação do trecho situado entre os rios Paraíba e São Francisco. Sob seu ponto de vista, seria essa a questão máxima do período colonial:

Aproveitarei o ensejo para insinuar a questão máxima de nossa história: o povoamento do São Francisco ao Paraíba, de que as migrações tupis são por assim dizer uma antecipação do ensaio. Não conheço da questão senão uma existência: formulo-a para os vindouros. Creio ladeá-la em cinco ou seis páginas. (ABREU, 1977a, p.110).

Embora afirme apenas formular a questão para as gerações vindouras, mais de dez anos antes de enviar ao historiador português João Lúcio de Azevedo a carta acima

transcrita, Capistrano de Abreu já havia feito suas contribuições. Em meio aos seus estudos sobre o povoamento, principalmente nessa amplidão de terras designadas de sertão, sobressaem-se suas reflexões sobre o semiárido, onde se instaurou a “civilização do couro”. Essa denominação foi atribuída ao modo como se estruturou a vida em torno da criação de gado. Afastado de onde se cultivava cana-de-açúcar, em locais desfavoráveis ao estabelecimento de qualquer outro tipo de atividade, o gado vacum surgiu como solução ideal para o fornecimento de alimentação da região litorânea. Partindo do rio São Francisco, sempre seguindo o curso dos rios, as boiadas logo se espalharam e propiciaram a concessão de grandes sesmarias pelo interior, passando pelo Ceará até chegar ao Parnaíba:

Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a casa da Torre, fundada por Garcia d’Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnaíba senhoreava mais oitenta léguas. Para adquirir essas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimento de sesmarias. Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, à razão de 10\$ por ano, no princípio do século XVIII (ABREU, 2000, p. 151-152).

Com o criatório ocupou-se uma porção do território habitado primordialmente pelos indígenas, os quais ou foram expulsos, ou incorporados como mão-de-obra ou chacinados pela ação dos bandeirantes. Nas fazendas criadas para a prática da pecuária, destacava-se a figura do vaqueiro. Ele geralmente era um mameluco, encarregado de lidar com os animais, alimentando-os, pastorando-os, tangendo-os e transportando-os ao seu destino final ao longo de penosas viagens por entre paisagens secas. Em virtude dessa responsabilidade, o vaqueiro era elemento essencial nessa figuração social. Sua atuação foi de fundamental importância para a integração nacional durante o período colonial, pois possibilitou a comunicação entre pontos cujo acesso dava-se apenas pelo mar, porém sempre com muita dificuldade (como no caso do itinerário entre São Luís e Salvador, por exemplo). Além disso, a comercialização do gado foi uma das raras atividades que movimentaram a economia interna brasileira, posto que, devido ao sistema colonial, a prioridade era a exportação de bens que propiciassem riqueza à Coroa a um baixo custo. Esses dois aspectos estavam intimamente vinculados, já que ao longo dos caminhos dos bois eram criadas instâncias, pontos de apoio onde se podia dormir e cuidar dos animais que sofriam grande desgaste durante seu percurso. Com isso, surgiram pequenos povoados, depois transformados em vilas e cidades, cuja principal fonte de riqueza vinha de tais iniciativas.

Em síntese, pode-se afirmar que para compreender as desventuras e sofrimentos do povo “capado e recapado”, Capistrano de Abreu elegeu como seu objeto de estudo historiográfico a ocupação do território nacional pelo colonizador e a formação de seus limites. É notória a importância atribuída ao sertão, fato patente em seu livro *Capítulos de História Colonial*, bem como em trabalhos de menor envergadura, mas de grande importância na sua produção, como o artigo *Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Além das próprias palavras do autor citadas acima, onde ele posiciona-se claramente sobre a necessidade de se investigar o povoamento do sertão, há certo consenso na crítica especializada sobre o caráter inovador da obra *Capítulos de História Colonial*, destacando sua abordagem diferenciada face aos temas que tradicionalmente eram considerados mais relevantes (RODRIGUES, 1954; PEREIRA, 2002). A esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda faz a seguinte observação:

[Seu] programa diverge fundamentalmente de todas as tentativas anteriores do mesmo tipo. (...) Assim é que às guerras flamengas, por exemplo, um dos temas diletos dos antigos historiadores, [Capistrano de Abreu] consagra apenas trinta e poucas páginas, contra mais de cem devotadas ao povoamento do sertão. (HOLANDA, 2008, p. 602-603).

Apesar de figurar como novidade na historiografia nacional sobre o período colonial, muitos dos aspectos salientados por Capistrano de Abreu foram apontados anteriormente em estudos históricos realizados a propósito da formação da sociedade cearense. Como apontam José Honório Rodrigues (2002) e Diatahy Bezerra de Menezes (2001), citando Diogo de Campos Moreno, em sua obra *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, publicada em 1613, no princípio da colonização do Ceará já era noticiada a inviabilidade da agricultura e sugerido o criatório de gado como possibilidade a ser explorada. Tal diagnóstico foi realizado com base na observação das condições ambientais, apontadas como empecilho para a promoção de um empreendimento duradouro, fator que afastou o colono e ocasionou o povoamento tardio da região.

A primeira expedição oficial promovida pela Coroa ocorreu somente em 1603, cujo destino foi a Ibiapaba. Como apontam diversos pesquisadores do período, a finalidade dessa campanha era combater a aliança estabelecida entre os indígenas e alguns conquistadores franceses, que se estabeleceram no Maranhão e procuravam ampliar suas possessões. Tendo à frente o açoriano Pero Coelho de Sousa, a missão logrou êxito em seus objetivos iniciais. Contudo, por almejar ir até o Maranhão no intuito de expulsar os franceses e obter controle sobre mais índios, Pero Coelho sofreu dura retaliação de seus soldados, gerando uma rebelião que quase provocou sua morte.

Sua fuga foi bastante penosa, contando com muitas baixas, inclusive o falecimento de um de seus filhos durante a viagem de volta para sua residência na Paraíba⁸. O batismo de sangue que marcou as tentativas iniciais de ocupação do Ceará foi completado com a missão dos padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueiras. A tentativa de catequização na Ibiapaba não foi bem sucedida devido a um ataque infringido por um grupo de indígenas, que resultou no assassinato de Francisco Pinto. Como exemplificam essas duas iniciativas, a tônica do primeiro século de colonização do Ceará foi dada por constantes conflitos com os índios, bem como pelas disputas dos portugueses com franceses e holandeses pelo controle dessas terras.

Com exceção dessas contendas, após ser consolidado efetivamente o domínio militar das possessões demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas, transcorreu sem maiores sobressaltos a ocupação do Ceará. Obviamente houve conflitos ao longo do período colonial, ocasionados por variadas razões, como disputas por terras, intrigas entre famílias, resistência indígena à ação do colonizador etc⁹. Dado o ínfimo interesse econômico de Portugal por tão árida região, é difícil imaginar o que poderia ter motivado as primeiras iniciativas de exploração desse território, não fosse a ameaça de invasão de outros conquistadores. Expressa-se essa displicência pela forma como deu-se o tratamento administrativo aplicado à colônia, praticamente sem qualquer autonomia, ora sob o controle do Maranhão, ora sob o controle de Pernambuco. Nesse sentido, deve-se atentar para o fato da emancipação administrativa ter sido alcançada apenas em 1799, quando já eram desenvolvidas atividades econômicas de maior relevo.

Com isso, após a elucidação das questões mencionadas acima, e eleito o rol dos heróis fundadores da província – que tem em Martins Soares Moreno seu nome máximo¹⁰ –, praticamente nenhum fato valorado tradicionalmente como merecedor de

⁸ Barão de Studart indica como foi dramática a realização desse percurso: “A travessia da infeliz caravana, de que faziam parte os cinco filhos do capitão mór, dos quaes o mais velho tinha 18 annos, todos a morrerem de fome e de sêde, sob um céu ardentissimo, é um verdadeiro poema das dores. Depois de perderem vários companheiros, entre os quaes o filho mais velho do capitão mór (dous segundo Berredo) chegaram os expedicionários esqueleticos, loucos de fome, sendo acolhidos pelo vigário do Rio Grande. D’ahi partiu Pero Coelho para a Parahyba e de lá para a Hespanha, onde morreu depois de passar longos annos a requerer, inutilmente, a paga de seus serviços.” (STUDART, 2001, p. 5).

⁹ Já era recorrente entre os antigos historiadores, tais como Tristão de Alencar Araripe, Antônio Bezerra e Studart, discorrer sobre as celebres disputas entre as famílias Monte e Feitosa – objeto de estudo do brasilianista Billy Chandler (1980) –, Ferro e Aço, assim como os conflitos entre as autoridades designadas pela Coroa para assumir os postos administrativos em Fortaleza e os proprietários de terras. Além disso, também é amplamente noticiada a resistência promovida pelos indígenas no Ceará, considerada por muitos estudiosos uma das mais violentas ocorridas em todo o Brasil, a qual ficou conhecida como “Guerra dos Bárbaros” (STUDART, 1959)

¹⁰ Martim Soares Moreno é considerado o fundador do Ceará. Esteve presente na expedição chefiada por Pero Coelho em 1603, retornando depois em várias ocasiões. Empenhou-se nas disputas contra os

maior destaque foi noticiado. Couberam apenas aos historiadores do passado cearense arrolar as datas das Cartas Régias concedendo sesmarias, as sucessões ocorridas no cargo de capitão mor, e as incongruências decorrentes da centralização do poder administrativo no litoral, onde por alguns anos houve acirrada disputa entre Aquiraz e Fortaleza por essa primazia, face à concentração das atividades econômicas no sertão.

Em função do notável esforço protagonizado por seus conterrâneos na investigação do passado cearense, Capistrano de Abreu (1899) afirmou que possivelmente o Ceará era um dos estados da União que tinha pesquisadores mais dedicados aos estudos históricos. Essa opinião cristalizou-se entre muitos historiadores. Capistrano ainda salienta que essa preocupação converteu-se em uma produção historiográfica peculiar, dada a natureza dos fatos noticiados. Obras como *Datas e fatos para a história do Ceará*, de Guilherme Studart, *História da província do Ceará*, de Tristão de Alencar Araripe, ou *Algumas Origens do Ceará*, de Antônio Bezerra, seriam exemplares da “falta de acontecimentos estrondosos”, segundo o autor. Assim, sobressaem-se registros sobre ações cotidianas da burocracia metropolitana instalada na colônia, principalmente daquelas ocorridas no interior:

Os estudiosos de annaes cearenses, encontrando poucos episodios dramaticos, recolheram pequenos factos que os annalistas de outros estados communmente desdenham: concessões de sesmarias, fundação de capellas, installações de freguesias etc. (ABREU, 1899, p. 22).

Diatáhy Bezerra de Menezes (2001, p.74) ressalta ainda a anterioridade da literatura nas reflexões sobre o Ceará, lembrando que “o Ceará é invenção sobretudo de Alencar que, com seu poema *Iracema*, fez de sua província a única do país a possuir sua epopéia fundadora”. Não obstante, ele reconhece a maior presença dos estudos históricos, corroborando a afirmação de Capistrano de Abreu. Ao escrever sobre a historiografia cearense no século XIX, José Honório Rodrigues especulou sobre o possível estímulo suscitado pela análise do cotidiano como origem da grande preocupação com o passado entre os intelectuais cearenses, redundando em uma alta qualidade dos trabalhos produzidos:

holandeses e edificou o primeiro fortim, sinal de posse e conquista (RODRIGUES, 2002). Eternizado como o colonizador que se envolveu com a doce Iracema por José de Alencar, Martim Soares Moreno foi objeto de grande culto pelos estudiosos do passado cearense. Guilherme Studart empreendeu minuciosa investigação documental, sendo o principal responsável pelo volume de informações existentes ao seu respeito (OLIVEIRA, 2001).

O Ceará é o estado brasileiro que produziu a melhor historiografia regional, a melhor revista histórica, os maiores historiadores no campo regional e brasileiro, Studart e Capistrano (RODRIGUES, 2002, p. 51).

Uma consequência da afirmação de Capistrano de Abreu a respeito do povoamento da região situada entre os rios Parnaíba e São Francisco é justamente a valorização do tipo de fonte documental utilizada por seus conterrâneos e, obviamente, de suas práticas de pesquisa. Ao enfatizar na sua interpretação sobre a formação da sociedade brasileira o papel desempenhado pela “civilização do couro”, não há como desconsiderar a produção historiográfica cearense, pois o desenvolvimento do Ceará está intimamente vinculado com o tipo de povoamento propiciado pela pecuária. Djacir Menezes (1995), em *O outro nordeste*, por exemplo, afirma que ao escrever sobre o sertão nordestino, sempre teve em mira o Ceará, possivelmente devido à representatividade de sua história para a compreensão do “nordeste seco”.

O próprio Capistrano de Abreu (1899) em um artigo produzido a propósito da obra *Datas e fatos para a história do Ceará* de Guilherme Studart, afirma a importância da ocupação do Ceará mediante a criação do gado no que diz respeito à integração territorial e expansão das posses da metrópole, que pretendia ir além do Amazonas e chegar até o mitológico “eldorado”. A marcha para o oeste brasileiro é explicada por Capistrano nos termos da atividade vital dos portugueses, seguindo o impulso de romper as fronteiras artificiais, que dividiam suas terras das espanholas, em favor de uma suposta “fronteira natural”, forjada a partir dos interesses expansionistas dos colonizadores lusitanos. Então, Capistrano de Abreu buscou compreender a constituição da sociedade cearense no âmbito do processo geral de povoamento do sertão – tomado aqui em sua acepção mais ampla, como já foi explanado acima. Ao mesmo tempo, nesse contexto expansionista, ele aponta o povoamento do Ceará como estratégico para os interesses de Portugal, pois, além de possibilitar comunicação com o norte, proporcionava com o estabelecimento da pecuária vida e movimentação a uma região pouco explorada.

Portanto, torna-se plausível pensar em termos de uma dupla troca: de um lado, é fundamental entender os processos transcorridos no Ceará para a formulação da interpretação de Capistrano de Abreu sobre o Brasil, por outro, os trabalhos do historiador contribuíram para atribuir uma explicação para a colonização cearense. Dessa forma, conformou-se o que o autor denominou em um de seus trabalhos de juventude de “ponto de vista nortista”. Ao analisar as questões que Capistrano

priorizou, podem-se perceber afinidades com as temáticas tratadas por seus conterrâneos, sendo possível apontar uma espécie de complementaridade entre ambos. Com isso, é admissível considerar que o argumento de Capistrano está vinculado à forma como o Ceará foi concebido historiograficamente, coincidindo aquilo que ele enfatizou para desvendar o passado brasileiro com aspectos muito relevantes da colonização cearense.

É constatável que essas trocas expressas nessas produções historiográficas eram anteriores às publicações dos artigos e livros, como atesta o intenso envio de correspondências tratando de fontes documentais, bem como de questões referentes à terra natal entre os historiadores cearenses. Ilustra esse fato a solicitação de Capistrano a Guilherme Studart quanto à publicação de documentos relativos ao Ceará:

Não poderá V. agora começar a publicação metódica dos documentos relativos ao nosso torrão? Creio que uns três ou quatro volumes chegariam para o principal, e V., que pretende celebrar o centenário em 1903¹¹, poderia antes ter terminado a divulgação de seu arquivo. (ABREU, 1954, p. 148).

Observa-se no caso aqui considerado que a articulação entre a produção historiográfica regional e nacional tinha por base o estabelecimento de uma rede de colaboração bastante abrangente. Capistrano de Abreu notabilizou-se por mobilizar diversos pesquisadores, fazendo confluír diferentes contribuições em sua análise sintética da formação do Brasil. Compreender como essa interpretação de Capistrano de Abreu relaciona-se com a produção intelectual cearense demanda que se considere não apenas os discursos elaborados pelos agentes em questão, mas também o conjunto de relações que eles estabeleciam entre si, que também contribuía para a construção de suas identidades como homens de ciência (AMED, 2006; LIMA, 1999; OLIVEIRA, 2001).

É necessário evitar um tratamento excludente de aspectos textuais e extratextuais, pois ambos vinculam-se de uma maneira orgânica, ao mesmo tempo produzindo explicações sobre a história do país e do estado e criando o *métier* de historiador. Assim, deve-se estabelecer uma abordagem que propicie uma explicação que articule as formas de sociabilidade entre esses intelectuais e suas produções. A seguir, serão expostas as categorias adotadas para a realização deste trabalho.

¹¹ Trata-se do tricentenário da expedição de Pero Coelho, ocorrida em 1603.

CAPÍTULO II

Gênese do campo intelectual no Brasil e no Ceará

2.1. Peculiaridades da Constituição do Campo Intelectual no Brasil

O período entre 1870 e 1930 foi bastante peculiar no que se refere ao desenvolvimento da vida intelectual brasileira. Procurou-se nesse intervalo de tempo, permeado por mudanças políticas e econômicas significativas, construir uma identidade que afirmasse o caráter civilizado e culto da jovem nação. Havia constantes disputas entre literatos, cientistas, políticos e instituições diversas, as quais eram dotadas de um caráter missionário (SEVCENKO, 1983).

Mas tudo ainda era muito novo. A constituição de uma rede de instituições de saber relativamente estável era recente. Apenas com a transferência de D. João VI e de sua corte ao Brasil, em 1808, houve a preocupação de dotar a colônia de estabelecimentos de ensino e de caráter cultural – como as escolas de medicina na Bahia e Rio de Janeiro, Imprensa Régia, a Biblioteca, o Museu Real etc. Com isso, a colônia portuguesa, além de sede provisória da monarquia, era um centro produtor e reproduzidor da memória oficial do reino. Em função disso, a “classe ilustrada nacional” formou-se em instituições criadas com a finalidade de garantir o domínio português, o que redundou na produção de imagens do Brasil ora como extensão de Portugal, ora como dependente da corte (SCHWARCZ, 1995). Após a proclamação da independência política, foram criadas novas instituições com fins educacionais, de produção de conhecimento e de uma memória nacional. Os principais destaques nesse sentido foram a fundação dos cursos de Direito em Recife e São Paulo, em 1827, bem como do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e do estabelecimento de ensino secundário, Colégio Pedro II, em 1838, no Rio de Janeiro.

A marca distintiva dessas instituições, além de suas finalidades específicas, era a vinculação estreita com o campo do poder (daí expressarem marcantes antagonismos regionais) e a dependência da importação de sistemas de pensamento europeus. Os cursos de Direito, criados à imagem do existente em Coimbra, destinavam-se não somente formar juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e funcionários de alto escalão do Estado. Ou seja, tratava-se de uma espécie de curso de formação de lideranças políticas (CARVALHO, 2003). Já o IHGB, fundado em plena crise política do Período Regencial, quando diversos movimentos centrífugos de cunho regionalista ganhavam a cena, viria a cumprir um papel similar ao de seus congêneres europeus: “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então

dispersos” (SCHWARCZ, 1995). No caso dessa última agremiação, chama atenção o modo como eram recrutados seus membros, pautado mais em determinantes sociais do que na produção intelectual, tornando a instituição um espaço de projeção intelectual para uns poucos e espaço de promoção pessoal para a maioria (GUIMARÃES, 1988).

Ao introduzir novas correntes de pensamento oriundas da Europa, sobretudo o evolucionismo e o positivismo, bem como as doutrinas raciais, a geração de 1870 marcou definitivamente a vida intelectual brasileira durante o Império. Para Schwarcz (1995), a partir de então se esboçou uma especialização das atividades intelectuais que, pautadas nesses referenciais teóricos. Algumas instituições tornaram-se verdadeiros centros de pesquisa – tais como o Museu Real (posteriormente Museu Nacional), as Faculdades de Medicina e de Direito, assim como os institutos históricos espalhados pelo país.

Ainda de acordo com a autora, a disputa velada que emerge nesse contexto entre os “profissionais de ciência” e os “homens de letras” pode ser tomado como um indicador dessa especialização. Os “homens de ciência” são intelectuais cuja produção é majoritariamente dedicada a áreas como história, geografia, etnografia, medicina, sanitarismo, e ensaios inspirados em doutrinas científicas, como evolucionismo, positivismo etc.; os “homens de letras” são basicamente os literatos (SCHWARCZ, 1995). No entanto, cabe salientar que essa classificação pode levar a uma rigidez excessiva, pois o grau de especialização intelectual não era tão elevado, havendo sempre escritores situados nas fronteiras, os polígrafos (MACHADO NETO, 1973).

Não obstante os inegáveis avanços no meio intelectual brasileiro do período, com a gradual constituição de uma nova visão de mundo nessa ilha de letrados¹², cercada por um mar de analfabetos e até então habitada apenas pela formação cristã das ordens religiosas, alguns traços estruturantes permaneciam. O principal deles é a estreita relação entre intelectuais e política. Miceli (2001) afirma que para geração de 1870, o trabalho intelectual era indissociável do trabalho político. Não é por acaso que a abolição da escravidão e a proclamação da República foram protagonizadas por esses homens.

Em um contexto em que a quantidade de bacharéis em Direito era muito maior do que a demanda, os letrados destinavam-se desesperadamente à busca do emprego

¹² Metáfora cunhada por José Murilo de Carvalho (2003) para se referir aos baixíssimos níveis de escolaridade da população brasileira e expressar a utilização da educação como marca distintiva da elite política nacional.

público, reforçando o caráter clientelístico da burocracia imperial – fato que também era comum aos engenheiros e médicos do período (CARVALHO, 2003). Como nem sempre todos obtinham uma colocação, e a inserção na política era para muito poucos, a imprensa era o que restava para os menos afortunados, dada sua expansão ante o desenvolvimento do país, a urbanização e crescimento da classe média e esboço da burguesa (SODRÉ, 1999).

A intensificação desse processo ao longo da República Velha, quando se ampliaram as condições favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária, pode caracterizar uma relativa autonomização desse campo, em consequência das exigências emanadas da especialização crescente da divisão do trabalho social de dominação (MICELI, 2001). Assim, essa diversificação de papéis é resultante da própria dependência em relação ao campo do poder, pois resulta mais do processo de expansão deste do que de movimentos exclusivamente endógenos: são mudanças externas que propiciam as diferenciações e hierarquizações das posições no campo de forças em que estava inserida a intelectualidade brasileira.

Isso é válido tanto para os “profissionais de ciência” como para os “homens de letras”. Por parte dos primeiros, a subordinação estava inscrita até no interior das próprias instituições que congregavam. O IHGB, por exemplo, era constituído majoritariamente por integrantes da elite do poder nacional. Os critérios diferenciados de acesso à instituição (doações de patrimônio ou dinheiro, em oposição à comprovação de excelência e competência específica), geraram uma rígida hierarquia interna – objetivação da relação hierárquica, subordinada e dependente entre os campos do poder e intelectual: o Presidente de Honra era o Imperador (e posteriormente o presidente da República, tradição que perdura até hoje); o Presidente era sempre um político destacado, tanto no Império como na República; e os Secretários, responsáveis pelo dia-a-dia da agremiação e pelas tarefas mais inglórias, eram os associados indicados exclusivamente pela sua capacidade intelectual (SCHWARCZ, 1995).

A dependência também era acentuada por parte dos “homens de letras”. De acordo com Machado Neto (1973, p. 77): “não se viveu de literatura (ou outra atividade cultural assemelhada) salvo exceção de algum período da vida e, assim mesmo, acumulando com o jornalismo”. A imprensa – dominada pelos partidos políticos durante o Império e convertida em indústria na República, ainda sob o controle das oligarquias – era o principal meio de publicações literárias, tendo grande parte dos escritores engajados na produção dos periódicos (SODRÉ, 1999). Além dos jornais e

dos cargos públicos, o magistério compunha o restrito repertório de alternativas empregatícias de literatos e “homens de ciencia”. Em todos esses casos, a mobilização do capital de relações sociais constituía o principal meio de acesso a uma colocação, mais precioso nesse mercado do que qualquer tipo de capital cultural objetivado em títulos escolares (MICELI, 2001).

Portanto, o processo de especialização das atividades intelectuais no Brasil foi diretamente condicionado pelos interesses dos grupos dirigentes, estabelecendo uma relação de dependência recíproca, porém hierarquizada, entre as duas partes. Uns precisavam da mão-de-obra especializada, enquanto os outros precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver. Nesse sentido, a configuração do campo de forças a que estavam submetidos os intelectuais pode ser caracterizado por uma subordinação estrutural aos poderes temporais, gerando uma dubiedade em relação às regras do jogo, na medida em que fatores externos eram preponderantes na definição das posições dominantes no meio intelectual.

A consagração no meio literário e científico exigia não só o reconhecimento dos pares, mas também das elites. Nesse sentido, a disputa pelo monopólio de designação dos princípios de classificação legítimos entre dominantes e pretendentes não tinha como fundamento estritamente a afirmação da “arte pela arte” ou da “competência científica”, mas também o consentimento dos poderosos. No âmbito da história, por exemplo, isso se torna patente pela valorização de biografias e genealogias, forma idealizada de celebrar a memória dos grupos familiares e dos indivíduos documentados. Na literatura ocorre algo semelhante, pois na hierarquia dos gêneros sobressai-se o folhetim em detrimento da poesia, situação inversa ao de contextos onde o campo literário goza de uma autonomia relativa (BOURDIEU, 2005).

Além dessa subordinação ao campo do poder, a variante brasileira da República das Letras vivia também de versões e importações de modelos europeus para viabilizar a almejada construção de uma identidade civilizada para o país. Essa dupla dependência (em relação ao campo do poder e aos sistemas de pensamento estrangeiros) era expressa por uma adesão às formalizações e idéias de além mar com adequação do conteúdo à realidade local. Desse modo, a *História Geral do Brasil* de Varnhagen lembra narrativas sobre personalidades da cultura européia (SCHWARCZ, 1995) e Peri assemelha-se com personagens de Chateaubriand, apesar da discordância de Alencar em relação a essa comparação (ALENCAR, 2005). A ambigüidade encerrada nessas obras – cujo princípio gerador são as estruturas mentais de seus autores, modeladas pelas estruturas

sociais em que estavam inseridos – revela ao seu modo, por um processo de objetivação de si pela formalização, a própria natureza da estrutura social e da posição dos seus autores (BOURDIEU, 2005).

A composição social da *intelligentsia* brasileira é um elemento importante para compreender a lógica de seu envolvimento com as frações dirigentes, pautada pelo delineamento das regras dos campos de produção simbólica em função do aprimoramento das formas de dominação, e não como fim em si. Machado Neto (1973) afirma que na estratificação da República das Letras no Brasil predominava a classe dominante e a classe média, com a ocupação das profissões liberais destinada à última. Assim, segundo Miceli (2001), muitas vezes o ingresso na carreira intelectual ocorre pela impossibilidade de se obter um posto de comando. Nesse caso, como já foi dito, a ascensão estava condicionada pela mobilização do capital de relações sociais. Com isso, os intelectuais – geralmente oriundos da classe média – acabavam agindo condizentemente com sua condição indeterminada. A partir da relação entre o *habitus* e a configuração do campo em que estavam inseridos, suas estratégias eram afins aos seus interesses (obter uma colocação no meio intelectual) e à posição que ocupavam no espaço social (classe média que almeja ascensão), sem necessariamente ser resultado de um cálculo (BOURDIEU, 1983).

2.2. Constituição do Campo Intelectual Cearense no Século XIX

De acordo com Dolor Barreira (1948), as primeiras manifestações literárias na província são anteriores à independência. Em 1813 foi constituído um grupo de poetas denominados de *Oiteiros*, considerados os “arcades do Ceará”. Tratava-se na realidade de saraus de poesia realizados no Palácio do Governador Manuel Inácio Sampaio, reunindo alguns padres e políticos locais que proferiam cânticos religiosos intercalados por odes aos reis e príncipes, selando cadenciada e melodiosamente as bases do que viria a ser o Estado Imperial brasileiro, que tinha no catolicismo uma de suas principais bases de sustentação.

Após essa breve iniciativa, criada para entreter as elites, a produção intelectual no Ceará permaneceu esparsa, consistindo em iniciativas individuais isoladas. O meio privilegiado para publicação eram os jornais, os quais eram de propriedade das famílias ligadas aos partidos liberal e conservador¹³. Um exemplo foi o jornal *Sempre-Viva*, criado em 1849 por Juvenal Galeno e Gustavo Gurgulino de Sousa, cujo intuito era “deleitar e instruir o belo sexo” mediante uma publicação semanal dedicada exclusivamente à literatura, com inspiração no Romantismo (BARREIRA, 1948). A publicação era produzida nas mesmas oficinas do jornal *Pedro II*, de propriedade da família Fernandes Vieira, integrante do partido conservador.

A movimentação em torno da literatura era muito restrita até meados da década de 1850, como indica Cruz Abreu (1922). Não havia nenhuma biblioteca ou livraria em Fortaleza, apenas uma loja dotada de uma seção para a venda de livros e material de escritório, bem como de aluguel desses mesmos livros, mediante o pagamento mensal de 2\$000 réis. Com as atividades iniciadas em 1849, a loja – cujo proprietário era Manoel Antônio da Rocha Júnior – possuía uma grande demanda por obras jurídicas.

Nesse período a publicação de folhetins em jornais tornou-se mais freqüente. Em 1850, o português Joaquim José de Oliveira, editor do *Pedro II*, foi ao Rio de Janeiro para adquirir novo material tipográfico para o jornal e acabou trazendo diversos folhetins traduzidos do francês, prevalecendo os seguintes gêneros: novelas, contos infantis, romances de cavalaria, comédias e dramalhões. O público leitor era basicamente constituído por comerciantes portugueses estabelecidos na capital. O

¹³ Apenas cinco famílias dominaram o cenário político durante Império: Castro, Alencar, Feitosa, Fernandes Vieira, Pompeu e Paula Pessoa. Com isso prevaleciam nos partidos os interesses dessas famílias, ao invés de ideologias e programas (MONTENEGRO, 1980).

sucesso da iniciativa levou Joaquim José de Oliveira a fundar a *Livraria Oliveira* (ABREU, 1922).

O principal ponto de encontro para a realização de saraus literários era o *Theatro Thaliense*, mantido desde 1842 por uma sociedade particular (BARREIRA, 1948). O grande público costumava freqüentá-lo nos dias de datas comemorativas referentes a importantes acontecimentos da história brasileira. No dia 25 de março de 1850, uma peça de autoria de Manoel Francisco de Paula Barros Filho foi encenada por ocasião de uma solenidade referente ao Juramento da Constituição do Império. A tragédia intitulada a *Morte do general Gomes Freire*, teve boa receptividade, sendo aclamada principalmente por Gustavo Gurgulino.

É interessante notar que esses poucos literatos integravam partidos políticos e exerciam cargos públicos. Barros Filho era oficial da secretaria de governo, exerceu o cargo de promotor em Baturité, além de ter cumprido o mandato de deputado provincial (1848-1849). Já Gurgulino foi deputado provincial em muitas legislaturas pelos conservadores. A situação não era diferente entre os que se dedicavam aos estudos históricos, como eram os casos de Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Pedro Théberge, todos vinculados ao partido liberal. Na verdade, as esferas que compunham o embrionário sistema literário cearense estavam submetidas à dinâmica da política – produção, circulação e consumo de bens simbólicos eram permeados pelas disputas entre conservadores e liberais.

Nas palavras de José Honório Rodrigues (2002), a década de 1850 marcou o encontro do Ceará com sua própria história, cujo marco zero é a referida obra de autoria de Tristão de Alencar Araripe. Nela, Araripe delineou as principais teses acerca da peculiar colonização cearense, destacando-se as seguintes questões: ocupação territorial, formação da população e das elites, as condições climáticas, as atividades econômicas e estrutura social. Para Rodrigues, as formulações desse autor tornaram-se referências fundamentais para aqueles que tomaram para si o trabalho de contar a história cearense.

Ainda de acordo com Rodrigues, esse momento é caracterizado pelo desejo de conhecer as origens do Ceará, cujas mazelas ocasionadas pelas secas, bem como a impossibilidade de realizar uma atividade extrativista que propiciasse retorno imediato, são recorrentemente mencionadas como explicação para a tardia colonização da região. Desse modo, diversos trabalhos convergiram para o debate acerca da difícil adaptação ao clima hostil da província. Ao logo da segunda metade do século XIX essa temática foi desenvolvida por diversos meios, tais como ensaios, romances, poesias, ou pelas

ciências geográfica, demográfica e estatística (BARREIRA, 1948; MENEZES, 2001; RODRIGUES, 2002).

Essa intensificação da produção intelectual no Ceará ocorreu justamente no momento em que se iniciou sua inserção no mercado internacional, com a exportação de algodão. Seguiram-se amplas transformações políticas e sociais a essa reestruturação econômica – caracterizada na esfera da produção pela perda da importância da pecuária em detrimento da cotonicultura, ocasionando uma mudança de foco do mercado interno para o externo (GIRÃO, 2000; PRADO JÚNIOR, 2000, 2004). É nesse momento que Fortaleza consolidou sua hegemonia como principal cidade cearense, deixando de ser apenas a sede administrativa para se tornar o maior centro comercial da província, superando Aracati (LEMENHE, 1991). Portanto, há uma convergência entre o progresso material, o processo de urbanização de Fortaleza e o impulso inicial para a constituição de um *campo intelectual*.

O surgimento de agremiações literárias foi decisivo na constituição de um sistema articulado de produção de discursos sobre as origens do Ceará. A *Academia Francesa* notabilizou-se pelo pioneirismo, destacadamente em função da atuação de seus integrantes nas discussões referentes à Questão Religiosa¹⁴. Embora houvesse produção intelectual anterior a esse período, na década de 1870 a feição dos debates mudou consideravelmente. Inicialmente não existiam espaços específicos para essa produção circular, por isso a imprensa ordinária e até mesmo as praças tornaram-se palanques de calorosos debates. Contudo, ao longo do último quartel do século XIX, observou-se uma progressiva especialização dos meios de circulação de idéias, inclusive diferenciando-se claramente as agremiações de cunho literário das de cunho histórico, as quais passaram a contar com revistas especializadas para a publicação dos textos de seus membros.

Evidentemente não se instaurou no Ceará um núcleo totalmente isolado e autônomo de produção intelectual, dada a dependência em relação aos centros

¹⁴ A questão religiosa iniciou-se em Pernambuco nos fins de 1872 com o bispo de Olinda Dom Vital, que, seguindo as determinações do Papa Pio IX, solicitou que as irmandades católicas desligassem de seus quadros todos os maçons. Entretanto, como o catolicismo era a religião oficial do Estado, os decretos eclesiásticos só poderiam ser validados ou não a partir dos parâmetros fornecidos pela Constituição. Naquela ocasião quem presidia o Conselho de Ministros era o Visconde do Rio Branco, que era maçom. Assim, ele revogou a determinação de Dom Vital e ordenou sua prisão, juntamente com a de outro bispo. Desta forma, iniciou-se um conflito aberto entre a Igreja Católica e os maçons, o qual só foi atenuado com a dissolução do gabinete Rio Branco, a anistia dos bispos e a suspensão pelo papa das proibições aplicadas aos maçons (FAUSTO, 2002, p.128).

hegemônicos no Brasil e na Europa, além da ligação estreita entre seus agentes e as elites políticas e econômicas locais. A própria inserção das teorias e escolas literárias que circularam na província durante esse período é um indicador desse processo, pois a importação de livros da Europa intensificou-se justamente com a consolidação de Fortaleza como principal porto para a exportação de algodão (CÂMARA, 1999).

Como foi indicado acima, é admissível filiar Capistrano de Abreu a essa *comunidade discursiva* que se constituiu no Ceará no final do século XIX. Nesse sentido, cabe investigar como a produção desses discursos, que tematizaram uma região sem peso significativo na dinâmica política e econômica do país, forneceram subsídios para a construção de uma interpretação do Brasil. Para tanto, compreender a dinâmica de instituição do *campo intelectual* no país é fundamental, principalmente no que se refere ao processo de especialização disciplinar no ramo da historiografia.

Portanto, é inegável o movimento de ampliação da produção cultural no Ceará a partir da década de 1850, mas também é patente a peculiaridade com que esse processo desenrolou-se. Diferentemente do caso estudado por Bourdieu (2005), não havia uma gama tão diversificada de produção literária. O folhetim era praticamente o único gênero literário a circular, não encontrando oposição de nenhuma natureza em favor de uma estética pura e livre de condicionantes não-literários. O grau de especialização da divisão do trabalho social era tão baixo nesse período que não é possível caracterizar um campo intelectual, apesar de boa parte dos seus elementos constituintes já delinearem-se. Todavia, faltava o elemento central: a *illusio* (BOURDIEU, 1996). Na verdade, a atividade intelectual desenvolveu-se no Brasil de forma diferenciada, pois os agentes imbuídos da produção de bens simbólicos estavam muitas vezes dotados de uma libido social própria do jogo político.

Essa indiferenciação entre as atividades relaciona-se diretamente com a hierarquia social rígida herdada do passado colonial, cuja sustentação estava no latifúndio e na escravidão. O grau de instrução da população era tão reduzido que entre 1838 e 1850 apenas vinte e nove cearenses haviam tornado-se bacharéis em Direito pela Faculdade de Recife (GIRÃO, 2000). Um fator preponderante para tamanha distorção é o maior peso atribuído ao capital econômico no posicionamento dos agentes no espaço social. Isso ocorreu, pois o campo econômico impunha-se aos demais – inclusive ao político, cujos critérios que asseguravam o direito de voto e de elegibilidade eram censitários. Dessa maneira, as atividades intelectuais restringiam-se basicamente à elite do poder, ou aos integrantes das classes médias dotados de capital de relações sociais

que lhes propiciassem o ingresso nesse restrito microcosmo – mas sempre em uma condição subalterna. Assim, praticamente havia uma coincidência entre produtores e consumidores de bens simbólicos.

O surgimento de agremiações literárias e filosóficas, com destaque para Academia Francesa, Gabinete de Leitura, Padaria Espiritual e Academia Cearense, certamente constituem um marco inicial na constituição de um campo intelectual relativamente autônomo. Essas associações foram responsáveis pela ampla aceitação das idéias abolicionistas, iluministas e republicanas junto à elite cearense. No entanto, ainda permanecia estreita a relação entre trabalho intelectual e trabalho político.

A Academia Francesa possuiu grande destaque nesse cenário. Surgida em 1872-73, era constituída apenas por jovens egressos da Faculdade de Direito de Recife. O padrão de sociabilidade instaurado por esse grupo contrastava profundamente com o dos saraus tradicionalmente realizados em Fortaleza. Os freqüentadores não eram os ocupantes das posições dominantes do campo do poder. As reuniões eram mais modestas, ocorrendo nas casas dos seus integrantes, tematizando principalmente as modernas correntes do pensamento científico e filosófico. Na verdade, tratava-se de uma espécie de grupo de estudos, como é perceptível pela descrição de suas reuniões fornecida por Capistrano de Abreu:

Era em casa de Rocha Lima que reuniam-se os membros do que chamávamos *Academia Francesa*. Quanta ilusão! quanta fôrça, quanta mocidade! França Leite advogava os direitos do comtismo puro e sustentava que o *Systhème de Politique* era o complemento do *Cours de Philosophie*. [Antônio José de] Melo descrevia a anatomia do cérebro, com a exatidão do sábio e o estro do poeta. Pompeu Filho dissertava sôbre a filosofia alemã e sôbre a Índia, citava Laurent e combatia Taine. Varela – o garboso abnegado paladino, – enristava lanças a favor do racionalismo. Araripe Júnior encobria com a máscara de Falstaff a alma dolorida de René. Felino [Barroso] falava da revolução francesa com o arrebatamento de Camilo Desmoulins. [João] Lopes, ora candente como um raio de sol, ora lóbrego como uma noute de Walpurgis, dava asas a seu humor colossal. Por vêzes das margens do Amazonas chegava o eco de uma voz, doce como a poesia de suas águas sem fim, – a de Xilderico de Faria, hoje para sempre mudo no regaço do Oceano. (ABREU, 1975, p. 77-78).

Dentre seus participantes, Câmara (1999) considera que Pompeu Filho foi a figura central desse grupo – tanto por sua capacidade intelectual, como por sua origem social –, apesar da dedicação de Rocha Lima, um dos seus idealizadores e principal agitador. Certamente essa opinião relaciona-se com os desdobramentos conseqüentes dos embates provocados pela Questão Religiosa. A querela envolvendo maçonaria e

Igreja Católica mobilizou profundamente os integrantes da Academia Francesa em favor dos maçons, tanto pela afinidade de ideais compartilhados, como pela tradicional vinculação de suas famílias com essa organização.

Não demorou muito para a disputa atingir a imprensa. A fim de fazer frente à *Tribuna Católica*, jornal da diocese de Fortaleza, no dia 4 de novembro de 1873 passou a circular o jornal maçônico *Fraternidade*, criado por Pompeu Filho – que ingressou na maçonaria a convite de seu cunhado Nogueira Accioly –, e pelo também maçom Xilderico Araripe de Farias, primo de Araripe Júnior. Pompeu Filho ainda conduziu outros integrantes da Academia à maçonaria, como Araripe Júnior e João Lopes Ferreira Filho, que logo se tornaram colaboradores do jornal. Contudo, como indica Aurélio Câmara (1999), Capistrano de Abreu e Rocha Lima aparentemente não ingressaram nessa sociedade secreta, apesar da intensa atuação deste último na redação do jornal *Fraternidade*. Assim as atividades do jornal transcorreram paralelamente aos estudos da Academia Francesa, tendo praticamente os mesmos jovens como protagonistas nessas duas iniciativas.

No ano seguinte foi criada a Escola Popular, o principal empreendimento desse grupo. Dentre suas atividades podem-se destacar: oferecimento de cursos regulares de português, francês, aritmética, geografia e história; aulas de alfabetização, gramática e leitura comentada de jornais; aulas sobre a Constituição do Império; conferências públicas. Todas as atividades eram abertas ao público, mas as aulas priorizavam pessoas com um menor grau de instrução, trabalhadores pobres e mulheres. Já as conferências visavam atingir um público com maior grau de instrução, atacando frontalmente o papel exercido pela Igreja na sociedade brasileira, contestando-se as bases de sustentação do Estado monárquico.

Destarte, estas palestras eram como uma arena, onde se punha em questão muitas das idéias dominantes na época, sendo elas contrapostas às idéias modernas dos palestrantes. Durante as palestras ministradas no ano de 1874 discutiram-se: o conceito de religião; o poder temporal dos papas e o dogma de sua infalibilidade; a liberdade religiosa; o modelo de educação vigente e a educação familiar; o papel da ciência na sociedade; a soberania popular; literatura brasileira¹⁵. Menezes (1968) indica que a

¹⁵ Djacir Menezes (LIMA, 1968, p. 356) fornece em um dos anexos da 3ª edição do livro *Crítica e Literatura*, que contém um conjunto de artigos de Rocha Lima, uma lista divulgada pelo jornal *Fraternidade* de 11 de dezembro de 1874 com as 8 (oito) conferências ministradas naquele ano com seus respectivos palestrantes: *A Escola* – Quintiliano; *Liberdade Religiosa* – Xilderico de Farias; *Religião* – Amaro Cavalcanti; *O Papado* – Araripe Júnior; *Geognose da Terra* – Henrique Théberge; *Educação na*

Escola Popular chegou a contar com 156 alunos matriculados. Durante o ano de 1875 as atividades foram diversificadas, incluindo-se aulas de desenho industrial, como indica Câmara (1999).

Entretanto, os intelectuais ligados aos católicos impuseram grande resistência às iniciativas dos jovens da Academia Francesa. Como aponta Djacir Menezes (1968, p. 39), o professor Manoel Soares da Silva Bezerra fazia oposição sistemática à Escola Popular, que, sob o pretexto de ensinar à população, estaria disseminando o “ateísmo”. Assim, ele proferiu uma série de palestras em praça pública contestando as idéias disseminadas no jornal *Fraternidade* e nas conferências do grupo liberal. Em uma dessas palestras João Brígido, Pompeu Filho, Xilderico de Farias e Araripe Júnior compareceram e travaram um debate com o professor Bezerra. Esse episódio rendeu muitas páginas na imprensa, sendo o ápice do conflito no Ceará. A partir daí, os católicos intensificaram seu boicote aos liberais, chegando, inclusive, a publicar um manifesto mobilizando os fiéis para não votarem nos organizadores da Escola Popular.

As atividades da Escola Popular perduraram até meados de 1875, quando o grupo da Academia Francesa dispersou-se. Alguns de seus integrantes foram para o Rio de Janeiro seguir carreira intelectual, como Capistrano de Abreu e Araripe Júnior. Rocha Lima passou poucos meses lá, tendo retornado ao Ceará para assumir o cargo de amanuense da secretaria do governo provincial, falecendo em 1878. Araripe Júnior distanciou-se da vida político-partidária, ocupou diversos cargos públicos de alto escalão e iniciou sua carreira de crítico literário. Pompeu Filho seguiu carreira política, sendo uma figura de grande relevo no campo intelectual cearense, além de empresário bem sucedido. Xilderico de Farias suicidou-se durante uma viagem de navio em 1876.

Essa movimentação foi fundamental para o desenvolvimento da vida intelectual cearense, tanto pela introdução de modernas doutrinas filosóficas e científicas, como pelo embate ocorrido entre clero e maçons. Esse conflito promoveu um questionamento do próprio papel da Igreja na sociedade e a defesa de uma delimitação mais precisa das diferentes esferas sociais mediante a laicização das instituições.

Misto de retaliação em vista da defesa dos interesses da maçonaria e militância em favor da ciência, o ataque dos Acadêmicos ao poder temporal da Igreja, formalizado na palestra de Araripe Júnior na Escola Popular, foi uma espécie de chamada à ordem.

Família – José Castelões Filho; *A Eletricidade* – Borges da Silva; *Soberania Popular* – Pompeu Filho. Segundo Aurélio Câmara (1999, p. 73) a palestra de Capistrano de Abreu sobre *Literatura Brasileira Contemporânea* foi realizada posteriormente no dia 20 de dezembro de 1874.

Ao mesmo tempo consistiu em uma crítica à intervenção do papado em assuntos políticos e às limitações impostas pelos dogmas aos avanços das pesquisas e descobrimentos modernos, reiterando um desvirtuamento dos propósitos iniciais da Igreja:

Quero a âncora da Religião como repouso, mas nunca como hedionda estagnação. E se me privarem deste consolo, ou o reduzirem de novo ao instrumento de infernal astúcia, declaro que mil vezes preferirei perder-me, como Colombo, nos mares tormentosos e desconhecidos que os teólogos anatematizavam. Ao menos descobrirei novos mundos! (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p. 90)

Nesse ínterim, é no próprio seio dos embates políticos que surgem condições propícias para demarcar a posição do intelectual no espaço social. Por ocasião desses acontecimentos, avançou-se no sentido de minimizar o peso da subordinação estrutural a que esses agentes estavam expostos. Como indica Pierre Bourdieu, a constituição de um microcosmo social não se faz por um ato inaugural, mas gradativamente:

[A] história da vida intelectual e artística no Ocidente permite ver como o campo intelectual (e, ao mesmo tempo, o intelectual em oposição, por exemplo, ao letrado) se constituiu progressivamente, dentro de um tipo particular de sociedades históricas. Na medida em que os domínios da atividade humana se diferenciaram, uma ordem pròpriamente intelectual, dominada por um tipo particular de legitimidade, se define em oposição ao poder econômico, ao poder político e ao poder religioso, isto é, a todas as instâncias que possam pretender legislar em matéria de cultura, em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja pròpriamente intelectual. (BOURDIEU, 1968, p. 106).

A conquista da plena autoridade intelectual em termos de legislação em matéria de cultura iniciou-se, nesse contexto, ainda que sob a tutela de outras esferas. Entretanto, o estabelecimento da ciência como um valor de notável reconhecimento social, consolidando-se como princípio legítimo de classificação e ordenamento cognitivo do mundo social, propiciou a valorização de outros tipos de capital, além do econômico e do político. Isso possibilitou figuras que não estavam diretamente inseridas no campo do poder galgar posições mediante o acúmulo de capital cultural associado ao capital de relações sociais, como nos casos de Capistrano de Abreu e Rocha Lima. A importância do capital de relações sociais dava-se pela impossibilidade da consolidação de um mercado consumidor de obras literárias que possibilitasse a profissionalização do escritor. Assim, os “parentes pobres”, na expressão cunhada por Miceli (2001) para o caso carioca, buscavam obter algum cargo público em troca de favores. Mesmo tratando-se de uma relação hierarquizada, essa subordinação estrutural,

com base em ligações mais ou menos duradouras entre os intelectuais e os “donos do poder”, era propiciada pelo compartilhamento de um *habitus* semelhante, já que as instâncias de socialização desses grupos eram muito parecidas. O grupo que constituiu a Academia Francesa conhecia-se desde a infância, pois todos estudaram juntos no Colégio Ateneu (CÂMARA, 1999), por exemplo. De certa forma tratava-se de uma relação entre iguais, na medida em que era compartilhado um conjunto de disposições comuns, com ambos os lados situados no campo do poder, mas ocupando internamente o pólo dominante (políticos) e outro o pólo dominado (intelectuais).

Quadro descritivo de características dos principais agentes envolvidos na constituição do campo intelectual cearense

AUTORES	PROFISSÃO DO PAI	PROFISSÃO	CARGOS/ PARTIDO	TIPO DE PRODUÇÃO
T.A. Araripe	Proprietário Rural	Advogado	Conselheiro Imperial/ Liberal	Historiográfica
Tomaz Pompeu	Pecuarista	Padre e Advogado	Senador/Liberal	Estatística
Araripe Jr.	Cons. Imperial	Advogado	Deputado/Liberal	Ensaios e Críticas
Pompeu Filho	Senador	Advogado	Deputado/Liberal	Estatística
Rocha Lima	Coronel da Guarda Nacional	Escritor	-	Ensaios
Capistrano de Abreu	Pequeno Proprietário Rural	Professor/ Escritor	-	Historiográfica e Ensaios
Br. Guilherme Studart	Vice-Cônsul Britânico	Médico	Vice-Cônsul Britânico	Historiográfica

CAPÍTULO III

Capistrano de Abreu e o campo intelectual

3.1. Antecedentes da atividade intelectual de Capistrano de Abreu.

Oriundo de uma família de pequenos produtores rurais, Capistrano de Abreu teve sua trajetória marcada decisivamente pelo *capital de relações sociais* acumulado por sua família. A maneira como se constituiu esse patrimônio remonta à ocupação de Columinjuba, em Maranguape, de onde ele e seu pai são naturais. O avô de Capistrano, João Honório, chegou a essa localidade vindo de Sobral entre o final do século XVIII e início do XIX, a convite um português chamado Joaquim Lopes de Abreu. Havia ocorrido no Ceará uma intensa seca, no início da década de 1790, acarretando o enfraquecimento da pecuária, que tinha na região norte alguns dos principais criatórios (GIRÃO, 1995; STUDART, 2004). Aparentemente, João Honório enquadrava-se no perfil típico do cearense em períodos de estiagem:

A criação, única fonte de riqueza dos sertões, reconstituiu-se rapidamente, mas as populações, tendo sempre ante os olhos o quadro das secas, fugia para as serras ou brejos, onde a umidade garantia uma produção agrícola mais estável (ALVES, 2003, p. 65).

João Honório teria ajudado esse português que sofria perseguições dos indígenas e como recompensa recebeu o terreno em Columinjuba. Casou-se com Antônia Maria de Abreu, com quem teve sete filhos. Jerônimo Honório de Abreu foi o quinto rebento deste consórcio. A obediência irrestrita à autoridade paterna e a devoção ao catolicismo constituíam as bases da sociabilidade naquele meio familiar, que tinha em seu patriarca uma figura de ampla reputação local. A subsistência era obtida a partir da agricultura com a plantação de cana-de-açúcar, milho, mandioca, feijão, etc. Havia um alambique para a destilação da cana, um engenho para açúcar e rapadura, e uma casa de moagem de farinha. Trabalhavam em sua propriedade alguns escravos e índios mansos, os quais ficavam instalados na senzala. Em síntese:

A casa traduzia no seu complexo místico-escravocrata o equilíbrio do sistema social vigente: a fé católica como fundamento espiritual da família, a exploração do braço escravo como fundamento econômico do latifúndio (CÂMARA, 1999, p. 13).

Todos os filhos homens de João Honório estudaram e saíram da fazenda, tendo suas próprias vidas. Exceção foi Jerônimo, o mais apegado ao pai e à vida no campo. Dessa maneira, ele herdou a propriedade e casou-se com sua sobrinha, Antônia Vieira Mota de Abreu, que era a neta predileta de João Honório. Capistrano de Abreu nasceu no dia 23 de outubro de 1853, foi o primogênito dentre os 16 (dezesesseis) filhos do casal,

dentre os quais somente seis chegaram à idade adulta. A austeridade marcou a convivência familiar, cuja disciplina era imposta rigidamente por Jerônimo Honório de Abreu.

Seguindo os passos de seu pai, Jerônimo Honório de Abreu consolidou-se como uma das principais lideranças locais, permitindo-lhe dispor de estreitas relações com algumas autoridades políticas e do clero. A nomeação de Jerônimo Honório de Abreu para a Guarda Nacional, no dia 4 de maio de 1869, indica o prestígio que ele detinha. Iniciando como primeiro tenente do esquadrão de cavalaria de Maranguape, ele galgou sucessivas promoções, chegando a capitão e depois a major ajudante-de-ordens do comando superior de Maranguape. Segundo Oliveira Vianna, grande parte dos proprietários rurais convergiam para a Guarda Nacional, sendo os postos de oficial destinados aos detentores de maior influência. Ainda segundo esse autor, a Guarda Nacional era utilizada politicamente pelos grupos situacionistas para coagir seus opositores, cumprindo localmente um papel importante na dinâmica política do Império (VIANNA, 1987).

A influência de Jerônimo Honório no meio político de Maranguape pode ser atestada por esta carta de João Brígido, reproduzida por um dos biógrafos de Capistrano: “Nas próximas eleições conto com meu velho amigo que com 80 anos vale mais que 80 homens!” (MATOS, 1953). Outro fato que demonstra isso foi sua indicação, em 1871, pelo governo provincial para comissão trina encarregada das obras da Igreja de Tabatinga, localidade próxima àquela cidade, e a ocupação da primeira suplência do Juizado Municipal e de Órfãos, em 1888.

Era forte a presença da religião no cotidiano daquela família. Como sinal de reconhecimento e de dedicação à causa cristã, a Igreja concedeu o direito de ser erguido um oratório próprio na residência dos Honório Abreu. Alguns padres frequentavam constantemente a casa da família de João Honório, sendo o Padre Antônio Nogueira de Braveza um dos seus amigos mais próximos. Na casa grande de Columinjuba havia um quarto destinado ao bispo de Fortaleza que visitava a região anualmente e sempre se hospedava ali. Toda noite eram feitas orações. Nos domingos e dias sagrados eram feitas leituras religiosas, geralmente sobre a vida de algum santo. Esta tradição perdurou durante a juventude de Capistrano, cujo nome foi escolhido em homenagem a São

Capistrano, o santo do dia 23 de outubro, segundo o *Flos Sanctorum*¹⁶. O primeiro nome de Capistrano, João, foi uma homenagem ao seu avô.

Portanto a ascensão social obtida pela família Honório de Abreu deveu-se: à prosperidade da lavoura; à ocupação de cargos civis e militares no aparelho estatal em expansão; ao capital de relações sociais acumulado desde a fixação de João Honório em Columinjuba. As relações que Jerônimo mantinha com a Igreja Católica e com alguns políticos que lhe demandavam apoio eleitoral – dentre eles possivelmente o próprio Padre Braveza – abriram-lhe novas perspectivas.

Esse *capital de relações sociais* adquirido pela família de Capistrano de Abreu possibilitou-o ingressar em uma escola em Fortaleza, após ter tomado suas primeiras lições em Maranguape. Sua vida escolar iniciou-se no Colégio de Educandos, coordenado pelo Padre Antônio Nogueira Braveza. Capistrano de Abreu permaneceu em Fortaleza durante parte significativa da década de 1860, vivenciando durante o fim de sua infância as transformações ocorridas na sede administrativa da província, cuja riqueza decorria do comércio com a Inglaterra. Como parte desse processo de inserção dependente na ordem econômica internacional pode-se apontar a diversificação das instituições educacionais existentes na província, tendo na própria trajetória escolar de Capistrano uma mostra disto. As peculiaridades de cada estabelecimento de ensino no Ceará pautavam-se nas diferenças entre os públicos a que cada uma dessas instituições era direcionada, visando atender tanto às demandas de uma sociedade urbana emergente que utilizava cada vez mais trabalho assalariado ao invés de mão-de-obra escrava, como a reprodução da elite dirigente.

Assim o Colégio dos Educandos, empreendimento do governo provincial, que no dizer de Câmara (1999, p. 23) “... era antes um asilo destinado a crianças pobres, que ali aprendiam artes e ofícios.”, preparava mão-de-obra para trabalhos manuais como marceneiro, sapateiro, alfaiate e funileiro. Capistrano passou três anos matriculado no Colégio dos Educandos. A julgar pelas poucas referências que fez a este período de sua vida, Capistrano não se matriculou em nenhum dos cursos profissionalizantes, dando apenas continuidade aos estudos iniciados em Ladeira Grande:

¹⁶ Livro que atribuíá cada dia do ano a um santo. Para cada dia havia uma pequena biografia do santo correspondente e um salmo. Este livro era consultado tanto pelo avô como pelo pai de Capistrano para o batismo dos filhos. O salmo referente ao dia 27 de outubro dizia o seguinte: “Afastai os meus olhos da vaidade, Senhor!”. O exemplar consultado em Columinjuba está exposto no Museu do Ceará, juntamente com a mesa, a cadeira, a lamparina e a rede utilizadas por Capistrano em seus estudos noturnos. (CÂMARA, 1999, p.16).

Primeiras letras começadas em escola particular em Ladeira Grande, continuadas no Colégio dos Educandos, sob a direção do Padre Antônio Nogueira de Braveza, concluídas no Ateneu Cearense, onde foi começado o estudo secundário. (ABREU, 1954, p.151).

O Colégio dos Educandos constituía exceção dentre os demais colégios existentes então, que tinham como meta a formação dos futuros integrantes dos diversos setores da classe dirigente. O Liceu do Ceará (fundado pelo governo provincial em 1845), o Colégio Ateneu Cearense (instituição privada criada em 1863) e o Seminário Episcopal de Fortaleza (criado em 1864) destinavam-se apenas à nova geração dos grupos dirigentes, segregando a massa.

Sendo a educação um importante fator para a unificação ideológica da elite política durante a segunda metade do século XIX, os grupos dirigentes do Ceará buscaram fortalecer o ensino secundário, acarretando: 1) aumento do número de filhos da elite cearense nas Faculdades, pondo-os em contato com os integrantes de outras elites provinciais e fortalecendo-se perante as outras províncias; 2) formação de um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades a partir da formação secundária, fornecendo coesão e embasamento ideológico comum à elite provincial. Com esta iniciativa minimizou-se os efeitos da dependência em relação às outras províncias, principalmente no que se referia ao ensino superior¹⁷.

Neste sentido destaca-se o Colégio Ateneu Cearense, cuja primeira turma instalou-se a 8 de janeiro de 1863. Instituição privada fundada por João de Araújo Costa Mendes, este colégio estava pautado por uma nova proposta pedagógica que abolia os castigos físicos e instituía o sistema de prêmios e punições morais. Definia-se em seu estatuto como as duas finalidades do estabelecimento a promoção da educação religiosa e a preparação de seus alunos para ingressarem nas principais Academias e Seminários do Império. Eram oferecidas aulas de Gramática, Latim, Francês, Inglês, Geografia e História, Geometria, Filosofia, Retórica e Catecismo com um quadro de professores eclético: conviviam católicos ferrenhos – como Gonçalo de Almeida Souto (professor de Inglês) e Manuel Soares da Silva Bezerra (professor de Latim) – e adeptos do Positivismo, como o médico francês Pedro Théberge (professor de Matemática), pioneiro no estudo da História do Ceará (CÂMARA, 1999).

¹⁷ José Murilo de Carvalho (2003) aponta a importância da educação superior no processo de construção da unidade da elite política brasileira. Seguindo raciocínio semelhante ao dele, é possível inferir que na época considerada neste trabalho, a elite cearense tenha reconhecido a necessidade de investir no ensino secundário visando seu fortalecimento.

Ao analisar a primeira geração formada pelo Ateneu, constata-se a importância da educação no treinamento dos diversos setores da classe dirigente cearense: apesar das origens sociais diversas – dentre as famílias que ocupavam as posições dominantes no campo do poder, frequentavam o colégio tanto aqueles que estavam no topo da hierarquia, como os que estavam em posições secundárias em relação ao topo –, houve uma homogeneidade na formação desses alunos. Dentre os contemporâneos de Capistrano de Abreu na primeira turma formada por essa instituição de ensino, destacam-se os seguintes nomes: Araripe Júnior, Tomaz Pompeu Filho, Rocha Lima, Domingos Olímpio, Rodolfo Teófilo, Guilherme Studart, Xilderico de Farias e João Lopes Ferreira Filho.

O período que Capistrano de Abreu permaneceu no Colégio Ateneu foi bastante significativo, apesar de ter sido curto. As amizades que estabeleceu durante sua infância com esses garotos não foi apagada por completo ao longo dos anos, sendo fundamental para compreender a trajetória de Capistrano na sua vida adulta. Ele permaneceu em contato com alguns deles ao longo de sua vida toda, como é o caso de Guilherme Studart, por exemplo, um dos seus mais importantes parceiros intelectuais. Araripe Júnior chegou a ser padrinho de seu casamento no Rio de Janeiro. Chama a atenção também o quadro de professores que formaram esses jovens, composto por importantes intelectuais e políticos locais. Como foi visto anteriormente, Manuel Soares da Silva Bezerra foi um dos mais ferrenhos opositores de boa parte desses jovens, quando eles constituíram a Escola Popular.

No ano de 1865, Capistrano de Abreu foi transferido para o Seminário Episcopal de Fortaleza. É interessante notar que ele nunca fez referência em suas correspondências ao fato de ter estudado neste estabelecimento¹⁸. É plausível supor que esta transferência tenha ocorrido para atender o desejo de seu pai, o oficial da Guarda Nacional Jerônimo Honório de Abreu, um católico fervoroso que via na educação do filho primogênito a possibilidade de ascensão social. Como indica Caio Prado Júnior (2000) desde o período colonial a Igreja era o refúgio da inteligência e da cultura, sendo uma das bases de sustentação política e ideológica do Império, constituindo a carreira intelectual tradicional por excelência. Deste modo, com a criação do Seminário em 1864, Jerônimo

¹⁸ A única pista fornecida nesse sentido são algumas alusões feitas ao Padre Cícero, com quem parece ter estabelecido uma relação amistosa enquanto foram colegas no Seminário: “Éramos bons amigos, por volta de 65; depois disto não nos vimos mais. Nunca mais esqueci-lhe o nome, que só muitos anos depois reboou. Também êle, quando estêve aqui, disse lembrar-se de mim. Pensei que demoraria, não me dei pressa em acudir; quando cheguei, partira.” (ABREU, 1954, p.98)

Honório possivelmente vislumbrou a distinção que obteria ao tornar seu filho padre, o que certamente agradaria ao velho João Honório, que só viria a falecer em 1866. Além do prestígio que o clero gozava junto à sociedade, provavelmente a influência exercida pelo exemplo do Padre Braveza no lar dos Honório de Abreu contribuiu decisivamente para que Capistrano fosse matriculado no Seminário.

Porém, caso a intenção de Jerônimo Honório de Abreu fosse tornar padre seu filho primogênito, o seu objetivo foi frontalmente contrariado. Capistrano de Abreu demonstrou uma profunda inadaptação ao novo estabelecimento de ensino, onde seu rendimento escolar foi baixíssimo, além de haver quebrado constantemente as normas de comportamento ali vigentes, como é demonstrado nos documentos obtidos por Pedro Gomes de Matos (1953). Segundo Aurélio Câmara (1999) o programa do curso preparatório para o sacerdócio durava seis anos, tendo Capistrano se matriculado já no segundo ano do curso em função de sua formação pregressa. Ele cursou o nível inicial de Francês e Latim, além de Aritmética, Português e Catecismo. Em 1866 ele foi expulso dali, como é apontado no livro de matrícula: “Em junho de 1866 foi aconselhado ao pai do referido aluno que o retirasse por algum tempo a fim de o emendar de sua preguiça e vadiagem.” (MATOS, 1953, p.40-41).

Com a transferência, ele abandonou o convívio diário com seus antigos amigos, além de ter sofrido com a mudança de enfoque educacional dessa instituição em relação ao Ateneu. O Seminário aproximava-se mais do mundo rural de Columinjuba, enquanto que o Ateneu apresentou-lhe um novo mundo. Inconformado com a transferência, passou a portar-se indisciplinadamente no novo estabelecimento de ensino. Em uma carta enviada em 07 de agosto de 1915 a Calógeras relata os castigos a que era submetido na época de estudante:

[aquilo] que em meu tempo de colégio chamava-se cara para a parede, castigo a que os diretores dos colégios que cursei invariavelmente me condenavam algumas vezes por semana. (ABREU, 1954, p.394).

Após sua expulsão do Seminário Capistrano voltou para casa, onde foi punido severamente por seu pai, e posto para trabalhar na roça, permanecendo ali durante todo o dia. Vez ou outra escapava e aprontava suas estripulias. Costumava tomar banho de açude e brincar com seus irmãos mais novos, sendo castigado quando cometia excessos. Era durante a noite que ele podia fazer algumas leituras, paixão adquirida durante o período que permaneceu em Fortaleza. Deu-se daí até 1869, ano de sua partida para

fazer os preparatórios em Recife, parte de sua formação intelectual: ele continuou os estudos de Inglês e Francês, e voltou sua atenção para a História, Geografia e Literatura.

O fato de não ter concluído satisfatoriamente a formação inicial e de não ter cursado nenhuma faculdade, levou muitos de seus biógrafos a considerá-lo um autodidata (CÂMARA, 1999; MATOS, 1953; OCTÁVIO FILHO, 1954), fato reiterado pelo próprio maranguapense em suas correspondências:

Fraco consôlo é saber que se Abril tiver gôsto por estudos congêneres, não será condenado à *aprendizagem de cabra-cega, de que não me foi dado escapar* (ABREU, 1954, p. 205 – grifo não é do original).

Diante de tamanha devoção às leituras e da inadequação do filho aos trabalhos no campo, Jerônimo Honório decidiu dar mais uma chance para seus estudos e encaminhou-o para Recife a fim de realizar os preparatórios para a Faculdade de Direito. Capistrano permaneceu na capital pernambucana por dois anos junto com um grande grupo de estudantes cearenses, muitos dos quais antigos companheiros do Ateneu. Assim que chegou lá tratou logo de matricular-se no Colégio das Artes para fazer os preparatórios.

A Faculdade de Direito de Recife é a mais antiga instituição de ensino superior do país, juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo. Instalada inicialmente em Olinda, mediante decreto de 11 de agosto de 1827, foi transferida para Recife em 1854. Dali saiu alguns dos mais importantes políticos e intelectuais brasileiros do Império e da República Velha como, por exemplo, José Thomaz Nabuco de Araújo (turma de 1835), Barão do Rio Branco (turma de 1866), Tobias Barreto (turma de 1869), Joaquim Nabuco (turma de 1870), Silvio Romero (turma de 1873) e Clovis Beviláqua (turma de 1882). Como indica José Murilo de Carvalho os cursos de Direito foram criados no Brasil à imagem da Faculdade de Direito de Coimbra, mas com algumas adaptações em relação às disciplinas ministradas aqui. Segundo este autor, com a criação destas instituições de ensino pretendia-se formar a elite política brasileira, dando-lhe certa coesão:

A idéia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado (CARVALHO, 2002, p.76).

Durante o período que permaneceu em Recife, Capistrano dedicou-se aos estudos de Filosofia e principalmente de Literatura, ao invés de centrar-se nos preparatórios para a Faculdade de Direito. Essas leituras foram realizadas com bastante

intensidade, como afirma Rodolfo Teófilo: “[Capistrano] Passava os dias nas livrarias e as noites nas bibliotecas a ler, sempre a ler.” (MATOS, 1953, p.43). Não tendo se dedicado aos estudos preparatórios, ele retornou para o Ceará sem cumprir sua finalidade, reprovando nos exames. Rocha Lima também retornou sem obter o título de bacharel, pois não pode dar seqüência aos seus estudos em decorrência de sua saúde frágil. Já Araripe Júnior e Tomaz Pompeu Filho concluíram seus estudos, sendo logo encaminhados à ocupação de cargos públicos.

Enquanto esses cearenses permaneceram em Recife durante o final da década de 1860, Tobias Barreto era um das mais importantes figuras daquele meio intelectual dentre os estudantes. Ele introduziu uma visão culturalista de inspiração germânica que caracterizou a fundação de um movimento denominado *Escola de Recife*. Permanecendo lá até 1871, como indica Câmara (1999), os jovens letrados cearenses presenciaram a transição entre os períodos que Silvio Romero denominou poético e crítico-filosófico. Isto gerou uma grande discussão a respeito da possível influência da *Escola de Recife* sobre a *Academia Francesa*. Críticos como Afrânio Coutinho (1960), Aurélio Câmara (1999), Djacir Menezes (1968) e José Honório Rodrigues (2002), em contraposição a Dolor Barreira (1948) – que sustenta seu argumento a partir de Silvio Romero e Clóvis Beviláqua –, afirmam que esses movimentos ocorreram paralelamente.

Ao contrário do que Silvio Romero professava, os integrantes da *Academia Francesa* não teriam simplesmente copiado o que ocorreu em Recife sob o comando de Tobias Barreto, apesar de ser inegável que houvesse alguma influência. Entretanto a identificação da repercussão do movimento recifense sobre os cearenses só é apreensível mediante a análise das trajetórias de alguns indivíduos, não sendo perceptível no grupo como um todo. Portanto, é possível afirmar que a *Academia Francesa* foi um movimento autônomo em relação à *Escola de Recife*, podendo-se apresentar os seguintes motivos como justificativa: 1) durante a fase em que Tobias Barreto detinha a hegemonia do campo intelectual, a literatura em voga era essencialmente alemã, enquanto que no movimento cearense a influência francesa era proeminente; 2) devido ao intenso comércio realizado com a Inglaterra, a elite cearense gozava de um consumo cultural relativamente autônomo às outras províncias, importando seus livros diretamente da Europa; 3) a maioria dos participantes da *Academia Francesa* estudou no Colégio Ateneu Cearense, constituindo desde desse período uma formação intelectual relativamente homogênea, propiciando certa unidade ao grupo.

Quando retornou ao Ceará em 1871 sem prestar nenhum dos exames para a Faculdade de Direito, Capistrano foi mais uma vez duramente repreendido e posto para trabalhar na lavoura. Com isto ele engendrou os mais diferentes horários entre suas folgas para dar continuidade aos seus estudos. Este foi um período de grande enriquecimento intelectual. Segundo Câmara (1999), dentre as leituras que realizou nesse período pode-se mencionar: Buckle, Stuart Mill, Spencer, Rousseau, Comte, Taine, Agassiz, Martius, Rocha Pita, Varnhagen, Gabriel Soares, Byron, José de Alencar, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, dentre outros. Segundo José Honório Rodrigues (1953) até 1879, ano em que passou a participar do corpo de redatores da *Gazeta de Notícias*, Taine e Buckle eram suas principais influências. Em mais de uma oportunidade Capistrano afirmou que foi nesse período em Maranguape que lhe veio sua primeira idéia de como deveria ser escrita a História do Brasil. Em uma dessas ocasiões escreveu a João Lúcio de Azevedo em 19 de março de 1917:

Tenho presente a primeira vez em que veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredados de todo o comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz. (ABREU, 1977a, p. 37-38)¹⁹.

Nesse ínterim, após seu retorno de Recife, Capistrano de Abreu teve a oportunidade de ampliar suas leituras, permitindo-lhe um amadurecimento intelectual. Seus interesses, até então bastante dispersos, passaram a se concentrar mais no âmbito da crítica literária, embora já flertasse com a história, como confessou na passagem da carta acima transcrita. Assim, cabe compreender, no caso de Capistrano de Abreu, como se entrelaçam a trajetória, sua produção escrita, que se inicia justamente nesse período de retorno de Recife, e sua inserção no meio intelectual cearense, atuando na *Academia Francesa*.

¹⁹ Não há como definir se esse “comércio intelectual” ocorreu em Recife ou mesmo em Fortaleza, pois a capital cearense já contava com duas livrarias, as quais realizavam constantes importações (CÂMARA, 1999, p.53).

3.2. A trajetória de um historiador polígrafo.

Possivelmente um fator importante para que Capistrano de Abreu começasse a desvencilhar-se da realidade de Columinjuba, mudando sua sorte, foi a indicação de Araripe Júnior – que havia sido eleito deputado provincial recentemente – para a ocupação do cargo de juiz municipal de Maranguape em 1872 (MONTENEGRO, 1948). Como indica Câmara (1999) o retorno de Araripe Júnior ao Ceará quebrou o isolamento a que Capistrano estava submetido na fazenda dos pais, pondo-o em contato com os outros colegas que criariam a *Academia Francesa*.

Após sua inserção na *Academia Francesa*, Capistrano teve a oportunidade de debater os autores que vinha se apropriando por conta própria, além de expandir suas perspectivas com sua participação nesse grêmio literofilosófico. A partir das atividades que se desdobraram da *Academia*, como a inserção de alguns de seus integrantes no jornal maçônico *Fraternidade* e da criação da *Escola Popular*, passou-se a ser estimulada a produção desses jovens que começaram a publicar seus artigos em jornais e a proferirem seminários.

Em 1874 vieram a público os primeiros escritos de Capistrano de Abreu. Tratam-se de dois ensaios de crítica literária publicados no jornal *Maranguapense*, os quais traçavam o perfil de dois poetas românticos: Casimiro de Abreu e Junqueira Freire. A escolha desses autores, segundo Capistrano, deu-se em função do seu objetivo de estudar os *tipos juvenis*, aqueles que não tiveram o pleno desenvolvimento de suas potencialidades devido ao falecimento precoce, diferentemente do que ele denomina os *tipos viris*, os literatos maduros com todas as suas potencialidades exploradas, advindo daí sua consagração. Nessa sua empreitada, interessava encontrar o *germe original* dos escritores estudados, o qual seria o *substractum* do talento de todo artista. Com isso, Capistrano enveredou por uma abordagem que combinou uma análise biográfica dos poetas com a própria produção literária deles. A esse respeito, pode-se destacar a seguinte conclusão a respeito da obra de Casimiro de Abreu:

Casimiro nunca fabricou tormentos, nunca fingiu dores, nem inventou decepções. Se seu verso tem um *quê* de plangente, é que ali na verdade soluçava; se tem tristeza, é que vem o pranto do seio da alma; se a fronte do poeta se toldava de melancolia, é que refletia dias eivados de desenganos (ABREU, 1975, p.15).

Capistrano faz uma importante distinção entre a obra singular de um determinado escritor e a literatura considerada como um todo. Nesse sentido, como sua

preocupação era traçar os perfis de dois poetas, sua abordagem recaiu no âmbito da psicologia, pois, para ele, o estilo é individual, cada autor possui o seu. Daí a especificidade de cada texto literário. Por outro lado, ele encara a literatura como um fenômeno eminentemente social, pondo ambas, literatura e sociedade, numa espécie de relação dialética, onde a compreensão de uma seria inviável sem a outra:

A literatura é, com efeito, a expressão da sociedade. Só pode compreender esta quem estudou aquela e vice-versa. (...) nossa sociedade, ainda não está bem definida, os fatores ainda não se desenvolveram e, se a análise descobre a influência do clima, da raça, dos antecedentes sociológicos sobre os fenômenos sociais contemporâneos, tais elementos ainda não chegaram ao estado de elaboração que é necessário à síntese definitiva (ABREU, 1975, p.15).

Na palestra que proferiu na *Escola Popular* em 1875, a convite dos seus companheiros de *Academia Francesa*, Capistrano de Abreu definiu com maior clareza, do ponto de vista metodológico, a distinção entre a apreciação estética de uma obra e a compreensão da literatura considerada como um todo, seja a de uma determinada região ou de uma nação:

Há dois métodos de crítica em literatura: o método qualitativo e o método quantitativo. O primeiro considera o *produto* e fixa-lhe o valor apelando para uma idealidade. O segundo considera o *processo*, o característico, os antecedentes da realidade. Um julga; o outro define. Aquele procura a beleza e a perfeição; este procura o estado psíquico e social. (ABREU, 1975, p. 36-37)

Após sua primeira investida como crítico literário, recorrendo ao que poderia ser denominado de *método qualitativo* – pois seus trabalhos versaram sobre a obra de dois poetas, portanto, ao *produto* –, Capistrano de Abreu teceu uma análise dos fundamentos sociológicos da literatura brasileira, a propósito da sua conferência na *Escola Popular*. Em palestra intitulada *A Literatura Brasileira Contemporânea*, o autor optou pelo método *quantitativo*, privilegiando os aspectos que poderiam ser denominados de estruturantes. Aqui, o autor envereda pelo que ele denomina de um estudo científico da literatura, fundado na crença do determinismo sociológico:

Essas poucas palavras – *expressão da sociedade* – dizem muito quando aplicadas à literatura. Com efeito, não significam somente que a literatura é um fato social, que há estreita relação entre o elemento social e o elemento literário; que a evolução, ou dissolução deste traduzem a evolução, ou dissolução daquele. Têm significação mais profunda e elevada: implicam a regularidade dos fenômenos sociológicos, a possibilidade de seu estudo científico. (ABREU, 1975, p.37).

As leituras de Comte, estimuladas principalmente durante as reuniões na casa de Rocha Lima, como foi visto anteriormente, marcam profundamente sua análise. O caráter científico de sua explanação adviria de sua adesão aos fundamentos positivistas, combinado com o darwinismo social. Essa combinação, associada ainda ao determinismo ambiental, constituiu a base teórica de Capistrano nesse trabalho.

A partir de tal fundamentação teórica, compartilhada pelo seu grupo de amigos e parceiros intelectuais, Capistrano de Abreu fez alguns apontamentos muito significativos. Como se demonstrou acima, para ele a literatura é uma expressão da sociedade, daí o autor conclui seu raciocínio indicando que a sociedade é resultante de ações e reações: ações da natureza sobre o homem e reações do homem sobre a natureza. Nesse sentido, ele afirma ser necessário compreender as influências do ambiente sobre o homem, enfatizando elementos como clima, solo e alimento. Decorre dessa observação uma importante implicação na exposição do autor, extrapolando em certa medida os aspectos estritamente teóricos:

Embora haja zonas frias na extensão de nossa pátria, pode dizer-se que é quente seu clima, tanto mais quanto estamos no norte e o ponto de vista nortista será predominante. (ABREU, 1975, p. 38)

Ao considerar as condições climáticas como um elemento determinante da constituição da sociedade, devido à relação que se estabelece entre o homem e o meio, Capistrano acabou, a partir de sua opção teórica, legitimando um posicionamento que pode ser considerado regionalista. Como indica Bourdieu (1998), ao se procurar delimitar o que é originalmente contínuo, demarcando-se fronteiras para indicar aquilo que está ou não contido em determinada área destacando-a das demais, mesmo que essas fronteiras sejam ditas “naturais” por seus recortes decorrerem de acidentes geográficos existentes em determinado lugar, cria-se por enunciação, um discurso performativo, uma região, como se ela tivesse ganhado um sopro de vida pelas palavras mágicas proferidas por quem está autorizado para tanto. Anunciar um “ponto de vista nortista” como predominante para se analisar a constituição da sociedade e da literatura brasileira, está ao mesmo tempo, de uma maneira implícita, reconhecendo a possibilidade da existência de outros pontos de vista e pondo-os à margem em detrimento do posicionamento adotado. Como deixado claro por Capistrano, predomina o clima quente, especialmente ao norte do país, mesmo existindo uma minoria de regiões frias, decorrendo daí uma perspectiva particularista que interpela a totalidade a partir da ênfase em uma parte. Essa ideia sobre o posicionamento adotado por

Capistrano no início da sua trajetória intelectual será retomada posteriormente, consistindo em um importante elemento na compreensão da sua relação com a gênese do campo intelectual no Ceará.

Ainda nessa conferência, Capistrano de Abreu realizou um estudo sobre a raça portuguesa, após constatar a inviabilidade da utilização do *paralelograma de forças* de Martius²⁰ devido tanto à falta de dados para compreender plenamente o papel exercido pelo índio e pelo negro, como à primazia do português. Então, ele passa a considerar a formação e o desenvolvimento do *organismo social*, relacionando a atrofia de determinados *órgãos sociais* com a *função* inadequada que lhe era atribuída, fato decorrente do modo como determinadas instituições européias foram transpostas inadequadamente para o Brasil. Só então que o autor desenvolve suas considerações sobre a literatura brasileira, considerando suas particularidades no período colonial, até chegar ao romantismo.

Uma das suas considerações mais importantes refere-se ao processo de superação do sentimento de inferioridade do brasileiro em relação aos portugueses, com o surgimento do nativismo. O nativismo expressou-se tanto politicamente, na Guerra dos Mascates e na dos Emboabas, como literariamente com o indianismo. Capistrano afirma que o dia 7 de setembro de 1822 foi apenas um desdobramento de uma longa cadeia de acontecimentos que redundou na independência do país. Entretanto, o sentimento de inferioridade em relação ao português foi substituído pelo sentimento de inferioridade em relação aos demais povos estrangeiros, pois a independência “... não aboliu a outra dependência ainda mais profunda, industrial, mental, moral, social...” (ABREU, 1975, p. 49), restringindo-se somente ao aspecto político.

Aparentemente Capistrano não foi um dos participantes mais ativos das atividades desenvolvidas pelos integrantes da *Academia Francesa*, como se pode depreender das poucas menções que fez sobre este período e dos documentos existentes sobre as atividades do grupo. Segundo Câmara (1999, p.75), o único registro existente referente a alguma atividade pública que ele realizou foi uma nota no jornal *O Cearense* comentando sua conferência sobre *Literatura brasileira contemporânea*.

²⁰ Carl Von Martius (1982, p. 87-88) afirma que em função da diversidade de raças que compõem o povo brasileiro, para compreender seu desenvolvimento histórico seria necessário aplicar “uma lei particular das forças diagonais.”, segundo a qual: “Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior a energia, o número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças.”. Assim o elemento português, por ser o colonizador, o “agente ativo”, seria como “... um poderoso rio, [que] deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica.”

O principal depoimento de Capistrano sobre o período da *Academia Francesa* é o artigo já citado sobre Rocha Lima, escrito por ocasião do lançamento de sua obra póstuma *Crítica e Literatura*. Apesar de não ter participado plenamente dos seus empreendimentos, Capistrano estava completamente convencido da importância das atividades da *Escola popular* na formação de sua geração:

Grande foi a influência da Escola Popular não só sobre as classes a que se destinava, como sobre a sociedade cearense em geral, por intermédio de conferências ali feitas, em que o ideal moderno era apregoado por pessoas altamente convencidas de sua excelência. Maior ainda foi a influência da Escola sobre os espíritos audazes e juvenis, que congregou, reuniu e fecundou uns pelos outros. (ABREU, 1968, p.77).

A inserção de Capistrano de Abreu no campo intelectual cearense certamente deveu-se às suas amizades. Ele não se enquadrava no perfil do intelectual típico daquele período e ocupava uma posição dependente em relação aos amigos mais bem postados socialmente. Além disso, o campo intelectual estava intimamente vinculado com a política, sendo necessárias uma das seguintes condições para ser consagrado: ou ocupar uma posição de destaque no campo do poder ou deter certo capital de relações sociais que possibilitasse acesso à imprensa – a única instância de consagração existente então, a qual era dominada pelos interesses dos grupos político-familiares. Também foi importante para tanto o reconhecimento da sua capacidade intelectual e uma afinidade de idéias com a jovem elite política, cuja amizade Capistrano desfrutava desde quando estudou no Ateneu. Assim, a forma dependente como ele inseriu-se na vida literária cearense explica o fato de não ter ocupado posições de liderança na *Academia Francesa*.

Além do acionamento do capital de relações sociais acumulado, Capistrano detinha outro trunfo: era o filho primogênito. Apesar dos conflitos que tinha com o pai, o Major Jerônimo pode ser apontado como uma figura central na vida do filho a Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. Em todos os casos fez valer seu prestígio de líder local, que queria ver o filho galgando os melhores postos possíveis, tornando-o padre ou bacharel. Tendo malogrado nas duas tentativas, resolveu tentar uma última investida: sabendo que José de Alencar andava em Maranguape a visitar o velho amigo Coronel Joaquim José de Souza Sombra, o Major Jerônimo insistiu que Capistrano o visitasse.

Segundo pesquisa de Aurélio Câmara (1999, p. 89) a data desse encontro seria 24 de agosto de 1874, um dia memorável para Capistrano de Abreu: “Há hoje 47 anos que vi seu pai pela primeira vez em Maranguape!” (ABREU, 1954, p. 255), relata em

carta enviada a Mário de Alencar, filho mais velho do romancista cearense, de quem se tornou muito amigo após a morte do pai. Apesar do fato de que não estava no auge de sua popularidade, a figura de Alencar exerceu um fascínio quase místico sobre alguns jovens dessa geração de cearenses, como relata Araripe Júnior, primo do escritor, em um ensaio analítico de sua obra:

O certo é que depois de 1860, foi-me o vulto daquele homem obsessão constante nas aulas, nos passeios, no repouso (...) José de Alencar viveu em minha alma, durante essa época, com um vigor indizível; povoava-a inteiramente. A sua imagem absorvia-me, os seus livros roubavam-me as horas mais preciosas (ARARIPE JÚNIOR, 1980, p.127-128).

Do encontro ocorrido em Maranguape surgiu uma relação amistosa, da qual Alencar beneficiou-se bastante, tendo em Capistrano um auxiliar dedicadíssimo em suas pesquisas para compor o romance *O Sertanejo*:

Nas minhas pesquisas fui auxiliado por um jovem patricio meu, o Sr. João Capistrano de Abreu, notável por seu talento, entre tantos que pululam na seiva exuberante desta nossa terra, que Deus fêz (sic) mais rica de inteligência do que de ouro. (CÂMARA, 1999, p.89).

Convencido do talento de Capistrano, Alencar o convida para ir tentar a sorte no Rio de Janeiro. Tendo aceitado o convite, o maranguapense desembarcou na Corte em 25 de abril de 1875. Depois disto, só viria a pisar na terra seca e arenosa cearense mais uma vez. Apesar disto as marcas deixadas por esses quase vinte e dois anos o acompanhariam sempre, sendo decisivos nos acontecimentos posteriores de sua vida.

Na condição de iniciante no campo intelectual da Corte, as recomendações feitas por parte da elite cearense que ali residia foram fundamentais para que ele se estabelecesse no Rio de Janeiro. Foi o Padre Braveza, antigo amigo da família, quem o acolheu lá inicialmente. Também passou uma temporada na casa de Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, pai de Araripe Júnior. Além deles e de José de Alencar, Capistrano alimentou grande amizade com Domingos Jaguaribe, senador cearense pelo partido conservador.

Todas essas pessoas em alguma medida contribuíram para que Capistrano fosse introduzido nos altos círculos da intelectualidade do Império, mas sem dúvidas José de Alencar foi uma figura decisiva, pois o apresentou a Joaquim Serra no intuito de arranjar-lhe um emprego na imprensa:

Êsse môço que já é fácil e elegante escritor, aspira ao estágio da imprensa desta Côrte. Creio eu que, além de granjear nêle um prestante colaborador, teria o jornalismo fluminense a fortuna de franquear a um homem do futuro o caminho da glória, que lhe estão obstruindo uns acidentes mínimos. (CÂMARA, 1999, p.89).

Ao referir-se a esses “acidentes mínimos”, possivelmente Alencar estava usando um eufemismo para o fato de Capistrano não estar situado no padrão de intelectual daquele período. Tal fato seria decisivo caso ele não tivesse um padrinho como José de Alencar. Apesar do conhecimento acumulado no Ceará – dominava bem o francês e o inglês, conhecia a doutrina positivista, além de realizar incursões pela literatura, história, geografia e sociologia –, o fato de não possuir um diploma de bacharel restringia-lhe as possibilidades no insipiente mercado de trabalho intelectual daquela época. A única saída que teve foi contar com uma indicação para ocupar alguma posição não muito elevada. E assim ocorreu após Joaquim Serra receber a carta de Alencar, concedendo a Capistrano seu primeiro emprego. Ele ficou encarregado de escrever as notas enviadas à imprensa sobre os livros publicados pela Livraria Garnier (CÂMARA, 1999, p.97).

O início da carreira profissional de Capistrano como intelectual indica a sua posição dependente em relação às elites:

A distribuição dos agentes propensos a uma carreira intelectual pelas diferentes carreiras possíveis nessa conjuntura vai depender, de um lado, da posição em que se encontram as famílias desses futuros intelectuais em relação ao pólo dominante da classe dirigente e, de outro, do montante e dos tipos de capital escolar e cultural disponíveis conforme o setor da classe dirigente a que pertencem. Nessas condições, alguns deles (os “parentes pobres”) parecem mais inclinados a barganhar seus trunfos exíguos em troca de refúgios profissionais, ao passo que os demais buscam reproduzir as posições de suas famílias no interior da própria fração intelectual (os “herdeiros”). (MICELI, 2001, p. 81-82).

Capistrano de Abreu estaria então no pólo dominado do campo do poder, constituindo um exemplo disso que Miceli denominou de “parentes pobres”, cuja ascensão social por meio da carreira intelectual se daria mediante a troca de seus conhecimentos por uma posição no campo intelectual. Foi assim que se iniciou sua relação com José de Alencar. Capistrano ajudou-o em suas pesquisas, fornecendo-lhe alguns poemas populares. Em seguida foi convidado para ir ao Rio de Janeiro, onde Alencar empenhou-se em arranjar-lhe uma posição na imprensa carioca.

O acesso às posições disponíveis no meio intelectual era restritíssimo. A carreira intelectual estava disponível apenas a uma pequena parcela da população, a qual detinha praticamente o monopólio de todas as posições dominantes no campo do poder, abrindo espaço para poucas exceções. Dentre esses raros casos, a norma que regia tal concessão era a dependência – “os protetores são os piores tiranos”, dizia Lima Barreto.

Machado Neto (1973) afirma que 58,6% dos intelectuais brasileiros entre 1870 e 1930 pertenciam à classe alta, enquanto 35% vinham das classes médias (inclui-se aí Capistrano de Abreu) e apenas 6,4% teriam suas origens nas classes populares. Portanto, constituir uma carreira intelectual naquele período era algo difícil, pois além de serem raras as instâncias específicas de atuação para os intelectuais, a própria composição social da maior parte dessa categoria impelia-os para a realização de atividades que lhes rendessem maior prestígio e a perpetuação da posição dominante no campo do poder²¹.

O primeiro emprego obtido por Capistrano de Abreu na Corte não lhe fornecia grandes vantagens financeiras, mas possibilitava que o público fosse conhecendo-o, além pô-lo no “circuito” literário carioca. Foi através de Joaquim Serra, por exemplo, que ele conheceu Machado de Assis. Como é indicado em depoimento de Leôncio Correia, reproduzido por Gomes de Matos (1953), Capistrano de Abreu costumava freqüentar a farmácia Weneck, na Rua do Ourives, próxima à Rua do Ouvidor, onde se encontrava com o farmacêutico Vicente Werneck, Melo Moraes Filho e Fausto Barreto, cujo pai Capistrano admirava muito. Ele ia conhecendo as principais figuras da vida intelectual carioca, ao mesmo tempo em que procurava adequar-se ao tipo de sociabilidade ali vigente, apesar de não levar o menor jeito para a vida de dândi.

Como indica Aguiar (2000), o centro do Rio de Janeiro, destacadamente a Rua do Ouvidor e suas redondezas, foram fundamentais para a formação e consolidação do campo intelectual brasileiro. Era nessa região onde estavam situadas as melhores casas comerciais, os melhores cafés e restaurantes, além da sede dos principais jornais e revistas – como o *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, *Notícia*, *Gazeta de Notícias*

²¹ Segundo Needell, como os intelectuais e os políticos estavam estreitamente relacionados, muitos intelectuais seguiam carreira política. Deste modo haveria apenas os seguintes caminhos para a consagração do intelectual: “Aqueles que se dedicavam à política podiam, então, almejar uma cadeira no Senado, enquanto que os literatos voltavam seus olhos para o Colégio Pedro II ou para outras posições prestigiosas.”(NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 218 apud AGUIAR, Ronaldo C. *O rebelde esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bonfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.p. 221). Dentre essas “outras posições prestigiosas” pode-se destacar o Instituto Histórico Brasileiro.

etc. – e das livrarias – Garnier, Brigueit e Francisco Alves. Tratava-se, portanto, de um espaço para as elites, onde se estabelecia contatos e ocorriam apadrinhamentos. Era “... a passarela da vida elegante e do consumo de bens de luxo importados...” e o reduto dos boêmios e dos literatos da Corte. O início da carreira de Machado de Assis, por exemplo, constituiu-se toda a partir dos contatos que estabeleceu na Rua do Ouvidor.

Desta forma José de Alencar abriu as portas para o seu conterrâneo, dando-lhe a possibilidade de estabelecer novos vínculos que possibilitassem sua ascensão. Ainda em 1875, ele publicou no jornal *O Globo* a conferência que realizou na *Escola Popular*. Em 1876 Capistrano já aparece em melhor situação financeira, pois ministrava aulas de francês e português no Colégio Aquino, onde permaneceu até 1880. Nesse período ele colaborou esporadicamente com alguns artigos em jornais, a maioria sem um grande impacto.

Porém, em 12 de dezembro de 1877 ocorreu um fato muito triste para Capistrano de Abreu: a morte de José de Alencar, seu principal padrinho, aos 48 anos de idade. Segundo tradição corrente, o necrológio estampado nas páginas da *Gazeta de Notícias* no dia seguinte ao falecimento do romancista cearense seria de sua autoria. Conta-se que Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta*, havia encomendado a Machado de Assis o artigo sobre Alencar. Quando Machado entregou a encomenda, Araújo já havia recebido um outro necrológio de um “peri de paletó que dizia ser conterrâneo de Alencar”, o qual foi considerado mais bem escrito e publicado anonimamente. Quando José Honório Rodrigues empenhou-se em editar a obra completa de Capistrano de Abreu na década de 1970 esse artigo foi incluído.

Um texto fundamental escrito por Capistrano de Abreu nesse período foi o *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, publicado originalmente no *Jornal do Commercio*, entre os dias 16 e 20 de dezembro de 1878. A primeira parte é uma espécie de retrospectiva dos feitos de Varnhagen no campo da historiografia. A outra parte pode ser considerada uma revisão crítica do seu legado, apontando seus méritos, suas lacunas e apresentando uma defesa de Capistrano de Abreu a algumas críticas que ele considerava injustas.

Varnhagen era diplomata, membro da Corte brasileira no exterior e cultor dos estudos históricos. A chance dada a Capistrano de Abreu de escrever o necrológio de um homem de posição consolidada em meio à nobreza, mas que efetivamente era um pesquisador, foi uma ocasião bastante propícia para demarcar as fronteiras do ofício de historiador e fomentar uma discussão inicial sobre a especialização da disciplina em

parâmetros científicos. Nesse sentido, é importante salientar que o autor quase não faz menção às atividades de Varnhagen fora do campo da história, explicitando com essa atitude a opinião que seus principais feitos foram nesse ramo.

Para Capistrano de Abreu é difícil exagerar os serviços prestados pelo Visconde de Porto Seguro à história nacional. Suas investidas não se limitaram às biografias dos governadores, capitães-mores e generais. Além de contemplar esses aspectos, destacou-se pelas pesquisas sobre as explorações territoriais, as disputas com os Tupis, a mineração, as comunicações com outras nações, as obras e as associações literárias etc. Entretanto, a falta de espírito plástico e simpático seria seu maior defeito, impossibilitando-o de “o tornar contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos”, redundando em uma história do Brasil que não constituía um todo solidário e coerente. O autor segue com sua crítica ao atentar para a importância das emergentes ciências sociais nos estudos históricos, indicando a ausência de reflexões dotadas desse fundamento nos textos de Varnhagen:

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia. (ABREU, 1975, p. 90).

O *Necrológio* é concluído com um questionamento a respeito da possibilidade da elaboração de uma história digna do século de Comte e Herbert Spencer, pautada em métodos novos, inspirados na teoria da evolução, com capacidade de construir um edifício a partir dos elementos reunidos pelo Visconde de Porto Seguro. Preocupado em demonstrar a unidade dos três séculos vividos sob a condição de colônia de Portugal, Capistrano de Abreu afirma que a lei do *consensus* poderia mostrar o *rationale* da nossa civilização, pela análise da interdependência orgânica dos fenômenos.

Apesar de o necrológio configurar-se como gênero tipicamente jornalístico, estruturado por um quadro preestabelecido de restrições cuja variabilidade é mínima, a *cenografia* (MAINGUENEAU, 2006) construída nesse caso não se limitou a fazer apologia à pessoa falecida, pois no texto são apresentados princípios norteadores para a fundamentação de uma concepção científica da histórica como disciplina. Assim, a

forma como esse discurso foi instituído permite percebê-lo como uma espécie de manifesto. Ao proceder um balanço crítico da produção historiográfica nacional, tomando a obra de Varnhagen como referência, Capistrano de Abreu aponta lacunas e implicitamente apresenta-se como um potencial postulante ao cumprimento da agenda por ele mesmo estabelecida – dado o *ethos* de especialista investido da autoridade advinda da Fonte legitimadora da ciência construída no próprio *Necrológio*.

Ao tomar como uma espécie de modelo um típico representante da intelectualidade brasileira, um homem dividido entre os estudos e a política, Capistrano de Abreu buscou enfatizar as muitas realizações do Visconde de Porto Seguro no que se refere à história pátria para criar em seu discurso a imagem de como deveria ser o historiador. Portanto, além de apontar para a dedicação prioritária à produção intelectual, salienta a especialização disciplinar como um ideal. Porém, a busca pela verdade, objetivo do paradigma científico defendido no *Necrológio*, ainda estava associada a um sentimento de profundo comprometimento com a pátria, o que mantém o vínculo entre ciência e política.

Após estabelecer essa nova agenda de pesquisa para os estudos históricos, em uma postura de exaltação e crítica à obra de Varnhagen, Capistrano de Abreu teve sua trajetória intelectual modificada. Aliaram-se boas oportunidades, como os concursos para a Biblioteca nacional e para o Colégio Pedro II, ao reconhecimento de sua capacidade intelectual, galgando amplo respeito entre os estudiosos da história brasileira.

Dessa maneira, em 1905, o então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, convidou Capistrano para elaborar uma introdução para o livro *O Brasil – suas riquezas naturais, suas indústrias*, financiado pelo Centro Industrial do Brasil e publicado em 1907. Daí veio à luz o livro *Capítulos de História Colonial* que, logo em seguida, foi editada uma separata contendo exclusivamente o trabalho de Capistrano de Abreu, dada a qualidade e a extensão do texto (CÂMARA, 1999).

CAPÍTULO IV

O Brasil visto de dentro: o sertão de Capistrano de Abreu e a
construção do campo intelectual

4.1. Mirando o mar, mirando o sertão: lutas de representações sobre o Brasil e surgimento das Ciências Sociais

O intuito desta seção é esboçar um breve panorama sobre diversas concepções desenvolvidas sobre as categorias *litoral* e *sertão*, recorrentes no pensamento social brasileiro do período compreendido entre o final do Império e a República Velha, a fim de contextualizar as disputas simbólicas suscitadas pela sua utilização, e a inserção de Capistrano de Abreu e os processos iniciais de formação de um campo intelectual no Ceará em tais disputas.

Octávio Ianni (2004) afirma que as Ciências Sociais nasceram neste país sob o desafio de compreender as condições de possibilidade do Brasil moderno, sempre colocando o presente em causa para identificar suas raízes próximas ou distantes. Por isso este é um país que está constantemente em busca de um conceito para si, refletindo sobre o sentido de conhecer-se e definir-se, produzindo dessa forma distintas interpretações ao seu respeito. Cada uma delas suscita determinados problemas teóricos e históricos que, ao serem considerados em conjunto, são passíveis de sistematização, constituindo “famílias de interpretações do Brasil”.

Uma dessas diversas “linhagens” referidas por Ianni caracteriza-se por compreender o Brasil e sua história mediante uma constelação de “tipos”, dos quais alguns se desdobram em “mitos” e “mitologias”. É o caso, por exemplo, do homem cordial, do Jeca Tatu, do Macunaíma, da luxúria e da preguiça, os quais são associados às idéias de informalidade, trabalho como atividade lúdica, descompromisso com a disciplina, rejeição à obrigatoriedade do trabalho etc., expressando um dilema fundamental da modernização da sociedade brasileira: a persistência da conotação negativa do trabalho após a abolição da escravidão e o desafio de redefiní-lo, a fim de gerar uma nova ética mais adequada aos novos padrões sociais emergentes.

À medida que essas formulações são reiteradas, oralmente e por escrito, elas podem adquirir uma abrangência que transcende o contexto ao qual estavam originalmente referidas. Dessa maneira, ocorre a metamorfose do “tipo”, enquanto explicação, no “mito”, enquanto ideologia de reiteração, impossibilitando, em muitos casos, a diferenciação entre ambos. Trata-se de uma metamorfose que pode ocorrer e ocorre com muitos conceitos das Ciências Sociais em diferentes épocas e sociedades (IANNI, 2004, p. 73).

Inserindo-se nessa “linhagem de tipos e mitos” que criam e recriam a história desta nação, o contraste entre *litoral* e *sertão* é uma oposição recorrente no pensamento social sobre o Brasil. Nísia Trindade Lima (1999) aponta que essas representações foram indispensáveis para a construção do sentimento de nacionalidade, além de ser um dos temas fundadores das Ciências Sociais no país, por tratarem da integração territorial e da relação entre modernidade e tradição.

Para a autora, geralmente o *sertão* é contraposto ao *litoral*, podendo ser representado positivamente ou não (LIMA, 1999, p. 60-62). Valorizado negativamente, o *sertão* é o domínio da natureza e o espaço da barbárie, enquanto o *litoral* é o local da civilização e da modernidade, a partir de onde o progresso do país é impulsionado. Ao ser valorizado positivamente, o *sertão* é a possibilidade do desenvolvimento de uma cultura autenticamente nacional, sendo considerado um mundo novo a ser explorado, opondo-se ao *litoral*, a antítese da nação com seu cosmopolitismo imitado de além mar.

O livro de Gustavo Barroso intitulado *À Margem da História do Ceará* abre com um capítulo que trata da vida e história da palavra sertão. Nele, o autor procura situar no contexto do processo de constituição da sociedade brasileira em geral, e da cearense em particular, os usos desta palavra no intuito de obter sua origem etimológica. Inicia suas considerações a partir da noção corrente que considera a palavra sertão como uma corruptela de *desertão*, surgido por analogia elaborada pelos colonizadores portugueses com as regiões inóspitas da África equatorial.

Após analisar diversos dicionários, observou a recorrência com que a palavra referia-se ao interior do continente, afastado da costa litorânea, pouco habitado e caracterizado por não ser civilizado. Com isso permanecia a associação com o deserto, explicação chancelada por muitos dicionaristas consultados.

Todavia, há um aspecto fonético que não é contemplado plenamente por tal explicação: o ensurdecimento do *s* sonoro. Nesse ponto, Gustavo Barroso aponta que até o século XVIII, aproximadamente, a escrita dessa palavra era efetuada com a letra *c*, o que corroboraria uma origem distinta da apontada até então. Assim, o autor vai buscar uma explicação mais satisfatória no *Dicionário da Língua Bunda de Angola*, de autoria de frei Bernardo Maria de Carnecatim, no verbete *muceltão*, cujo significado é sítio longe do mar, oposto do litoral, ou seja, o mesmo conteúdo expresso pelos demais dicionários em relação ao verbete sertão. Essa palavra é uma corruptela de *michitu* ou *muchitu*, do angolano puro, idioma denominado *bunda*, cujo significado é *mato longe*

de casa. Portanto, segundo o autor, a palavra sertão seria uma corruptela de *muceltão*, donde adveio *celtão* e *certão*.

Enfim, depois de tão detalhada busca em torno das origens da palavra *sertão*, a empreitada revela-se com a finalidade de fixar sua posição e importância como categoria explicativa para a história e a vida nação:

O termo sertão penetra fundamente na história e na vida do povo brasileiro. Reflete-se de modo extraordinário no seu folclore e na sua literatura, por onde espalha todos os seus derivados. É o “Sertão” de Coelho Neto, o “Pelo Sertão” de Afonso Arinos e “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Já tem afirmado este plural é expressão tipicamente brasileira, vulgarizado sobretudo pelo título da obra que imortalizou a epopéia de Canudos. (BARROSO, 1962, p.12).

Portanto, uma vez esclarecida qual seria a *verdadeira* origem da palavra sertão, Gustavo Barroso apontou que o processo decisivo que lhe atribui um sentido, partilhado pela comunidade nacional, só pode ser apreendido em seus usos correntes, tanto pela população em geral (folclore), como pelos doutos (literatura). É aí onde se encontra sua expressão tipicamente brasileira, com sua designação corrente no plural, a qual o autor aponta como fator de disseminação desse uso uma obra do porte de *Os Sertões*.

Janaína Amado (1995) aponta para três dimensões distintas a partir das quais o sertão foi pensado. Primeiramente, o sertão é apresentado como uma *categoria espacial*, que pode ser compreendida do ponto de vista geográfico, como um elemento definidor de determinadas regiões. Sua caracterização em termos físicos varia de acordo com cada uma de suas expressões particulares, apesar de terem em comum o fato de serem faixas de terra não situadas no litoral.

A autora apresenta o sertão como *categoria do pensamento social brasileiro*, devido a sua recorrência em meio aos estudos historiográficos. Durante o período compreendido entre as décadas de 1870 e 1940, foi um aspecto central na compreensão da constituição da sociedade brasileira, cuja investigação ocupou diversos intelectuais como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, dentre outros. A partir da década de 1950 não foi mais tão estudada por historiadores, mas permaneceu como uma categoria importante dentre os sociólogos, só voltando a ser analisada com maior sistematicidade pelos historiadores durante a década de 1990.

Por fim, o sertão é apresentado como uma *categoria cultural*, constantemente posta em pauta na cultura popular, como na literatura de cordel, nas músicas etc., além de servir de inspiração para diversos romancistas, cineastas, dramaturgos etc.

No entanto, para a autora essa ambivalência na concepção do *sertão* advém das representações construídas durante o período colonial. Inicialmente predominou uma significação negativa atribuída pelos portugueses, mas, posteriormente, as conceituações passaram a variar de acordo com a localização de quem as emitisse. Para quem estava no litoral, próximo à sede administrativa, o sertão era o espaço da alteridade, referindo-se a diversas regiões da colônia – por exemplo, Amazonas, o interior da capitania de São Vicente, Nova Iguaçu, Minas Gerais, Recôncavo Baiano – desde que fossem áreas consideradas inóspitas e incivilizadas. Já para quem estava à margem da sociedade colonial – escravos fugidos, índios perseguidos e degredados –, o sertão representava o espaço da liberdade e esperança.

As diferentes concepções sobre sertão, vinculadas aos sentidos atribuídos correntemente a essa categoria por brasileiros e portugueses, tiveram, evidentemente, repercussões diretas na maneira como ela veio a ser consolidada no imaginário nacional:

Os brasileiros não apenas absorveram todos os significados construídos pelos portugueses a respeito de “sertão”, antes e durante a colonização, como, a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros, transformando “sertão” numa categoria essencial para o entendimento de “nação”. (AMADO, 1995, p. 147)

Portanto, originalmente tido como algo quase que unilateralmente negativo, principalmente caso pensemos na forma como se empregava o termo em Portugal, houve uma ressignificação, positivando-o e incorporando-o ao repertório de elementos constituintes da identidade nacional. Assim, é pela análise da “trajetória” da categoria sertão que Janaína Amado propõe compreender seus usos e significados na sociedade brasileira, abrangendo todas as dimensões especificadas – espacial, cultural, e do pensamento social.

Em um esforço de forjar sua grande síntese sobre o Brasil, nos moldes do clássico ensaísmo brasileiro, Florestan Fernandes (1979) procurou expor sua compreensão da relação entre litoral e sertão, buscando interpretá-la dentro de um contexto de mudanças sociais, passando-se do predomínio de uma ordem tradicional para uma moderna. Para o sociólogo, trata-se, antes de tudo, de um antagonismo revelador dos conflitos culturais entre a *civilização* e culturas de *folk*, escamoteado pelo simplismo da fórmula “litoral versus sertão”. Isso, pois, analisando as regiões abrangidas sob tais designações, encontra-se uma incompatibilidade geográfica, sendo possível apenas verificar algum princípio de homogeneidade nessa classificação apenas em termo de conformação sociocultural, tornando-a uma acepção extremamente

plástica. Nesse caso, litoral refere-se mais a certo tipo de formação social e cultural do que à orla marítima propriamente dita. Corresponde apenas a uma pequena faixa do território brasileiro, ocupada durante os quatrocentos anos iniciais da história brasileira, nas fronteiras mais próximas ao Atlântico, em virtude da forma como foi estabelecido o empreendimento colonial no país. Nesse sentido, em função do desenvolvimento auferido no âmbito dessa formação, instauram-se nessas porções de terra os principais centros urbanos, de onde se irradiam e difundem-se os novos padrões de comportamento e de outro tipo de vida.

Para Florestan, ao serem designados como litoral os territórios correspondentes aos pontos privilegiados desde o início da colonização portuguesa, onde confluíu, posteriormente, um determinado modo de vida, primordialmente urbano, põe-se em causa a discussão de uma noção de “civilização” atrelada a peculiaridades da nossa formação histórica:

“Civilização” compreende tanto os automóveis e os bondes das zonas urbanas e industriais, como as manifestações modificadas do catolicismo ibérico e especialmente português e as práticas mágicas nas zonas rurais. E, em conseqüência, é chamado “homem civilizado” tanto o habitante da cidade, como o de Santos, quanto o sertanejo de Goiás e Mato Grosso, embora os padrões recíprocos de avaliação difiram mais ou menos em cada situação particular. (...) Na verdade, se do ponto de vista de precisão, o vocábulo deixa muito a desejar, como expressão de uma realidade histórica, o termo “civilização” – tal como geralmente é usado entre nós – é riquíssimo em conteúdo. Representa como que uma imagem em gradiente de nosso presente, revelando a falta de uniformidade, em suas oscilações, do desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil e suas conseqüências. (FERNANDES, 1979, p. 123-124).

A forma como o termo “civilização” é utilizado representa, para Florestan, o desenvolvimento sociocultural do Brasil, ocorrido de uma maneira não uniforme, tampouco orgânica. Enquanto algumas cidades acompanharam o “progresso” da civilização, embora retardadamente, como foi o caso de São Paulo, transformaram-se hoje em metrópoles; ao passo que outras, quando não regrediram, imobilizaram-se, como no caso das principais cidades brasileiras durante os ciclos econômicos anteriores à cafeicultura, marco e impulso inicial para a industrialização nacional.

Mesmo apontando para o caráter de intensas transformações sociais ocorridas no Brasil, Florestan reconhece ainda que prevaleciam as condições instauradas na passagem do Império para a República, onde o único modo de vida tido como compatível com a “dignidade humana”, com o “progresso científico”, seria o “civilizado”, entendido como moderno ou urbano. Dessa maneira, em função dessa

visão arraigada na própria fundação do Brasil moderno, convencionou-se chamar de “interior” simplesmente toda localidade que desconhece os “confortos” da civilização saída da técnica. Criada a hegemonia de tal ponto de vista, reverberaram aos quatro cantos interpretações etnocêntricas sobre a constituição do país, contando uma história “vista” do litoral, penetrando largamente na mentalidade nacional de forma institucionalizada pelo o que é ensinado nas escolas:

A História do Brasil – tal como é fornecida nas escolas em certos compêndios – é uma história etnocêntrica. Já vimos como o índio é sintomaticamente e sistematicamente excluído de nossa história étnica. Ao negro, acontece em menos grau, a mesma coisa. Os descendentes deles, nascidos da miscigenação com os portugueses, que estão ocupando lugar pouco agradável de “párias da civilização”, nunca contaram nossa história – escrito pelos homens do “litoral” e para uso intestino, para não dizer doméstico. Essa história é uma flor de estufa, destinada ao gosto não menos delicado de seus confeccionadores e só raramente mestres, como Capistrano, João Ribeiro, Silvio Romero, Gilberto Freyre, pisam-lhe como os portugueses às uvas, para extrair o suco. (FERNANDES, 1979, p. 125).

Nesse sentido, Florestan passa de um nível de análise onde, inicialmente focou os aspectos sociais e históricos da constituição da sociedade brasileira para compreender a relação entre litoral e sertão em termos de representações, para daí percebê-la no âmbito do pensamento social brasileiro, bem como na sua vulgarização mediante o ensino de história.

Esse percurso traçado pelo sociólogo paulista indica a imbricação existente entre essas representações, a própria constituição das ciências sociais no Brasil e o processo de modernização do país. De acordo com ele, as ciências sociais para se desenvolverem demandam determinadas condições sociais e culturais, dentre as quais podem ser destacadas a secularização e o desenvolvimento da ordem social capitalista. Entretanto, da mesma maneira que a especificidade da formação da sociedade brasileira interferiu no modo como passou a ser compreendido entre nós a noção de “civilização”, essa configuração própria implicou no surgimento de determinados obstáculos culturais para aceitação da sociologia. Destacadamente, Florestan Fernandes aponta para a incompatibilidade entre uma ordem patrimonial e a livre exposição de pensamento e à existência de resistências culturais do meio aos fundamentos da concepção científica de mundo (FERNANDES, 1980).

Mesmo constatando tais entraves, o autor discorre sobre o desenvolvimento da sociologia no país indicando a existência de três momentos: 1) a introdução de ideias sociológicas a partir da geração de 1870, utilizadas apenas como recurso parcial, pois

não era produzidas obras de investigações sociológicas, mas apenas esclarecedora de aspectos parciais, recorrendo a consideração de fatores sociais, especificamente aplicada para compreensão de relações entre direito e sociedade, literatura e contexto social; 2) o período seguinte, situada durante praticamente toda a República Velha, caracteriza-se pelo uso do pensamento racional, frutificando em análises histórico-geográfica e sociográfica do presente, apesar de não serem deliberadamente obras de investigação de cunho sociológico; 3) o último período abordado é o do início da instauração das Universidades e da institucionalização da Sociologia como disciplina acadêmica no país.

Florestan Fernandes ressalta que o desenvolvimento das Ciências Sociais no país teve esse percurso possibilitado tão somente em função da existência de núcleos em que a antiga ordem tradicional e o patrimonialismo foram confrontados pelo surgimento de uma sociedade de classes. Portanto, o mesmo processo de emergência de uma “ordem social civilizada” que institui a dicotomia entre as categorias litoral e sertão, com todas suas implicações etnocêntricas, traz em seu bojo a gênese da sociologia no país. Nesse sentido, ao se pautar tradição e modernidade como temas fundantes no pensamento social brasileiro, torna-se indissociável, nesse contexto inicial, a relação entre litoral e sertão. Não por acaso, o autor elege *Os Sertões* como marco inicial da Sociologia no Brasil:

A obra que marcou época e adquiriu uma significação típica, porém, a de Euclides da Cunha (*Os Sertões*, 1902), que se situa como o primeiro ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil. Com seus defeitos e limitações, e apesar da ausência de intenção sociológica, essa obra possui o valor de verdadeiro marco. Ela divide o desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil. (FERNANDES, 1980, p. 35).

Nísia Trindade Lima (1999) aponta para a frequência com que a obra de Euclides da Cunha é lembrada como marco de origem na história das Ciências Sociais no Brasil, indicando a insistência com que se recorre a uma matriz dualista de interpretação da sociedade brasileira. Com isso, sua investigação sobre a recorrência da dicotomia entre litoral e sertão no pensamento social brasileiro aponta para um debate que correlaciona o processo de construção da nacionalidade, a formação de uma identidade entre intelectuais e o surgimento das ciências sociais: “É como se, no mesmo movimento, intelectuais e sociedade se construíssem, superpondo-se os temas da identidade nacional e da identidade dos intelectuais.” (LIMA, 1999, p. 26).

As lutas de classificações no meio intelectual brasileiro a respeito das representações elaboradas sobre *litoral* e *sertão* acentuaram-se a partir do último quartel do século XIX e acompanharam toda República Velha. Essa discussão estava amplamente associada ao projeto de construção de um país moderno. Convivem interpretações críticas à “civilização de copistas” instituída na capital federal e a defesa do sertão, que seria cerne da nação brasileira, com uma visão negativa do sertanejo, cuja mentalidade e religiosidade mestiça impunham grande resistência ao processo civilizador. Assim, segundo Lima (1999, p. 68), o projeto de incorporação efetiva do interior (sertão) ao Estado nacional do Brasil pelo “litoral civilizado” é visto positivo.

A partir de Bourdieu (1998), é possível pensar essas distintas categorizações produzidas sobre litoral e sertão como resultantes de uma disputa vigente em dois espaços sociais distintos, ou seja, elas expressariam as disposições decorrentes de embates pelo poder legítimo de classificação dessas regiões no *campo intelectual* e no *campo político*. Nesse caso, o autor atenta para a necessidade de “(...) incluir no real a representação do real, ou mais exatamente, a luta das [suas] representações...” (BOURDIEU, 1998, p. 113).

Trata-se, verdadeiramente, de um duplo embate. Por um lado, busca-se estabelecer no âmbito da sociedade brasileira hierarquias ao se reconhecer a diversidade das condições sociais, econômicas e naturais, derivando daí a existência de diferentes regiões. Esse ato de separação e delimitação de zonas específicas por fronteiras consiste em uma espécie de ato mágico instituído por palavras emitidas por quem está legitimamente investido de autoridade para tanto, tornando real e concreta uma segmentação até então inexistente, mas se reveste de tamanha força que passa a ser impensável qualquer outra forma de classificar e organizar o mundo, como se faz ao diferenciar o sagrado do profano.

O outro lado do embate diz respeito às condições que determinam quem está legitimamente investido de autoridade para proferir as tais “palavras mágicas”, capazes de cindir em diferentes partes o que antes era contínuo. Trata-se, nesse caso, das disputas no meio intelectual, mas especificamente à dinâmica dependente que instituiu no Brasil um campo intelectual. Como visto, intelectuais e políticos estão profundamente imbricados: quando determinando agente não se ocupa das duas funções simultaneamente (como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, para mencionar apenas alguns casos mais ilustres), observa-se uma relação de dependência recíproca, porém hierarquizada, polarizada em favor do campo do poder. É o jogo

ditado pela conciliação entre interesses no âmbito do poder e no intelectual que corrobora a hegemonia de determinada di-visão do mundo social. Evidentemente, no contexto em que o bastão só é concedido parcialmente, mediante concessões aos protetores, a legitimidade do intelectual é primeiramente objeto de apreciação de quem está “fora” do campo de produção de bens simbólicos. Portanto, a legitimidade é mitigada, só sendo autorizado falar sobre o que previamente passou pelo crivo dos “padrinhos-censores”.

Assim, a criação da dicotomia “litoral versus sertão” é um produto historicamente situado, cujas bases, como visto anteriormente, remetem-se ao período colonial, ressignificado após a independência com o romantismo, mas sempre controlado de perto pelos interesses da elite, que, principalmente no contexto de disputa de classes no início da urbanização do país, espelharam seu projeto de nação nessa oposição. Destarte, a elaboração dessas representações é indissociável da modernização do país e do próprio surgimento das Ciências Sociais no Brasil.

Com isso, evidencia-se a importância do intelectual no trabalho de produção simbólica, mas também a obrigação de situar a sua posição em relação ao campo intelectual nacional, posto que isto poderia evidenciar a origem de suas tomadas de posição em relação ao regional e o nacional, e, nesse caso específico, em relação às concepções de *sertão* na obra de Capistrano de Abreu e sua vinculação com o campo intelectual no Ceará.

4.2. Sertão e campo intelectual no Ceará.

Até o surgimento da obra de Capistrano de Abreu a produção historiográfica brasileira restringia-se, principalmente, à compilação de datas e fatos, enfatizando exaustivamente as relações entre a administração colonial e a metrópole, restringindo-se, portanto, aos acontecimentos sucedidos na faixa litorânea. Ao focar o processo de constituição da nação e do povo brasileiro ao longo dos três séculos de colonização, foi construída uma interpretação alternativa.

A interpretação do historiador cearense enfatizou a importância do sertão no processo de ocupação e povoamento do Brasil pelos portugueses, destacadamente realizado pela livre iniciativa, atribuindo proeminência ao papel desempenhado pelos bandeirantes, homens livres, vaqueiros, donatários de sesmarias etc. Nesse sentido, acentua-se a diferença em relação à colonização do litoral, cujo desenvolvimento estava atrelado a sua qualidade de sede da metrópole.

Segundo Capistrano de Abreu (2004), a História do Brasil no período colonial possui os seus ciclos econômicos muito bem delimitados: no século XVI predominou a hegemonia de Pernambuco; no século XVII a dos baianos e dos paulistas; no XVIII dos mineiros; e no XIX do Rio de Janeiro. Em cada um destes períodos predominou alguma atividade econômica específica, dando a primazia à respectiva região.

A colonização não foi algo que ocorreu por acaso: havia um sentido específico, situado em um contexto mais geral. A formação brasileira ocorreu com o intuito de fornecer açúcar, pau-brasil, café, ouro etc para a sociedade mercantil européia. Desde a origem o Brasil esteve inserido no sistema capitalista, atendendo aos interesses das potências estrangeiras. Deste modo, Portugal instituiu no Brasil um sistema colonial em que existia uma complementaridade entre as diferentes regiões, sem que elas fossem solidárias entre si. Como resultado deste modelo de exploração implementado na colônia, ao final deste processo, o conjunto não formava uma nacionalidade:

Assim no princípio do século último estava todo o País ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais. Chegar-se-ia a formar um conjunto, uma nacionalidade? O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além mar” (ABREU, 2004, p. 81).

Essa indefinição sobre a constituição de uma unidade nacional perpassa toda obra de Capistrano. Não por acaso seus temas centrais como historiador são justamente os processos de povoamento e de integração territorial, buscando identificar como a articulação entre os diferentes e distantes territórios que compõe o Brasil solidarizavam-se entre si, possibilitando a formação de um todo.

Entretanto, predomina em sua análise o pessimismo quanto ao fruto da colonização portuguesa no que se refere à formação de uma nação. Capistrano apontou o prevaecimento do interesse privado, indicando que manifestações coletivas de qualquer natureza eram estritamente passageiras, ocorrendo sobreposição entre família e estado, indicando um alto grau de dilaceramento do tecido social:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou se há guerra (...). É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mais ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar de possibilidade de independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal. (ABREU, 2000, p. 242).

Portanto, encontra-se na obra de Capistrano de Abreu um país fundamentalmente erigido por iniciativas particulares, destacadamente pelos bandeirantes, jesuítas e vaqueiros, ou seja, por elementos da sociedade civil, mas sem que coordenem entre si vínculos estáveis e duradouros para a manutenção de uma ordem social. Então, prevalece o particularismo dado pelas especificidades cultural, econômica e natural de cada região, cuja unidade foi selada de forma extrínseca pelo pacto colonial. Decorre disso a famosa conclusão do autor sobre o resultado dos três séculos de colonização portuguesa:

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentido pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos. (ABREU, 2000, p. 242).

Nessa interpretação de Capistrano de Abreu constata-se que a nação é percebida de forma pulverizada, tendo a diversidade como marca distintiva do povo brasileiro. Entretanto, como em meio a essa pluralidade recorrer a uma explicação equitativa de todas as regiões? Pois, no caso brasileiro, a partir da visão do autor, pode-se pensar que em função de sua amplitude territorial, muito mais do que se conceber cisões entre

distintas regiões, buscou-se integrar o que estava disperso, mesmo as marcas distintas entre cada trecho do território nacional sendo bastante patentes.

Então, se o sistema colonial era o particularismo, a divergência, incorporando essas características na própria configuração da sociedade brasileira, nada mais natural que as interpretações sobre esse processo também fossem socialmente condicionada por essas mesmas características. Emerge daí o embate entre as representações sobre litoral e sertão, com todas as implicações políticas, econômicas e sociais explicitadas anteriormente.

Capistrano de Abreu, apesar de construir uma interpretação da constituição da sociedade brasileira, assume uma perspectiva que se pode denominar de regionalista. Essa postura já podia ser constatável em seus escritos de juventude. Embora seja inegável a ruptura com o positivismo no pensamento de Capistrano de Abreu, principalmente a partir do final da década de 1880, o rigor no método de pesquisa e o interesse pelo “ponto de vista nortista” permaneceram como marcas de seus trabalhos. Isso se expressa na sua constante preocupação com as fontes documentais e com a importância atribuída ao sertão na formação histórica da sociedade brasileira.

A prática epistolar de Capistrano é uma importante pista para se pensar como foi construída a relação entre a ideia de sertão na sua obra a produção intelectual vigente no Ceará. Em suas cartas efetuavam-se importantes trocas de informações, solicitavam-se documentos, estabelecia-se, enfim, uma verdadeira rede de pesquisa. Era um meio de comunicação muito precioso para Capistrano, que pode dessa forma construiu uma comunidade de interlocutores que partilhavam interesses comuns. Pode-se dizer que se tratava da criação, em termos práticos, da agremiação que imaginou logo que entrou no IHGB e frustrou-se com sua estrutura engessada, pouco propícia a uma troca mais ativa:

Estou tratando da fundação de uma sociedade histórica, menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico, porém quero ver se mais efetiva. Há de intitular-se Clube Tarkes, em honra de Taques Pais Leme, e deve ocupar-se quase exclusivamente das bandeiras e dos bandeirantes, caminhos antigos, meios de transporte e história econômica do Brasil. O meu plano é começar pelo século XVI, tomando os impressos e manuscritos conhecidos e utilizáveis, e incumbindo cada sócio de examinar um ou mais. Cada trecho que interessar à questão será copiado, com os comentários que julgar necessários à pessoa encarregada do respectivo autor. Depois será tudo impresso, precedido de uma introdução geral, que sintetize e enfeixe os resultados obtidos. Por este modo, espero que em um ano se trate das bandeiras do século XVI, em dois ou três das do século XVII, e mais tarde das do século XVIII, aliás menos numerosas e menos importantes. (ABREU, 1977b, p.2).

Embora seja conhecida sua aversão a qualquer tipo de sociedade, “por achar demais a humana”, na verdade Capistrano de Abreu mostrou-se um intelectual bastante aberto ao intercâmbio propiciado pelo estabelecimento de redes de estudiosos. Do mesmo modo que permaneceu como sócio do IHGB, Capistrano ainda foi eleito sócio-correspondente da Sociedade Antropologia, Etnologia e Pré-História de Berlim, em 1895, e, anos depois, em 1924, foi admitido como sócio-correspondente da Sociedade de Americanistas de Paris, devido seus trabalhos de etnologia indígena sobre os Baciaeris e Caxinauás (CHRISTINO, 2006).

Na troca de cartas o desenvolvimento das suas pesquisas e das perspectivas que adota está mais perceptível. Nesse movimento, imbricavam-se relações pessoais, assuntos íntimos, a realização de pesquisas e a construção de um ofício. Essa trama complexa pode ser observada nas correspondências trocadas com Guilherme Studart²², seu amigo de infância. A propósito do lançamento do primeiro volume de uma coleção de documentos organizada por Studart para comemorar o tricentenário da chegada dos portugueses, Capistrano de Abreu questiona a omissão de seu amigo em relação aos preceitos metodológicos estipulados pela tradição da crítica documental alemã:

Agora és um mestre reconhecido e acatado; podemos portanto conversar calmamente sobre o assunto. Por que não dás a procedência dos documentos que publicas? (...) Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Lopoldo Von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História? (ABREU, 1954, p. 1665-166).

Capistrano de Abreu buscava sistematicamente informações sobre as pesquisas historiográficas conduzidas em sua província natal. Embora estivesse comprometido com o projeto de elaborar uma história geral do Brasil (RODRIGUES, 1954), os estudos sobre a colonização cearense foram fundamentais para suas investigações. Em grande parte, isso decorria do grande volume de documentos levantados sobre o Ceará, um dos principais redutos da “civilização do couro”²³.

²² No primeiro dos três volumes das correspondências de Capistrano de Abreu, cuja organização foi de José Honório Rodrigues (ABREU, 1954; 1977a; 1977b), constam as cartas trocadas com Guilherme Studart, as quais compreendem o período entre 1892 e 1922. Sobre a relação entre os dois historiadores há um artigo clássico de autoria de José Aurélio Câmara (1956), preparado por ocasião do primeiro centenário de nascimento do Barão de Studart. Além disso, a Coleção Outras Histórias do Museu do Ceará publicou o trabalho de Eduardo Lúcio Guilherme Amaral (2003), o qual trata especificamente da troca epistolar entre Capistrano e Barão de Studart.

²³ Em carta enviada a Guilherme Studart em 18 de junho de 1893, Capistrano de Abreu elogiou o esforço do amigo em publicar diversos documentos sobre a colonização cearense: “Já é hoje o Ceará, dos estados do Norte, o que melhor tem estudado sua história.” (ABREU, 1954, p. 142).

Em carta enviada em 20 de janeiro de 1883 a João Brígido observa-se como essa preocupação com a ocupação do Ceará foi importante para a construção do argumento de Capistrano. Nessa ocasião, o debate deu-se em torno do artigo *Fortaleza em 1810*, de autoria de Brígido. Segundo consta, a leitura foi muito proveitosa e gerou um interessante debate sobre o local onde estaria estabelecida a fortaleza criada por Martim Soares Moreno, em torno da qual foi erigida a capital cearense. Todavia, a principal questão para Capistrano dizia respeito à presença dos baianos e dos pernambucanos no início da colonização cearense. Ele questiona os argumentos de Brígido, apontando falhas em relação aos caminhos que supostamente essas bandeiras teriam percorrido para chegarem ao Ceará. A preocupação intensa sobre o assunto é logo justificada:

Insisto com especialidade neste ponto porque ele interessa a um trabalho que tenho em mãos e para o qual pode ajudar-me bastante: é o das estradas antigas. Já conheço a estrada do Aracati ao Crato e daí pelo São Francisco à Bahia. Conheço também a estrada do Crato para Oeiras. Sei vagamente da estrada para Sobral; mas o resto ignoro. Pode dar-me alguns esclarecimentos? Meu trabalho deve atacar todo o Brasil: já conheço as estradas de Maranhão, Piauí, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso. Como vê, ainda me falta muito: portanto tudo quanto souber a este respeito é favor comunicar-me. (ABREU, 1954, p. 53)

Possivelmente o trabalho em elaboração referido por Capistrano de Abreu era o seu artigo *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, o qual só veio a ser publicado em 1899 no *Jornal do Commercio*. Nesse texto, o autor procurou investigar como se deu o povoamento de diversas regiões do interior do Brasil, apontando sempre para a especificidade de cada uma delas, demonstrando o caráter plural do amplo território brasileiro e a dispersão do seu povoamento decorrente daí.

Reitera essa preocupação com o povoamento cearense sua apreciação da obra *Algumas Origens do Ceará*, de autoria de Antônio Bezerra, como indica carta enviada ao próprio autor:

Com a primeira leitura aprendi muito: o povoamento do Ceará é muito menos simples do que eu supunha. A ribeira do Jaguaribe teve a maior parte da população de procedência pernambucana. Os afamados baianos, não são de todo um mito – o da Casa da Torre V. destruiu de uma vez; mas parece que só foram baianos para o Cariri depois que a gente deste procurou a Bahia. Distingo os caminhos sertanejos de penetração e os de vazão: a este pertencem os baianos. Tenho minhas dúvidas quanto ao Salgado: parecem simultâneos ou quase o movimento da foz para as cabeceiras e o das cabeceiras para a foz. V. pode considerar-se feliz, porque salvou ao menos uma parte dos seus trabalhos: hão de ser lidos, hão de ser apurados e reunidos ao cabedal comum. O Ceará é talvez, dentre os estados do Brasil, aquele cuja história é mais conhecida. Conheço bem o quinhão que lhe cabe. (ABREU, 1954, p. 71).

Em seus estudos históricos, Capistrano de Abreu considerou o povoamento do sertão mais fertilizante e volumoso que o realizado no tênue fio litorâneo (ABREU, 2000). Segundo ele, esse processo iniciou-se em épocas diversas, de pontos apartados, abrangendo diversas regiões do Brasil. Haveria então o sertão da antiga capitania de São Vicente; o sertão da região norte compreendido pelos atuais estados do Maranhão, Pará e Amazonas; o sertão da região das minas de ouro; e o sertão da região compreendida entre os rios São Francisco e Parnaíba. Percebe-se que para o historiador cearense deve-se pensar o sertão no plural, pois não há correspondência com uma única área especificamente delimitada, mas sim com diferentes focos de povoamento do interior do Brasil.

Dentre esses diferentes sertões, Capistrano de Abreu afirmou que o estudo do povoamento da região entre os rios São Francisco e Parnaíba consistia na questão máxima da história brasileira (ABREU, 1977). Preocupado com o “povo capado e recapado, sangrando e ressangrando”, ele voltou suas atenções para esse sertão, pois é nessa região do país onde surge inicialmente o sentimento de superioridade em relação ao português, momento fundamental no afloramento da consciência nacional (ABREU, 1975). Além disso, o povoamento dessa região era estratégico para viabilizar a integração do país, sendo necessário para tanto o desenvolvimento de uma atividade que fixasse a população nessa região e assimilasse os índios que ali viviam. Dessa maneira a pecuária foi a solução para esse impasse, além de produzir a fonte de proteínas de que os engenhos necessitavam.

Como já indicado, pensar na constituição da “civilização do couro” implica necessariamente pensar também o Ceará. Nesse sentido, não é difícil apontar a influência da produção historiográfica cearense sobre Capistrano. No primeiro empreendimento sistemático que visou contar o passado cearense, a obra *História da Província do Ceará*, de 1850, de autoria de Tristão de Alencar Araripe antecipou diversos aspectos salientados na interpretação de Capistrano de Abreu sobre o sertão. Inicialmente Araripe tratou das condições ambientais da província, indicando como se deu a exploração do território e a repercussão dos elementos naturais nesse processo. Sobre a ocupação inicial do Ceará, o autor destacou a resistência indígena à conquista dos primeiros colonizadores, indicando a violência com que se deu tal processo e a escassez da presença de escravos negros, fomentando desde então a ideia do predomínio indígena e português na constituição do povo cearense. Os conflitos decorrentes da instalação da primeira vila, em função da concorrência entre Aquiraz e Fortaleza, bem

como os embates entre as autoridades locais e os proprietários de fazendas no interior constituem parte significativa da investigação de Araripe.

Todavia, pode-se atribuir especial destaque dentro dessa obra o modo como se configurou o povoamento do Ceará e a organização social decorrente disso. Tristão de Alencar Araripe (2000) destaca que um dos principais motivos para conflitos e mortes no sertão eram as disputas por terra, originando diversas disputas entre clãs familiares. Os desmandos ocorriam, segundo o autor, sob as vistas de governadores despóticos que favoreciam a quem bem lhes interessasse nas contendas. A síntese oferecida por Araripe sobre a colonização portuguesa no Ceará não destoa muito da apresentada por Capistrano em relação à constituição da sociedade brasileira:

Segurança individual vacilante, comércio limitadíssimo, indústria insignificante, riqueza pública e individual escassa, sertões ínvios, justiça sem valor, despotismo dos governadores exercido sem contestação, nenhuma instrução civil e pouquíssima doutrina religiosa, eis o aspecto que oferecia a capitania no correr do último século [século XVIII]. (ARARIPE, 2000, p. 233).

Além de se poder apontar uma importante influência desse juízo sobre a forma como Capistrano concebeu o povoamento do sertão, é possível perceber a confluência de aspectos mais específicos e bastante significativos em sua interpretação sobre o povoamento. No que diz respeito à questão dos caminhos percorridos no sertão compreendido entre o São Francisco e o Parnaíba, por exemplo, o esquema das bandeiras que ele elaborou é inspirado em trabalhos anteriores, como o de Tristão de Alencar Araripe, na sua obra *História da Província do Ceará*:

Se por um lado subia da orla marítima para o interior da província [do Ceará] a colonização, procedente de Pernambuco e Paraíba, por outro lado vinha dos sertões da Bahia outra corrente de população, que buscava encontrar estabelecimentos da beira-mar (ARARIPE, 2002, p. 40).

Nesse sentido, o Ceará é tido por Capistrano como um ponto de convergência entre diferentes correntes de povoamento promovidas pelo desenvolvimento da pecuária. Trata-se de um posicionamento importante para ser consolidada a integração entre a Bahia e o norte do país. Dessa maneira, o autor reformula a afirmativa de Tristão de Alencar Araripe, situando-a em uma perspectiva mais abrangente, atribuindo um sentido à ocupação do território cearense no âmbito da colonização do país:

Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando da Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíram as correntes baiana e pernambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaraú atravessava o Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por

Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a toda região. Também no alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano. (ABREU, 2000, p. 156).

Portanto, mesmo após sua partida para o Rio de Janeiro, Capistrano de Abreu permaneceu em constante contato com os intelectuais cearenses e sua produção. Dois artigos são reveladores desse diálogo: *Sobre a história do Ceará* e *Tricentenário do Ceará*. O primeiro consiste em um estudo preparado por ocasião do lançamento do livro *Datas e Fatos para a História do Ceará* de Barão de Studart, enquanto o outro, como o próprio título explicita, é um trabalho preparado em função das comemorações da chegada dos portugueses ao Ceará. Nesses artigos, publicados na Revista do IC, respectivamente em 1899 e 1903, muitas das imagens evocadas em diversos romances e trabalhos historiográficos sobre o Ceará são evocadas: a dificuldade em ocupar o território em função da resistência indígena, a ação dos bandeirantes no sertão, a importância da pecuária para a colonização do interior, o papel desempenhado pelo vaqueiro, as brigas de famílias, a fragilidade do poder público, o mandonismo local, a pouca inserção do escravo nas fazendas, o espírito de liberdade sertanejo etc.

Nesses trabalhos, Capistrano de Abreu (2004) trata com maior precisão do que transcorreu no Ceará no âmbito do povoamento do sertão situado entre o São Francisco e o Parnaíba, corroborando as teses correntes sobre a constituição dessa província. O gado era sua base econômica, acarretou o surgimento de uma organização social peculiar. No sertão o gado era a sustentação da organização social. Ele era ao mesmo tempo transporte, fonte de alimento e de riqueza, e matéria prima para a confecção de roupas, portas, camas, bainhas de faca, mochila etc. Nesse ambiente o vaqueiro era uma figura proeminente. Era ele quem cuidava do gado, conduzindo-o sertão afora rumo ao seu destino final, geralmente Pernambuco e Bahia, onde se efetuava o comércio (ABREU, 2000).

A atividade pastoril não demandava muita mão-de-obra, nem tanto esforço. Com a sua implementação no Ceará, o gado passou a ser a base de sustentação da organização social. Ele influía no cotidiano das pessoas. O índio se adaptou melhor a ela, do que à agricultura. Não só os índios desenvolveram este trabalho: os brancos, os pretos e os mulatos da região também se adequaram melhor aí. O gado era ao mesmo tempo meio de transporte, fonte de alimento e de riqueza, e matéria prima para a confecção de roupas, portas, camas, bainhas de faca, mochila, etc. Nesta organização social instituída no sertão, o vaqueiro era uma figura proeminente. Era ele quem cuidava

do gado, conduzindo-o sertão à fora rumo ao seu destino final, geralmente Pernambuco e Bahia, onde efetuava-se o comércio. Sendo um item de grande valor, muitas vezes o pagamento pela carne era feito com escravos. A pecuária foi, portanto, uma das raras atividades no período colonial que movimentaram o mercado interno.

Alguns povoados – cuja densidade populacional impressionava na época – foram criados em função das rotas do gado. Algumas cidades, como Sobral, por exemplo, foram sítios de criação de gado. Outras como Icó tiveram o seu desenvolvimento alavancado pelo comércio do animal com Pernambuco e Bahia, pois era rota obrigatória para estes destinos. Ao longo do tempo, devido ao intenso tráfego de boiadas, surgiram algumas instâncias para comprar os bois que se machucavam no caminho, a um preço baixo. Quando eles recuperavam-se eram revendidos pelo preço de mercado. Os vaqueiros eram remunerados após o quarto ou quinto ano de serviço com um bezerro a cada quatro nascidos, possibilitando-lhe montar a sua própria fazenda com o tempo.

Além de gerar riqueza para os fazendeiros, e inspirar no sertão um poder privado mais forte que o público, o gado produziu outro efeito importantíssimo, o qual serviu aos interesses de Portugal: graças a ele foi possível descobrir as minas. Os portugueses acreditavam na teoria de que o Oriente é sempre mais rico que o Ocidente. Então como no Peru havia muito ouro, tinha-se a certeza de que no Brasil haveria muito mais. Todavia, seguindo o raciocínio dos colonizadores, era preciso antes de explorar essa riqueza criar a infra-estrutura necessária, principalmente o fornecimento de alimento para o contingente de trabalhadores que se deslocaria para a região das minas. Desta forma, impunha-se a demanda de criação de um grande contingente de gado.

Capistrano afirma que são facilmente discerníveis duas fases da ocupação pelo gado. A primeira é caracterizada pelo absenteísmo dos donos das fazendas. Em geral esses fazendeiros eram baianos, e não visitavam as suas propriedades, deixando um vaqueiro no seu lugar. Na segunda os fazendeiros vêm estabelecer-se em suas propriedades, seja devido às demandas dos negócios, seja pela inspiração do “espírito de liberdade”, a necessidade de fugir da regulamentação das autoridades oficiais. Este período é marcado pela abastança e pela opulência nas fazendas. Junto a isto começam as rivalidades entre famílias que buscavam o comando do poder local. O auge dessas disputas foi entre 1730 e 1750, até que principiou a decadência dessa estrutura social, em decorrência da seca.

Visando evitar os prejuízos e os desgastes decorrentes desse difícil transporte, procurou-se desenvolver no Ceará outro meio de produzir e comercializar esta carne: ao invés de expor os animais ainda vivos à travessia do sertão, e evitar o ônus do chamado “subsídio de sangue”, uma taxa de quatrocentos réis e de trezentos e vinte réis paga pelo transporte de cada boi e vaca respectivamente, optou-se por abater os animais ainda no Ceará e comercializar a sua carne industrializada, o charque. Esse processo consiste no abatimento e retirada da carne do gado, salgando-a e secando-a ao sol. Feito isto, o seu escoamento era feito pelos portos. A aceitação do produto foi muito grande, tendo como principal vantagem deste processo a possibilidade de estocagem do alimento.

A região litorânea é a mais adequada para este procedimento, pois detém todos os requisitos necessários para esta produção: sol, vento, sal e os portos para o escoamento da produção. Como a maior concentração de gado estava no vale do Jaguaribe, pois é relativamente próxima dos centros consumidores, a região de Aracati, onde está a foz do rio, foi bastante privilegiada com o desenvolvimento desta atividade. Também se desenvolveu oficinas nas embocaduras do Acaraú e do Coreauá, e fora do Ceará em Açú e Mossoró, ao longo do Parnaíba. Mas foi Aracati que se tornou o principal centro desta atividade, tanto que em 1748 foi instalada a vila de Santa Cruz do Aracati.

Como indica Ivone Cordeiro Barbosa (2000), o movimento intelectual cearense, na década de 1870, surge no bojo desse processo de inclusão do sertão nas reflexões sobre a questão nacional. A proliferação de agremiações literárias e científicas ocorrida nesse período calca-se no ideal da ciência como promotora de progresso. Acreditava-se que o conhecimento das leis naturais e sociais, aplicado à realidade local, seria um fator desencadeador de um amplo processo civilizatório. Com isso, o intuito era conhecer para propiciar essa inclusão do sertão à nação brasileira, admitindo-se que a construção da unidade nacional, além de política e territorial, também era simbólica.

No mesmo sentido aponta Almir Leal de Oliveira (2001) ao estudar a produção historiográfica do Instituto do Ceará (IC) entre 1887 e 1914. O autor afirma que a fundamentação da investigação do passado cearense em bases científicas, construindo uma memória histórica para a província, era um meio de incluí-la no processo civilizatório. Ao empreender essa missão, os integrantes do IC intentavam descortinar os marcos iniciais da formação do Ceará, admitindo que a colonização foi seu ponto de partida. Desse modo, mediante o estudo da história local, almejava-se agregá-la como parte constituinte da história brasileira e universal.

Para o caso cearense esse debate em torno do sertão assume contornos peculiares. Como se discutiu acima, a vida intelectual no Ceará era bastante restrita, principalmente em função da baixa escolaridade da população. Entretanto, são inegáveis as proporções tomadas por essas atividades a partir da década de 1870. Trata-se de um momento em que os ideais cientificistas estão em voga e que Fortaleza foi se tornando hegemônica na província. Assim, analisar como o sertão é tematizado quando inicia seu declínio do ponto de vista econômico, bem como ao se constituir um campo de embates e circulação de bens simbólicos, é algo extremamente significativo.

A criação de uma linguagem autorizada, que procurava instaurar uma imagem oficial a respeito do Ceará, tem na proliferação das agremiações literárias um elemento fundamental. Dolor Barreira (1948) constata que a história da produção intelectual cearense é profundamente vinculada a essa tradição associativa, imitada da Europa. A cópia do modelo europeu não se restringia às formas de organização, mas também se estendia às doutrinas, que eram ressignificadas e adaptadas. Com a criação de um ciclo restrito de homens revestidos de autoridade, advinda da posse de um conhecimento reconhecido socialmente como legítimo, dado o anseio de fazer parte do “mundo civilizado”, funda-se uma *comunidade discursiva* (MAINGUENEAU, 2006) sobre o Ceará, onde sertão foi tema privilegiado.

Na literatura cearense no século XIX, Ivone Cordeiro Barbosa (2000) identifica a seca de 1877-79 como um divisor de águas no que diz respeito às representações o Ceará e o sertão. Até então, de acordo com a autora, prevaleciam romances que tratavam basicamente do passado colonial, identificando o sertão como o espaço do indígena e do caboclo, como nos casos, respectivamente, de *Iracema* e *Sertanejo* de José de Alencar. Tratava-se de um sertão “deserto no sentido cultural”, pois era apresentado com uma baixa densidade populacional e sem uma organização moderna de sociedade. Já com o advento da seca, ocorrida justamente após um longo período sem estiagem, e quando a exportação do algodão ganhou grande impulso, modificando a dinâmica da capital da província, houve uma mudança de percepção a respeito do sertão. A partir de então, passou-se a identificá-lo mais recorrentemente com o “deserto no sentido natural”. Foi nesse contexto em que a urbanização de Fortaleza ocorreu em uma intensidade até então nunca experimentada, que os impactos da seca repercutiram sobre essas representações. O sertão passou a ser visto como o espaço das multidões que se deslocam em direção ao litoral para sobreviver, como em *A Fome* de Rodolfo Teófilo. Imbuídos de uma estética naturalista, buscando fundamentar suas tramas em

documentos e relatos, os romancistas assumiam um tom de crítica e denúncia, atribuindo à ação política respaldada no conhecimento científico a solução para o problema.

No campo da historiografia, é indubitável que o principal referencial em relação às representações sobre o Ceará e o sertão foi o surgimento do IC. Almir Leal de Oliveira (2001) sistematizou como sendo três as principais preocupações dos integrantes do IC ao investigar o passado cearense: 1) identificar quem foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento da ação colonizadora portuguesa no Ceará; 2) estudar o processo de povoamento do interior da província; 3) estabelecer as fronteiras físicas e culturais do território cearense. Esse esforço não desconsiderou por completo as iniciativas anteriores, mas buscou reconsiderá-las a partir dos métodos consagrados como válidos no campo historiográfico. Nesse sentido, buscou-se construir para esse passado uma narrativa pautada em documentos reconhecidamente legítimos, privilegiando a biografia dos agentes portugueses na colonização, considerando-os verdadeiros heróis fundadores, como no caso de Martins Soares Moreno, eleito por Barão de Studart a principal figura da história cearense durante o período colonial. A busca da precisão da concessão de sesmarias e criação de vilas também foi outro tema importante para IC, tendo nos esforços de Antônio Bezerra de Menezes o historiador de maior destaque com seu trabalho a respeito da ocupação do interior cearense com base na pecuária. Por fim, Paulino Nogueira com seu estudo do vocabulário indígena em uso no final do século XIX apontou para o caráter mestiço da população, mas, ao mesmo tempo, omitiu a presença do negro na composição do povo cearense.

Mediante tais indicações, pode-se perceber Capistrano de Abreu tanto se apropriou das discussões a respeito da importância do sertão na constituição da sociedade cearense, como ele mesmo foi um dos fomentadores desse argumento. Cabe em seguida analisar como que essa ênfase no sertão é trabalhada em sua interpretação sobre o Brasil.

Desse modo, ao valorar positivamente o sertão a partir da reconstituição documental da história de sua ocupação, tentando adotar o ponto de vista dos agentes envolvidos em tal processo, Capistrano de Abreu teria lançado sobre o Brasil um olhar de “dentro”, do sertão – ao invés de assumir o posicionamento tradicional que se centrava excessivamente sobre o litoral, ou seja, o ponto de vista de “fora”, do português. Essa seria por um lado sua inovação em relação às concepções vigentes na historiografia nacional, e, por outro lado, sua contestação dos princípios ordenadores

das disputas simbólicas pelo princípio de classificação e hierarquização do *sertão* em relação ao *litoral*.

Capistrano de Abreu elaborou, portanto, uma história vista do sertão, contrapondo-a ao “sertão-problema” criado a partir da visão litorânea. Ao destacar, por exemplo, a importância do vaqueiro e do bandeirante no processo de integração territorial, ele ressalta o papel da livre iniciativa e apresenta o trabalho como valor – pois a participação do escravo nas atividades econômicas desenvolvidas no interior é minimizada. Assim, ao estabelecer esse movimento heterodoxo no campo da historiografia, Capistrano teria legitimado uma nova definição da divisão do mundo social ao contar uma história da sociedade civil, em que o “espírito de liberdade” sertanejo é preponderante na constituição da nação brasileira (ABREU, 2004).

Considerações Finais

Este trabalho teve como intuito discutir em uma perspectiva relacional a gênese do campo intelectual cearense, a partir da segunda metade do século XIX, e a existência de uma influência recíproca entre esse processo e a produção historiográfica de Capistrano de Abreu. Tal empreendimento assentou-se na premissa de que a emergência desse campo intelectual deu-se em torno da problematização da constituição da sociedade cearense, elegendo como temáticas recorrentes as suas origens, as características típicas de seu povo, bem como os condicionantes climáticos, econômicos e sociais que a engendraram. Decorre disso a importância que a historiografia adquiriu desde o princípio desse sistema de produção e troca de bens simbólicos. Constatou-se que mesmo a produção literária está permeada por elementos regionais, procurando a especificidade do Ceará. Diante disso, buscou-se perceber como Capistrano de Abreu apropriou-se desses elementos para formular sua interpretação sobre o Brasil.

A ênfase foi dada na formação de uma rede de relações entre os intelectuais cearenses, considerando-se suas produções como parte das trocas e disputas estabelecidas na constituição desse campo. Indicou-se ainda como o campo intelectual constituiu-se sob a dependência do campo do poder, implicando em uma interferência direta na sua lógica de funcionamento, a qual não correspondia aos preceitos de plena autonomia. No caso cearense, o surgimento da *Academia Francesa* pode ser considerado um momento capital na constituição desse espaço de disputas simbólicas, envolvendo os intelectuais como agentes privilegiados. Por um lado, a querela em torno da *Questão Religiosa* (na qual a maioria dos integrantes da *Academia* tomou parte) propiciou uma importante inserção do discurso cientificista em detrimento do discurso orientado por doutrinas religiosas. Com isso, correntes de pensamento como o positivismo e o darwinismo social entraram na ordem do dia, repercutindo na literatura, na produção historiográfica e no ensaísmo. Por outro lado, reiterou o caráter dependente em relação ao campo do poder, pois no bojo dessa disputa estava a defesa de um Estado laico e Republicano, fazendo do embate de ideias uma das trincheiras das disputas políticas no final do Império.

A inserção de Capistrano de Abreu no meio intelectual cearense pautou-se por uma trajetória definida pelo capital de relações sociais herdado de sua família, que foi aliciado inicialmente em favor de sua formação. Nas escolas que frequentou em Fortaleza travou contato com os jovens que viriam a serem seus parceiros na *Academia Francesa*. Esse aspecto da sua socialização pode ser apontado como um fator fundamental para os desdobramentos que se seguiram em sua vida. Por meio dessa

oportunidade, Capistrano obteve uma boa formação escolar inicial, apesar de seus momentos de desajuste enquanto foi seminarista, e ainda pode se relacionar com os integrantes da elite local. Inspirado nas leituras feitas nos grupos de estudo da *Academia*, praticou a crítica literária nos moldes da sociologia positivista de Comte. Contudo, logo abandonou essa abordagem teórica ao se mudar para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao aprendizado da língua alemã e se tornou adepto da Antropogeografia de Ratzel, da crítica documental de Ranke e dos etnólogos sulamericanistas, como Von den Stein.

Mesmo vindo a se dedicar aos estudos históricos após sua chegada ao Rio de Janeiro, Capistrano de Abreu manteve constante contato com diversos conterrâneos, promovendo por meio das suas correspondências uma intensa troca de informações sobre o povoamento do Ceará. Compreender como se deu esse povoamento constituía parte importante do programa de pesquisa de Capistrano, consistindo em um ponto fundamental na construção de sua interpretação sobre o período colonial.

Como foi explicitado, a ocupação da região situada entre os rios São Francisco e Parnaíba era tida pelo autor como a questão máxima da colonização portuguesa no país. Assim, a compreensão da maneira como foi tomada posse das terras cearenses configurou-se em episódio de extrema relevância para o esclarecimento dessa questão, pois era o ponto de confluência entre as diferentes correntes vindas de Pernambuco e da Bahia rumo ao norte do Brasil.

Além de consistir em aspecto estratégico para as pretensões dos colonizadores portugueses, no intuito de consolidar suas possessões e possibilitar a expansão de suas terras para além das fronteiras delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas, o povoamento da região entre os rios Parnaíba e São Francisco foi fundamental, de acordo com o autor, pois propiciou o estabelecimento de uma atividade econômica duradoura, a partir da qual se erigiu uma organização peculiar, batizada por Capistrano de “civilização do couro”.

Diferentemente do que ocorreu nas áreas ocupadas pelos canaviais ou nas vilas litorâneas onde se instaurou a burocracia colonial e o poder político, as intempéries do clima exerciam decisiva influência na dinâmica da vida do sertanejo, em função dos longos períodos de estiagens que se intercalavam com uma distribuição irregular das chuvas. Com isso, a agricultura de subsistência não possuía tanta relevância face ao criatório e a comercialização do gado. Com isso, no princípio, os proprietários não davam tanta atenção às suas fazendas, deixando-as a cargo de um homem de confiança.

Somente com a consolidação da pecuária como atividade de grande significação no mercado interno brasileiro, tornando-se a principal fonte de proteína animal na colônia, que o absentéismo deixou de ser prática comum, passando a prevalecer a ocupação das fazendas pelos seus próprios proprietários.

Segundo Capistrano de Abreu (2004), o Ceará seria um caso típico de província que se desenvolveu com base na pecuária. Algumas características relatadas pela tradição historiográfica cearense, como as relatadas nas contribuições de Tristão de Alencar Araripe, João Brígido, Antônio Bezerra e Guilherme Studart, foram incorporadas no esquema explicativo de Capistrano e corroboram informações consultadas em outras fontes documentais, como o *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania de Goiás*²⁴: a ausência de um senso de solidariedade entre os povoadores; poder privado fortalecido ante o poder público, em função das riquezas advindas do criatório; intensas disputas por terras entre famílias, criando em alguns casos verdadeiras guerras pelo interior. Dentre esses aspectos, o autor salienta, no caso das províncias povoadas a partir do desenvolvimento da pecuária, a recorrência com que houve no fim do período colonial levantes do povo do sertão contra o do litoral, decorrentes da incompatibilidade da concentração do poder político desarticulado do núcleo do poder econômico. É do choque entre esses dois mundos que emergiu as condições sociais que caracterizaram o Ceará durante o Império, tendo a Confederação do Equador como marco dessa ofensiva do sertão sobre o litoral.

Todavia, a explicitação do argumento sobre a especificidade da formação da sociedade cearense como elemento constitutivo do próprio campo intelectual não se encerra em uma preocupação estrita com o surgimento de uma “tradição” interpretativa, principalmente ao se observar a relação entre essa produção e a obra de Capistrano de Abreu. Ao afirmar um “ponto de vista nortista” em suas análises, Capistrano delimita qual é sua posição de enunciador no espaço interdiscursivo, buscando se legitimar a partir da utilização de recursos teóricos e metodológicos referendados pela embrionária comunidade de historiadores, tornando sua interpretação sobre o Brasil um discurso legitimado pelos seus pares. Trata-se de uma tentativa de estabelecer seu ponto de vista

²⁴ Trata-se de uma das fontes documentais mais importantes consultadas por Capistrano de Abreu para a elaboração de sua compreensão da chamada “civilização do couro”. A autoria desse relato é atribuída a João Pereira Caldas, que foi sucessivamente governador do Piauí, do Maranhão, do Pará e de Mato Grosso. Segundo Capistrano, o autor é um admirável conhecedor dos sertões pastoris e um informante crucial para se compreender a “filosofia do gado e do vaqueiro” (ABREU, 2000; 2004).

como predominante no âmbito da historiografia nacional, convertendo uma perspectiva que privilegia o sertão da pecuária em uma visão geral da sociedade brasileira.

Ao proceder dessa maneira, investido da sua autoridade intelectual adquirida junto a estudiosos e destacados integrantes da elite nacional, Capistrano de Abreu propicia um amplo reconhecimento às pesquisas e às temáticas privilegiadas por seus conterrâneos ao incluí-las como parte de sua agenda de investigações. Ele pode ser considerado como um dos principais responsáveis pela visibilidade auferida pelos estudiosos do passado cearense, exercendo o papel de divulgador e incentivador das teses sobre a formação do Ceará, além de poder ser considerado um dos seus principais adeptos.

Ressalta-se com isso o caráter dependente do campo intelectual em relação ao campo do poder, pois se pode argumentar diante da relação estabelecida entre Capistrano de Abreu e seus conterrâneos que o reconhecimento da produção cearense dependia de chancela extrínseca ao sistema de produção de bens simbólicos local. Até Capistrano consagrar-se e disseminar o “ponto de vista nortista”, a questão do povoamento dos sertões pouco era explorada e valorada entre os pesquisadores brasileiros.

Evidentemente que essa discussão promovida por Capistrano de Abreu também se converteu em uma nova apropriação. Principalmente por meio de intelectuais paulistas, a problemática sobre o povoamento do interior, levantada pelo historiador cearense, converteu-se em apologia à ação dos bandeirantes, involuntariamente um dos principais grupos responsáveis pela integração do território brasileiro. Dessa maneira, a tentativa de afirmação de uma das regiões cujo poder político e econômico decaía cada vez mais se tornou mote para a exaltação da nova força hegemônica do país.

Bibliografia

ABREU, Cruz. Presidentes do Ceará – segundo reinado, Cel. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, T. 26, 1922, p. 3-43.

ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos** (crítica e história) – 1ª série. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1975.

_____. **Capítulos de história colonial**. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

_____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

_____. **Descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Correspondências de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro; INL, 1954. v 1.

_____. **Correspondências de Capistrano de Abreu**. 2.ed. Rio de Janeiro; INL, 1977a. v 2. (Obras de Capistrano de Abreu, 9).

_____. **Correspondências de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro; INL, 1977b. v 3. (Obras de Capistrano de Abreu, 10).

_____. Raimundo Antônio da Rocha Lima. In: LIMA, Rocha. **Crítica e Literatura**. 2.ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1968. p. 69-82.

_____. Sobre uma história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 22-33, 1899.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Massanga; São Paulo: Cortez, 2006.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. 2º Ed. Campinas: Pontes, 2005

_____. **Iracema**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O sertanejo**. Fortaleza: Diário do Nordeste, 2001.

ALVES, Joaquim. **História das secas** – séculos XVII a XIX. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p. 145-151, 1995.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Correspondência cordial**: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultural do Estado do Ceará, 2003 (Coleção Outras Histórias, 19).

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na *belle époque* carioca. São Paulo: Alameda, 2006.

- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará**. 3.ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. **Luizinha. Perfil literário de José de Alencar**. Fortaleza; Rio de Janeiro: Academia Cearense de Letras; José Olympio, 1980. p. 126-238. (Coleção Dolor Barreira, 5).
- _____. Escola popular – o papado. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra crítica de Araripe Júnior**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1958.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Brasília: EDUnB, 1963
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar-incomum**. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Extado do Ceará, 2000.
- BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1948. v. 1. (Coleção Instituto do Ceará, 18).
- BERGER, Peter I., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. **As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário**. 2°ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL SOBRINHO, Thomaz Pompeu de Souza et al. **Três documentos do Ceará colonial**. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará 1967.
- BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, S/D.
- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.
- BUARQUE, Virgínia A. Castro. **Escrita singular**. Capistrano de Abreu e Madre Maria José. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003. (Coleção Outras Histórias, 20).
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: EDUNESP, 2002.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu – tentativa biobibliográfica**. 2.ed. Fortaleza: EDUFC, 1999. (Coleção Alagadiço Novo, 193).

_____. Capistrano e o Barão. In: Instituto Histórico do Ceará. **Barão de Studart**. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1955.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro da sombras: a política imperial**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns**. Fortaleza: EDUFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CHRISTINO, Beatriz Protti. **A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica de *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ* em face da sulamericanística dos anos 1890-1927**. São Paulo: Departamento de Linguística da USP, 2006. (Tese, Doutorado em Linguística).

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no Ceará provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ELIAS, Norbert. **Mozart**. Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FARIA, Luiz de Castro. A obra – uma tentativa de reconstrução. In:_____. **Oliveira Vianna. De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. cap. 1, p.19-38. (Coleção Antropologia da Política, 16).

FAUSTO, Boris. **História concisão do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

FORTE, Vinícius Limaverde. **O caminho do mar: como Capistrano de Abreu consagrou-se historiador**. Fortaleza: Departamento de Ciências Sociais da UFC, 2007. (Monografia, Graduação em Ciências Sociais).

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: EDUFC/Casa José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Valdelice C. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

- _____. A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo. **Trajeto – Revista de História da UFC**, Fortaleza, v.3, n.5, p. 101-128, 2004b
- _____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v.24, p. 159-185, 2005.
- _____. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.30, n° 59, p. 15-36, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Volume 2, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira, EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda – perspectivas**. Campinas: EDUNICAMP; Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2008, p. 601-615.
- IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.
- LEMENHE, Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonia**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha; Stylus Comunicações, 1991.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- LIMA, Rocha. **Crítica e literatura**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Capistrano de Abreu – historiador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.221, p. 67-91, out./dez. 1953.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967 (Coleção Brasileira, 322).
- MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da república das letras**. Sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930. São Paulo: EDUSP; Grijalbo, 1973.
- MAINGUENEAU, Dominique. Os discursos constituintes. In: _____. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar, 2006.

- MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MATOS, Pedro Gomes de. **Capistrano de Abreu** – vida e obra do grande historiador. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953.
- MELO, Ana Cristina *et al.* **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/PDFS/guiaNORMALIZACAO_UFC.pdf>, acesso em: 17 set. 2008.
- MENEZES, Djacir. **O outro nordeste**. 3.d. Fortaleza: EDUFC, 1995. (Coleção Alagadiço Novo, 53).
- _____. Rocha Lima e a ideologia de 1870. In: LIMA, Rocha. **Crítica e literatura**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Os historiadores do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 71-100, 2001.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 1980.
- MONTENEGRO, Braga. Araripe Júnior – subsídio para estudos. **Clã**, Fortaleza, nº 3, p. 13-42, jun., 1948.
- OCTÁVIO FILHO, Rodrigo. A vida de Capistrano de Abreu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.221, p. 46-66, out./dez. 1953.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. **O instituto histórico, geográfico e antropológico do Ceará** – memória, representações e pensamento social (1887 – 1914). São Paulo: Departamento de História da PUC-SP, 2001. (Dissertação, Mestrado em História Social).
- PARENTE, Josênio. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: EDUFC; Sobral: EDUVA, 2000.
- PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano** – a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio, 2002. (Tese, Doutorado em História Social da Cultura).
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle-époque: reforma urbana e controle social 1860 - 1930**. 3. ed. Fortaleza: Edições Democrito Rocha, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

PRADO, Paulo. **Província & nação** – Paulística. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972 (Coleção Documentos Brasileiros, 152).

RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.221, p. 120-138, out./dez. 1953.

_____. A historiografia cearense na Revista do Instituto do Ceará. In: RODRIGUES, José Honório, RODRIGUES, Leda Boechat. **Índice anotado da Revista do Instituto o Ceará** (do tomo I ao LXVII). 2.ed. Fortaleza: ABC, 2002. p. 15-54.

SÁEZ, Oscar Calavia. **A morte e o sumiço de Capistrano de Abreu** [on line]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível: www.cfh.ufsc.br [26/10/2003].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Ítala Byanca Moraes. Historiografia e história cultural: representações de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira. **Revista eletrônica História em reflexão**, v.2, p. 8, 2008.

SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU. Estatuto da Sociedade Capistrano de Abreu. In: ABREU, Capistrano de. **Rã-txa hu-ni-ku-ĩ**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1941.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. RJ, Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ªed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STUDART Filho, Carlos. Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra: guerra dos bárbaros. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, p. 29-70, 1959.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001a, v.1.

_____. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001b, v.2.

_____. Capistrano de Abreu – sua moléstia e últimos momentos. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, p. 273-277, 1927.

VIANNA, Hélio. **Capistrano de Abreu** – ensaio biobibliográfico. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1987.

VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica** – sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: EDUEFG, 1997.